



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

AMANDA GOMES DE MEDEIROS SILVA

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA QUESTÃO
SOCIOAMBIENTAL**

**FLORIANÓPOLIS
2012.2**

AMANDA GOMES DE MEDEIROS SILVA

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA QUESTÃO
SOCIOAMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. MSc. Letícia Soares Nunes

**FLORIANÓPOLIS
2012.2**

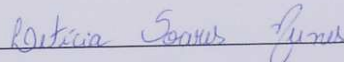
AMANDA GOMES DE MEDEIROS SILVA

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA QUESTÃO
SOCIOAMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Florianópolis, Março de 2013.

BANCA EXAMINADORA



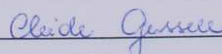
Orientadora

Profª. MSc. Letícia Soares Nunes
Departamento de Serviço Social da UFSC



1ª Examinadora

Profª. Drª. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas
Departamento de Serviço Social da UFSC



2ª Examinadora

Profª. MSc. Cleide Gessele
Departamento de Serviço Social da UFSC

DEDICATÓRIA

À Deus, que me deu
o dom da vida e é firme nEle
que eu projeto o meu futuro,
crendo em dias melhores.

Romanos 12:2

Aos meus pais, Dorotea e João,
que sempre acreditaram em mim e me ensinaram
o que acredito ser o mais importante nesta vida,
o amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me dado a vida e até aqui tem me sustentado. Sem Deus a minha vida não teria sentido, quando estou longe dEle parece que falta algo dentro de mim, por isto quero agradecer a Deus por sua grande misericórdia e por ser um Pai de amor que nunca me abandonou, principalmente neste etapa que se concretiza, dando-me força, discernimento e sabedoria. O Senhor é fiel e não falha nunca!

Aos meus pais, Dorotea e João, que sempre me apoiaram e apoiam em tudo que faço, dando-me amor, carinho, auxílio, uma boa educação, estudo, caráter e muita força para conquistar meus objetivos, sempre me incentivando a nunca deixar de sonhar, de buscar o que eu quero e de ser eu mesma!

Meu pai sempre me disse que apenas por existir eu já iria incomodar algumas pessoas, e que nem mesmo Jesus agradou todo mundo, então, eu também não iria agradar. Você estava certo pai, foi difícil crescer e encarar a realidade de frente, mas foi sempre muito bom poder tê-lo ao meu lado, para me ouvir, aconselhar, brigar quando necessário, fazer cócegas para me fazer rir ou apenas ficar em silêncio, mas ao meu lado!

Minha mãe sempre foi meu maior exemplo, mulher guerreira, desde nova teve que encarar o mundo, estudar, trabalhar, cuidar da casa, dos filhos, o que ela sempre fez muito bem. Você sempre me ajudou nas tarefas da escola, estimulou para o hábito da boa leitura, cuidou de mim quando eu tinha medos, e ainda cuida, os medos mudaram, mas você continua a mesma, a melhor mãe do mundo, sempre pronta a dar um conselho, orar por mim, dar um colo que só você sabe dar. Graças a você eu sempre acreditei que eu sou capaz e que vou chegar a lugares altos. Uma vez eu lhe disse e vou repetir aqui, tenho orgulho de você e de ser sua filha, você sempre me deu bons exemplos em relação a sua determinação, coragem e força. Espero conseguir ser um pouquinho profissional e mulher como você!

Ao meu irmão, Fellipe, por todo apoio e estímulo que sempre me deu, pelo livro de elaboração de TCC que comprou para mim quando eu estava quase surtando achando que o TCC era um bicho de sete cabeças. Por todas as vezes que me ouviu falando deste trabalho, de ideias, temas, estrutura, você sempre teve uma

palavra de incentivo e encorajamento, e também muita paciência para me aturar neste momento tão importante, complicado e oscilante da minha vida. Também quero te agradecer por ser uma espécie de segundo pai para mim, com seu cuidado, amor, carinho, ciúminho de irmão mais velho, pelos cinemas, risadas, passeios, confidências, aprendizados, por tudo, amo você!

Aos meus avós, Maria Norma dos Santos Cordeiro, José Medeiros (in memoriam), Maria Targino e João Gomes da Silva, assim como às minhas tias e tios, primas e primos, enfim, todos que acreditaram em mim, estiveram e permanecem presentes na minha vida.

A professora Letícia Soares Nunes, pela sabedoria, dedicação, paciência e competência na orientação deste Trabalho de Conclusão de Curso. Você foi essencial neste momento da minha vida e no processo de elaboração deste trabalho. Muito obrigada!

As professoras Rosana de Carvalho Martinelli Freitas e Cleide Gessele, membros examinadores da banca, e a professora Sirlândia Schappo, membro suplente da banca, por aceitarem prontamente o convite para fazer parte da banca examinadora deste Trabalho de Conclusão de Curso, e, com isto, contribuir para a avaliação final do trabalho.

Aos 06 (seis) profissionais de Serviço Social, supervisores de campo de estágio de 06 (seis) instituições diferentes, que atuam no âmbito da questão socioambiental na Grande Florianópolis no ano de 2012, por terem aceitado prontamente o convite para participar da entrevista para a elaboração deste trabalho. Vocês foram profissionais e prestativas em todos os momentos. Sem a participação e importantíssima contribuição de cada uma, o trabalho não teria a riqueza e qualidade desejada.

A toda a equipe do CAPS ad Ilha, principalmente ao meu supervisor de estágio e amigo, Deivid de Abreu, por permitir que eu pudesse fazer parte do programa PET Saúde Mental, no ano de 2011 e realizar meu estágio-obrigatório I e II, durante o ano de 2012, na referida instituição. Agradeço imensamente pela confiança depositada, pela atenção, paciência e disponibilidade em compartilhar do seu fazer profissional comigo e demais estagiárias. Aprendi muito com você, como profissional e como pessoa. Desejo sucesso em sua caminhada!

As companheiras de CAPS, principalmente a Karla, que com seu jeitinho doce e amável, tornou-se mais do que companheira de aula e estágio, e sim, uma amiga. Foi muito bom poder compartilhar com você momentos alegres e outros nem tanto, mas eu pude contar com você, nem que fosse para jogar conversa fora, ou para falar sério, e até mesmo só para tomar um cafezinho. Tenho certeza que serás uma excelente profissional, torço pelo seu sucesso!

Não poderia deixar de dedicar um sincero e especial agradecimento a minha mais que amiga de infância, uma verdadeira irmã, Lara! Provérbios 18:24 diz que há um amigo mais chegado do que um irmão, e Eclesiastes 6:14 diz que quem achou um amigo, descobriu um tesouro. Sinto-me abençoada por Deus por ter a sua amizade! Você realmente é aquela amiga para todas as horas, momentos e situações. Aquela que mesmo não estando sempre por perto, eu sei que é a qual eu verdadeiramente posso contar. Espero que agora, você formada e eu também, possamos ter mais tempo para cultivar ainda mais a nossa amizade. Amo você e torço imensamente pelo seu sucesso e bênçãos de Deus para a realização dos seus sonhos! Obrigada pela força e pelas palavras de encorajamento neste momento tão importante da minha vida!

A todos os colegas de curso, em especial os que iniciaram a graduação comigo em 2009.1, pelas amizades que foram formadas, principalmente à Camila Natividade, Simere Silva, Natália de Faria, Adriane Bagatini e Thiago Lentz, pela cooperação, nos momentos de estudo, de risos, de aflições, cansaço, euforia e incentivo um ao outro. Amo vocês e torço pelo sucesso de cada um!

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao curso de graduação em Serviço Social que me ofereceram um grande crescimento e amadurecimento pessoal e que me proporcionarão um qualificado fazer profissional.

Enfim, a todas as pessoas que participaram deste longo processo de formação acadêmica, muito obrigada!

*"De nada adiantarão as conquistas sociais,
se não tivermos um planeta saudável para habitar."*

(Paulo Freire)

SILVA, Amanda Gomes de Medeiros. **Atuação do Assistente Social no âmbito da questão socioambiental**. 2013. 115f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RESUMO

Principalmente a partir da década de 1970, de acordo com as condições históricas e sociais determinadas pelo alto nível de produção e consumo, passou-se a reconhecer que o planeta é incapaz de prover, infinitamente, os recursos necessários para a reprodução da vida. A questão socioambiental passou a ser enfatizada em estudos e pesquisas promovidas por inúmeras instituições científicas e agências multilaterais que afirmam que a natureza apresenta sinais de esgotamento de suas potencialidades, fato que acarreta em obstáculo à incessante expansão da produção mercantil, seja pela escassez de matérias-primas, pela poluição, ou pela dimensão dos danos sociais, políticos e econômicos causados pela devastação ambiental. O objetivo do presente trabalho de conclusão de curso consiste em analisar as possibilidades da atuação do Assistente Social no que concerne à questão socioambiental, identificando quais são as “novas” funções e competências incorporadas por este profissional no âmbito da atuação neste campo emergente e compreendendo a dinâmica da ação deste profissional na questão socioambiental. Para alcançar o objetivo proposto, salienta-se que o método utilizado caracterizou a pesquisa como exploratória, de caráter qualitativo, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 06 (seis) profissionais de Serviço Social que atuam no âmbito da questão socioambiental na região da Grande Florianópolis. O trabalho está estruturado em três seções. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica que trouxe um resgate histórico da questão socioambiental no século XXI e após isso realizou-se considerações a respeito desta relevante temática no bojo da sociedade capitalista, abordando as distintas formas na relação entre homem e natureza e analisando a intensificação desta discussão a partir do viés das legislações que foram criadas e das conferências mundiais que foram realizadas. Na segunda seção, apresenta-se o caminho de construção da pesquisa e, posteriormente, apresenta-se um breve resgate histórico sobre a emergência do Serviço Social enquanto profissão, sinalizando os diferentes espaços sócio ocupacionais de atuação, com foco na temática socioambiental. Logo após, é realizada a análise e a interpretação dos dados obtidos nas entrevistas da pesquisa empírica. Na terceira e última seção apresentam-se algumas considerações relacionadas ao sugerido nos objetivos, evidenciando algumas sugestões e indicações conclusivas.

Palavras-Chave: Questão Socioambiental; Serviço Social; Exercício Profissional.

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

- Gráfico nº 01:** Caracterização das instituições as quais os sujeitos entrevistados estão vinculados.....p. 45
- Gráfico nº 02:** Caracterização dos sujeitos entrevistados.....p. 46
- Gráfico nº 03:** Formação profissional dos sujeitos entrevistados.....p. 47
- Gráfico nº 04:** Áreas em que os sujeitos entrevistados já atuaram.....p. 48
- Gráfico nº 05:** Formas de aproximação dos sujeitos entrevistados com a questão socioambiental.....p. 50
- Gráfico nº 06:** Ações desenvolvidas pelos Assistentes Sociais no âmbito da questão socioambiental.....p. 54
- Gráfico nº 07:** Formas de incluir a temática socioambiental na formação profissionalp. 83
- Quadro nº 01:** Foco das intervenções das profissionais entrevistadas.....p. 55

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ASA	Ação Social Arquidiocesana
CAPS ad	Centro de Atenção Psicossocial para Usuários de Álcool e Drogas
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CELATS	Centro Latino-Americano de Trabalho Social
CF	Constituição Federal
CNS/MS	Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde
CNUDS	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COHAPAR	Companhia de Habitação de Paraná
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP	Conferência das Partes sobre Clima
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DDT	Dicloro Difenil Tricloroetano
EA	Educação Ambiental
EIA	Estatuto de Impacto Ambiental
ELETROSUL	Centrais Elétricas S. A.
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
GTR	Geração de Trabalho e Renda
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima
MMA	Ministério do Meio Ambiente

MOC	Mobilização e Organização Comunitária
NUDEC	Núcleo Comunitário de Defesa Civil
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PET	Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PMP	Prefeitura Municipal da Palhoça
PMSJ	Prefeitura Municipal de São José
PNE	Política Nacional de Estágio
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PTS	Projeto Técnico Social
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SH	Superintendência de Habitação
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SMHSA	Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
SSO	Serviço Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFAs	Unidades de Formação Acadêmicas
UFSC	Universidade Federa de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WCED	World Commission on Environment and Development Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO SÉCULO XXI	17
1.1 SOCIEDADE CAPITALISTA E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL	18
1.2 A INTENSIFICAÇÃO DA DISCUSSÃO ACERCA DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL	23
2 O SERVIÇO SOCIAL E A DISCUSSÃO ACERCA DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL	34
2.1 O CAMINHO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	34
2.2 OS DIFERENTES ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL.....	38
2.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	44
2.3.1 Identificação dos sujeitos entrevistados e das instituições as quais estão vinculados	45
2.3.2 As concepções de questão socioambiental dos sujeitos entrevistados	48
2.3.3 As ações desenvolvidas pelos Assistentes Sociais no que concerne à temática socioambiental	54
2.3.4 Formação profissional	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	103
ANEXO A – CERTIFICADO EMITIDO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS (CEPSH) DA UFSC COM PARECER FAVORÁVEL A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	110
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	112
APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE PESQUISA	113
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	114
APÊNDICE D – CRONOGRAMA	115

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) corresponde à avaliação final como requisito parcial de aprovação para a obtenção do título de Bacharel no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O estudo foi desenvolvido mediante participação na pesquisa “Situações de Desastres: novas demandas e desafios ao trabalho interdisciplinar” financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

O objetivo deste trabalho consiste em contribuir para a análise das possibilidades da atuação do Assistente Social no que concerne à questão socioambiental, identificando quais são as “novas” funções e competências incorporadas por este profissional no âmbito da atuação neste campo emergente.

Abordar tal temática nos remete a reflexões e análises referentes às questões socioambientais no século XXI, reportando tanto a um breve histórico da sociedade capitalista e sua relação com o meio ambiente, quanto à intensificação da discussão acerca da questão socioambiental. Esclarece-se que foi a partir dos anos 1970 que a visão equivocada de que os recursos naturais eram ilimitados e que estavam à disposição do homem começou a ser questionada, e os homens passaram a perceber a possibilidade de esgotamento de determinados recursos e das consequências negativas que teriam devido ao processo de degradação ambiental (HOLTHAUSEN, 2002).

De acordo com Freitas, Nélsis e Nunes (2012), no bojo da sociedade capitalista diversas são as tentativas de tornar tal sistema “natural” (como único sistema econômico possível), “humanizado”, e, com isso, diminuir as críticas de caráter social e ecológico contrárias a este modo de produção. O atual modelo de produção está gerando um emaranhado de contradições ecológicas. No espaço econômico, o capital transforma a escassez de recursos e a poluição industrial em novos campos de acumulação e, no plano político, transfere a força das degradações para as classes subalternas e para os países periféricos.

Superar a alienação dos homens com o meio natural e com o trabalho é um desafio para a sociedade que tem o objetivo de se desenvolver de maneira

socialmente sustentável, porém, as soluções paliativas para tratar as questões socioambientais compõem-se em estratégias de fortalecimento do próprio modo de produção capitalista (FREITAS; NÉLSIS E NUNES, 2012).

A questão socioambiental vem ocupando cada vez mais um espaço importante na sociedade. De acordo com Silva (2011, p. 1) tornou-se um movimento social que expressa às problemáticas relacionadas aos "riscos de grande consequência", e requer a participação de todos os indivíduos, pois o Direito ao Ambiente é um "Direito Humano Fundamental".

Assim, a atuação do profissional de Serviço Social, pautada na sua Lei de Regulamentação N° 8.662, deve-se ancorar na defesa e no exercício dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade. Portanto salienta-se que esta temática vem ocupando um espaço cada vez mais importante na sociedade e apesar de ainda ser inicial o debate a respeito da questão socioambiental no Serviço Social, como categoria de pesquisa e de intervenção deste profissional, conclui-se que, de acordo com Nunes (2012a), "é inegável a importância deste para intervir nas refrações da destrutividade socioambiental".

Esclarece-se que o interesse por tal tema surgiu devido à realização de um trabalho feito na disciplina "Serviço Social e Política Social: Padrões Atuais de Proteção Social", inserido na 3ª fase do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde elaborei uma pesquisa sobre a temática ambiental, e abordei o assunto referente à reciclagem, com o título: *LIXO X LUXO*. A busca pela compreensão do tema aumentou na 7ª fase do curso, quando cursei uma disciplina da grade curricular da 8ª fase: "Tópicos Especiais em Serviço Social", onde estudamos temas relevantes ao Serviço Social, os quais não haviam sido muito abordados durante a graduação. Sendo assim, um dos temas trabalhados nesta disciplina foi o *Meio Ambiente e o Serviço Social*. Na referida disciplina foram apresentados gráficos que evidenciavam os temas mais defendidos nos Trabalhos de Conclusão de Curso dos estudantes de Serviço Social e o tema *Meio Ambiente* tinha uns dos índices mais baixos. Assim sendo, por acreditar na importância da discussão deste tema, vendo ele como atual e inerente à profissão, decidi fazer o meu TCC sobre a temática da questão socioambiental.

Como um profissional que atua junto às expressões da Questão Social que é resultado da contradição do Capital x Trabalho, compreende-se que esta temática é consequência de tal realidade e por sua vez se torna um espaço de enfrentamento como um local de afirmação da categoria e como meio de atuação profissional.

Diante disso, o presente trabalho tem o intuito de fornecer subsídios para responder o problema proposto *“Como ocorre a atuação do Assistente Social no âmbito da questão socioambiental?”*.

Para alcançar o objetivo proposto, salienta-se que o método utilizado caracterizou a pesquisa como exploratória, de caráter qualitativo, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 06 (seis) profissionais de Serviço Social que atuam no âmbito da questão socioambiental na região da Grande Florianópolis.

Os procedimentos utilizados para coleta de dados foram: a pesquisa bibliográfica, as quais foram utilizadas bibliografias diversas, as que se sobressaíram foram: Nunes (2012b), Vígolo (2012), Montibeller (2001), Lessa (2006), Dias (2006), Freitas; Nélsis; Nunes (2012), Coutinho (2009), Löwy (2009), Silva (2010), Silva (2011), Barros (2007), Azevedo (2012), Holthausen (2002), Mendes (2012), Layrargues (1997), Bonilla (2012). Foram utilizadas também leituras dos TCC's de estudantes de graduação e pós-graduação, dentre eles de: Nunes (2012a), Bordignon (2007), Steffens (2007) e Schmitz (2007).

E, paralelamente a pesquisa empírica foi desenvolvida com a utilização de questionários (APÊNDICE A) e formulários de pesquisa (APÊNDICE B) para conhecer como ocorre a atuação do Assistente Social no âmbito da questão socioambiental.

Para tanto, o presente trabalho estrutura-se em três seções. Na primeira seção foi realizada uma pesquisa bibliográfica que trouxe um resgate histórico da questão socioambiental no século XXI e após isso se realizou considerações a respeito desta relevante temática no bojo da sociedade capitalista, abordando as distintas formas na relação entre homem e natureza e analisando a intensificação desta discussão a partir do viés das legislações que foram criadas e das conferências mundiais que foram realizadas.

Na segunda seção, apresenta-se o caminho de construção da pesquisa e, posteriormente, apresenta-se um breve resgate histórico sobre a emergência do

Serviço Social enquanto profissão, sinalizando os diferentes espaços sócio ocupacionais de atuação, com foco na temática socioambiental. Logo após, é realizada a análise e a interpretação dos dados obtidos nas entrevistas da pesquisa empírica.

Na terceira seção o trabalho é finalizado com algumas considerações relacionadas ao sugerido nos objetivos, desenvolvidas ao longo de sua elaboração, evidenciando algumas sugestões e indicações conclusivas, e, por fim, apresentam-se as referências utilizadas, o questionário, o formulário de pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a realização das entrevistas e o cronograma do trabalho.

1 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO SÉCULO XXI

A presente seção será dividida em duas partes: na primeira, aborda-se a sociedade capitalista e a questão socioambiental¹, sinalizando que cada momento histórico reflete distintas formas na relação entre homem e natureza e que, no atual sistema de produção, essas relações se rompem – o que gera quebras de equilíbrio metabólico – onde se passou a transformar a natureza, por meio do trabalho, apenas para obter lucro e não mais com o fim de satisfazer as necessidades humanas. Para isso, foram utilizados os seguintes autores: Nunes (2012a), Vígolo (2012), Montibeller (2001), Lessa (2006), Dias (2006), Freitas; Nélsis; Nunes (2012), Coutinho (2009), Löwy (2009), Silva (2010) e Silva (2011).

Na segunda aborda-se a intensificação da discussão acerca da questão socioambiental, tanto em âmbito internacional, quanto, especificamente no âmbito brasileiro, sobretudo a partir do viés das legislações que foram criadas e das conferências mundiais que foram realizadas cujos objetivos eram discutir e apontar medidas para minimizar os impactos do desenvolvimento e os problemas socioambientais que, cada vez mais, tornavam-se evidentes. Os autores que contribuíram com essa sistematização foram: Silva (2010), Montibeller (2001), Barros (2007), Azevedo (2012), Dias (2006), Holthausen (2002), Mendes (2012), Layrargues (1997), Nunes (2012a), Bonilla (2012), Bordignon (2007) e Steffens (2007).

Salienta-se que o resgate histórico, bem como a compreensão da questão socioambiental no bojo da sociedade capitalista, é relevante, pois possibilitam a identificação de que o atual modo de produção, ao longo do tempo, violou e continua violando os direitos dos sujeitos, sendo que grande parte destes, já não mais se reconhecem como pertencentes à natureza.

¹ Faz-se importante mencionar que o termo “sócio” no ambiental é justificado no sentido de evidenciar uma opção política para reforçar a compreensão de que não se pode separar dessa discussão o componente social do ambiental. Nesse aspecto, destaca-se que, por vezes o termo “questão ambiental” e “crise ambiental” são utilizados sem distinção, porém, entende-se que a questão ambiental expressa, dentre outras questões, a crise ambiental.

1.1 SOCIEDADE CAPITALISTA E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Inicia-se a discussão, partindo-se do pressuposto que para compreender as manifestações da questão socioambiental, faz-se necessário vinculá-las ao modo de produção capitalista, por entender que este tem intensificado cada vez mais suas contradições, “[...] impondo a destrutividade ambiental e social como ‘condição’ para sua auto reprodução” (NUNES, 2012a, p. 26). Mas, para isso, é preciso situar que a história do capitalismo, conforme Vígolo (2012) é marcada por distintas formas na relação entre os homens e a natureza, sendo que tal relação só pode ser compreendida se analisarmos como o homem organiza a produção dos meios de vida.

No decorrer da história passamos por diferentes modelos de sociedade: escravismo, feudalismo e o mercantilismo que marcou a transição para atual sistema capitalista. Cada modo de sociedade caracterizou-se por determinadas formas de produção e, portanto, diferentes formas de relação entre os homens e a natureza (VÍGOLO, 2012).

Em tempos primitivos, destaca-se que o homem, por meio do trabalho, transformava a natureza para satisfazer suas necessidades. Esse período implicava em uma relação com a natureza basicamente de coleta, caça e pesca (VÍGOLO, 2012), onde o homem sentia-se pertencente à natureza (MONTIBELLER, 2001).

Complementa-se afirmando que o homem sempre criou e/ou transformou em seu entorno um meio ambiente² adequado para a sua sobrevivência. Na pré-história, a primeira grande modificação feita pelo homem foi nas suas próprias condições biológicas para sobreviver e superar os predadores naturais. Mediante conhecimento das propriedades da natureza, passou também a construir ferramentas, instrumentos reproduzindo idealmente as condições objetivas para essa construção podendo, posteriormente, transmitir para outrem essas representações (LESSA, 2006). Nesse contexto, “o trabalho não implica no desaparecimento da natureza, mas na sua transformação no sentido desejado pelos

² Em sentido amplo, o meio ambiente é composto de elementos químicos, físicos, biológicos, sociais, humanos e outros que envolvem um ser ou objeto. De forma restrita, o conceito de meio ambiente refere-se aos aspectos físicos e da natureza que interagem com o humano (MONTIBELLER, 2001).

homens” (LESSA, 2006, p.3), ou seja, no sentido de transformar a natureza para satisfazer suas necessidades e para manutenção da sua espécie.

Com o surgimento da agricultura ocorre um processo de profunda transformação da relação do homem com a natureza. A produção de alimentos permitia um excedente, que possibilitou um grande aumento da população, que passou a ocupar um espaço maior em detrimento do ambiente natural (DIAS, 2006).

Outra grande transformação na capacidade reprodutiva humana foi a Revolução Industrial no século XVIII, que gerou profundas alterações no ambiente natural devido ao crescimento econômico que promoveu. Durante o processo de crescimento econômico, os homens passaram a utilizar grandes quantidades de energia e de recursos naturais que configuraram um quadro de degradação contínua do meio ambiente. A industrialização trouxe ainda alta concentração populacional, devido à urbanização acelerada, contaminação do ar, do solo, das águas, desflorestamento, doenças, dentre outros. Os novos mecanismos e formas de produção, acrescidos pela intensiva exploração dos recursos naturais trazidos pela Revolução Industrial, mantiveram-se sem contestação durante todo o século XIX e grande parte do século XX (DIAS, 2006). Importante ressaltar o que Dias (2006, p. 07) traz sobre o desenvolvimento industrial:

Embora (...) tenha quase três séculos atrás, é somente nas duas últimas décadas do século XX que o volume físico da produção industrial no mundo cresceu espetacularmente, considerando-se que na segunda metade do século XX foram empregados mais recursos naturais na produção de bens que em toda a história anterior da humanidade.

Assim sendo, em função de suas necessidades ou das necessidades de determinada classe social que se impõe sobre as demais, o homem passa a buscar um maior conhecimento sobre a natureza para que, através do desenvolvimento de tecnologias, possa agir sobre esta visando à obtenção de lucros. Ou seja, o homem não mais extrai do meio natural apenas aquilo que precisa para sobreviver, mas passa a transformar a natureza em seu favor, criando objetos, instrumentos, produtos com valor-de-uso, os quais têm uma utilidade para a satisfação das necessidades humanas (VÍGOLO, 2012).

A atividade humana para garantir suas necessidades naturais (comer, por exemplo) ou socialmente determinadas (como locomover-se a longas

distâncias) muda a forma da matéria, e nesse sentido a sociedade cria a natureza. A matéria em si nunca é criada ou destruída; ela é mudada em sua forma. Assim se dá a produção, ou dominação, da natureza. Logo é ela socialmente produzida, assim como seu significado social também o é: o trabalho que transforma a matéria muda, por sua vez, a maneira como o trabalhador vê a natureza. Portanto, a visão de mundo vai sendo modificada em decorrência das mudanças na relação do homem com a natureza, na busca da satisfação de suas necessidades ou dos interesses da classe dominante (MONTIBELLER, 2001, p.39).

Esclarece-se, portanto, que no capitalismo a mercadoria passa a ser orientada pela busca de valor-de-troca, onde “a satisfação das necessidades humanas não é mais o fim último, ela é o meio para se obter lucros e acumular capital” (VÍGOLO, 2012, p. 9). Essa relação entre homem e natureza leva ao que Marx denominava de “fratura metabólica” que:

[...]expressa a alienação entre o homem e a natureza que se dá pela especificidade do trabalho e de toda a cadeia produtiva, quando desenvolvidas no sistema capitalista. Para Marx, a natureza e o homem possuiriam um metabolismo único, esta seria o corpo inorgânico desse, e, com a alienação do próprio ser no capitalismo, ocorreria um distanciamento visceral entre ambos, estabelecendo a denominada "fratura metabólica". Marx e Engels, enquanto primeiros a aplicarem o conceito de metabolismo à sociedade, associaram o referido termo à relação cidade-campo, grande indústria-grande agricultura, homem-natureza, e a "falha" estariam na insustentabilidade destes relacionamentos dentro do capitalismo (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012, p. 42).

Com base no exposto até então, enfatiza-se que o desenvolvimento econômico do capitalismo sempre acarretou a degradação ecológica e social – por meio da exploração da mão-de-obra, do uso indiscriminado dos recursos naturais, tendo o lucro como objetivo principal, poluindo a terra, os rios e o ar para produzir bens e serviços, excluindo uma parte da população dos seus benefícios pela concentração de renda – no entanto, nas três últimas décadas as manifestações da relação insustentável com a Terra formaram um conjunto de contradições que acarretaram à identificação da chamada "crise ambiental"³.

Leff (1994, apud NUNES, 2012a) afirma que nos últimos dez anos do século XX manifesta-se uma crise da civilização ocidental, capitalista e econômica, a qual

³ Esta se define, principalmente, por meio das mudanças climáticas, como o aumento da temperatura do planeta em decorrência do efeito estufa, as devastações das florestas tropicais, as exaustões e contaminações dos solos, das águas e dos mares, a redução da biodiversidade, as extinções de animais, de alguma maneira relacionada com o aumento da população, urbanização, aumento dos desastres socioambientais, e uso de energias com base em fontes não renováveis (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012).

tem sido explicada por diversas perspectivas ideológicas: De um lado, é percebida como resultado do crescimento populacional sobre os recursos limitados do planeta. De outro lado, é compreendida como o efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro em curto prazo.

Su génesis [da crise] está dada en un proceso histórico dominado por la expansión del modo de producción capitalista, por los patrones tecnológicos que genera una racionalidad económica, a la cual guía el propósito de maximizar las ganancias y los excedentes económicos en el corto plazo, en un orden económico mundial marcado por la desigualdad entre naciones y clases sociales (LEFF, 1994, p. 72, apud NUNES, 2012a, p. 43).

Na crítica das abordagens da denominada crise ambiental, autores como Foladori (1999), Coutinho (2009), Silva (2010), Freitas; Nélsis; Nunes (2012) destacam que, por vezes, este termo é usado de maneira descontextualizada do avanço do sistema capitalista, por não ter a associação da "crise ambiental" ao modo de produção capitalista e à destruição da natureza. Diante disso, é possível identificar pelo menos duas grandes tendências para o que vem sendo denominada crise ecológica e/ou ambientalista:

Uma delas, de caráter conservador, assume que é possível reverter a atual situação de crise adotando-se o desenvolvimento sustentável como princípio estruturante do processo de desenvolvimento. A outra tendência, de visão transformadora, assume que as raízes da crise estão no padrão civilizatório eurocêntrico, portador da ideia de progresso imposto aos povos do planeta pela colonização. Enquanto Burkett (1999), Foster e Clark (2004) entendem que o capitalismo gera um conjunto de contradições ecológicas que, em escala planetária, colocam em perigo a biosfera em sua totalidade, ou seja, apreendem que a referida crise poderia levar a uma crise do sistema capitalista, Chesnais e Serfati (2003) rejeitam a ideia de que pelo viés da destruição ou de danos graves ao ambiente natural, o capitalismo estaria em perigo, e até destruiria suas próprias condições de reprodução e de funcionamento enquanto capitalismo (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012, p. 43-44).

De acordo com Loureiro (2006, p. 11, apud FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012, p. 44), diante das propostas para superar a denominada crise ambiental, afirma-se que a solução não é apenas às mudanças comportamentais, nem, à descoberta de tecnologias limpas, porém é necessário uma "[...] reorganização da base civilizacional e da estrutura política, econômica social e cultural, vigente nas sociedades instituídas no período posterior à Revolução Industrial e no marco da modernidade capitalista".

Marx acreditava que apenas um sistema comunista e socialista poderia proporcionar o desenvolvimento econômico capaz de satisfazer às necessidades básicas do ser humano. Nesse sistema não ocorreria a produção de supérfluos e excedentes, os quais visam unicamente ao lucro, o que iria alterar positivamente a relação entre homem e natureza. (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012).

Löwy (2009), por sua vez, afirma que o crescimento absurdo das agressões ao meio ambiente e a crescente ameaça de uma ruptura do equilíbrio ecológico configuram um cenário de catástrofe que coloca em questão a própria sobrevivência da humanidade e nos faz confrontar com uma *crise de civilização* que exige mudanças radicais. Uma das necessidades elencadas pelo autor é elevar a consciência anticapitalista, entendendo que o capitalismo é um sistema que leva à destruição do meio ambiente, promovendo catástrofes ambientais.

Porém, para Silva (2011) não basta dizer que o capitalismo está em crise, a questão central é saber o que vai substituir este sistema e que estratégias podem ser levantadas em curto, médio e longo prazo, sendo que esta é uma luta política que também deve levar em consideração o poder de reagir de cada país. Ou seja, é preciso avançar nas contradições do sistema para ultrapassá-lo, pois de acordo com Paul Boccara, no espaço de crise do capitalismo crescem as oportunidades de transformação. Para isso é necessário aumentar a luta por novas relações culturais, políticas e demográficas. É preciso ultrapassar as relações de mercados e as formas de delegação de poder atuais, e buscar fazer com que toda a humanidade compartilhe para privilegiar as atividades sociais livres de cada ser humano.

Silva (2011) enfatiza, portanto, que não se pode sair da crise ambiental sem sair da crise do capitalismo, ou melhor, sem sair do capitalismo em crise. A crise ambiental é resultado de um modelo de produção, e mais, é resultado de um modelo de vida que confunde “qualidade de vida com quantidade de coisas”, como adverte Eduardo Galeano.

Burkett (2007, apud SILVA, 2011), explica que, segundo Marx, a acumulação do capital requer, além da força de trabalho para explorar, condições naturais e materiais que permitam a exploração da força de trabalho e que o trabalho excedente seja incorporado e materializado em mercadorias. Isto explica porque o capitalismo tem sido tão ecologicamente destrutivo ao longo da sua história e porque

atualmente está colocando em risco a própria habitação da humanidade no planeta. Assim, compreende-se que a análise crítica executada por Marx da valorização capitalista é essencial para um entendimento adequado das crises ambientais contemporâneas.

Para tanto, o fato de não defendermos ilusões sobre a possibilidade de “ecologizar o capitalismo” e afirmarmos que existe uma incompatibilidade entre o meio ambiente ecologicamente equilibrado (garantido em várias constituições como um direito fundamental) e o modelo de produção capitalista, não significa que não se possa delinear combates por imediatas reformas “no” capitalismo buscando construir caminhos que conduzam “para além” do capitalismo (SILVA, 2011). Porém, é preciso buscar a construção de outra forma de sociedade, bem como compreender que o capitalismo vem buscando estratégias para minimizar os impactos negativos da questão socioambiental, – a exemplo dos créditos de carbono, da indústria de reciclagem, das tecnologias limpas, entre outras – apenas pelo fato destes se constituírem num limite para a sua autorreprodução, pois impedem a apropriação dos bens sociais e naturais e a sua mercantilização (SILVA, 2010; NUNES, 2012a).

Em vista do exposto até então, na próxima subseção, será apresentado um resgate da intensificação da discussão acerca da questão socioambiental.

1.2 A INTENSIFICAÇÃO DA DISCUSSÃO ACERCA DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

De acordo com as condições históricas e sociais determinadas pelo alto nível de produção e consumo, passou-se a reconhecer que o planeta é incapaz de prover, infinitamente, os recursos necessários para à reprodução da vida. Essa questão é enfatizada em estudos e pesquisas promovidas por inúmeras instituições científicas e agências multilaterais que afirmam que a natureza apresenta sinais de esgotamento de suas potencialidades, fato que acarreta em obstáculo à incessante expansão da produção mercantil, seja pela escassez de matérias-primas, pela poluição, ou pela dimensão dos danos sociais, políticos e econômicos causados pela devastação do meio ambiente.

O debate sobre o meio ambiente começou a alcançar maior visibilidade, quando passa a se difundir a ideia de que existe uma “questão socioambiental”, promovendo a entrada do tema na agenda dos diversos segmentos mundiais. O agravamento da “questão socioambiental” e sua sobreposição com as refrações da “questão social” impõe-se como desafio que deve ser enfrentado por todos que se preocupam com a deterioração da humanidade no planeta.

Para dar conta destas complexas necessidades, o sistema do capital opera mudanças no processo de produção de mercadorias. O apelo preservacionista ganha força e em torno dele se mobilizam o Estado e a sociedade civil para levantar alternativas em relação à destruição da natureza, promovendo práticas consideradas “ambientalmente sustentáveis” e “ecologicamente saudáveis” (SILVA, 2010).

Somente na segunda metade do século XX que se deu início a um movimento global, que resultou em inúmeros encontros, conferências, tratados e acordos assinados pelos países do mundo. Houve uma maior participação das comunidades contemplando o meio ambiente como parte integrante e necessária de qualquer progresso que a humanidade queira ter.

A intensificação, na segunda metade do século XX, dos problemas relacionados à exploração desenfreada dos recursos da natureza e a degradação ambiental com caráter global aprofundam a consciência ecológica em muitos segmentos da sociedade, dando origem ao *movimento ambientalista* (MONTIBELLER, 2001, p.42).

Até o ano de 1962, os problemas derivados da relação do homem com o meio ambiente foram abordados de forma muito superficial. Até que a bióloga, escritora, cientista e ecologista norte-americana, Rachel Louise Carson, publicou o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) – sendo considerada a primeira publicação em defesa do meio ambiente – sobre os perigos e os efeitos danosos de *DDT* (Dicloro Difenil Tricloroetano) no uso como pesticida na agricultura, sendo que gerou enorme repercussão, ou seja, o debate se polarizou entre aqueles que eram adeptos a esta ação, haja vista que a economia mundial da época exigia decisões que minimizassem os efeitos devastadores do pós-guerra, mas, também, aqueles que eram contrários a esta prática, já que no livro, a autora afirmava que o DDT penetrava na cadeia alimentar acumulando-se nos tecidos gordurosos dos animais, inclusive do homem, sendo que sua presença já havia sido detectada até mesmo no

leite humano, com a possibilidade de causar dano genético e até mesmo câncer. De forma impactante, Carson mostrou que apenas uma aplicação de DDT em uma lavoura matava pragas durante meses e, não atingia somente insetos, mas diversas outras espécies de animais, sendo que, mesmo com sua diluição pela chuva, deixava tóxico todo o meio ambiente. Nas pessoas, o DDT causava sintomas não específicos, como dor de cabeça, insuficiência respiratória, tonturas, convulsões, cloro-acnes na pele, e até mesmo morte, a depender do tempo de exposição e da dose utilizada (BARROS, 2007; AZEVEDO, 2012).

Para Dias (2006), Silva (2010) e Azevedo (2012), em 1971, aconteceu uma Conferência promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera, que estabeleceu as bases para o Programa Homem e a Biosfera. Logo em seguida, ocorreu a Assembleia das Nações Unidas que decidia a realização da I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente em 1972, na cidade de Estocolmo, que teve a participação de 113 países. Este evento foi convocado pela necessidade de discutir temas relacionados ao meio ambiente que poderiam gerar conflitos internacionais, como o solo, a água e o ar, sendo o evento que marcou o ambientalismo mundial e teve como resultado, a publicação do Relatório de Meadows (do Clube de Roma), o qual trazia um alerta sobre os limites do crescimento.

Com base no descrito, destaca-se que no início da década de 1970, tornaram-se mais consistentes os questionamentos sobre o modelo de crescimento e desenvolvimento econômico que perdurava desde a Revolução Industrial, os níveis de subdesenvolvimento e pobreza não abaixavam, pelo contrário, até aumentavam, além da desigualdade social entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a qual se tornava cada vez maior. Acordos e conferências temáticas internacionais proliferaram após a I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (DIAS 2006; SILVA 2010; AZEVEDO 2012).

Durante a década de 1980, evidências científicas sobre a possibilidade de mudanças do clima em nível mundial fizeram com que a questão passasse a ser tratada com uma maior profundidade. Conforme Dias (2006), em 1983, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Comissão

Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, com o objetivo de examinar as relações entre meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis. Essa Comissão em 1987 elaborou o Relatório Brundtland, também denominado de Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), que introduziu o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com o relatório de Brundtland, desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 7). Para Holthausen (2002) e Mendes (2012) o desenvolvimento, adjetivado, sustentável surgiu da necessidade de conciliar o crescimento da produção de bens e serviços, destinados ao bem-estar das pessoas, com a preservação ambiental. Silva (2010, p. 29), por sua vez, enfatiza que “O ideário do Desenvolvimento Sustentável ganha centralidade nas propostas de amplos segmentos da sociedade, mobilizados em torno do desafio de compatibilizar crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e social”.

Assim sendo, corroborando com o mencionado na subseção 1.1, Freitas; Nélsis; Nunes (2012), Mészáros (2001), Silva (2010), Ramos (2010), Mota e Silva (2009) e tantos outros autores, entendem que o Desenvolvimento Sustentável, na sociedade capitalista, não possibilita a criação de práticas socioeconômicas capazes de transformar, de forma expressiva, a relação entre sociedade e natureza.

Muitos ambientalistas no mundo inteiro criticaram esse relatório, que, segundo eles, não passava de uma perspectiva conservadora de crescimento sustentável, ao não questionar o modelo de desenvolvimento vigente em escala mundial, por acreditar no voluntarismo dos agentes econômicos e, finalmente, por propor apenas a transformação do capitalismo num “ecocapitalismo”. O Relatório Brundtland sugeria apenas a implantação de uma série de medidas paliativas, um “capitalismo verde”, para minimizar os impactos ambientais, muito aquém, portanto, das propostas radicais dos que defendiam a concepção de sociedades sustentáveis. Percebeu a sutileza? Os defensores de uma proposta radical de sustentabilidade, portanto críticos da proposta conservadora, nem utilizam o termo desenvolvimento, que, para eles, já está fortemente impregnado de uma perspectiva meramente econômica. As sociedades sustentáveis estariam baseadas em igualdade econômica, justiça social, preservação da diversidade cultural, da autodeterminação dos povos e da integridade ecológica, o que obrigaria a mudanças não apenas econômicas, mas filosóficas, morais e éticas. Implicaria, enfim, uma visão holística para a relação homem-natureza (DIREITO AMBIENTAL, 2010, p. 1).

Assim, verifica-se que a proposta de um “novo estilo de desenvolvimento”, explicado pelo desenvolvimento sustentável, que poderia significar uma mudança de rumo, permanece na mesma rota de sempre. O problema está em acreditar que a proposta do desenvolvimento sustentável deseja preservar o meio ambiente, quando na verdade somente se preocupa em garantir a ideologia hegemônica (LAYRARGUES, 1997).

O modo burguês de produzir e reproduzir-se submeteu a humanidade a um impasse: a sociedade que esbanja riqueza é, ao mesmo tempo, uma usina de miseráveis; o desenvolvimento tecnológico que acalentou as modernas aspirações de domínio da natureza para dela obter as fontes de satisfação das necessidades humanas transfigurou-se em pesadelo e fonte de destruição (SILVA, 2010, p. 99).

Foram realizadas uma série de conferências internacionais que apelavam para a urgência de um tratado mundial para enfrentar tal problema nos anos 1990. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) criaram então um grupo de trabalho intergovernamental que se encarregou de preparar as negociações desse tratado. A partir daí, grandes progressos aconteceram, em parte, devido ao trabalho realizado pelos especialistas do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e a realização de reuniões como a Segunda Conferência Mundial sobre o Clima (1990). Porém, essas alterações climáticas estão ocorrendo, de maneira cada vez mais intensa, e elas vêm evidenciando a destruição ambiental de forma global (ONU, 2003).

De acordo com Azevedo (2012) e Nunes (2012a), após vinte anos da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ou Conferência de Estocolmo, foi realizada no Brasil, em 1992, a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou ECO-92, tendo como sede o Rio de Janeiro. O tema principal desta Conferência foi o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, sendo que participaram 172 governos, incluindo 108 Chefes de Estado e de Governo, aproximadamente 2.400 representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs), 17.000 pessoas participaram do Fórum de ONGs.

Nesta Conferência três grandes acordos para regular os futuros trabalhos foram aprovados, sendo eles: **Agenda 21; Declaração do Rio sobre o Meio**

Ambiente e o Desenvolvimento; Declaração de Princípios relativos às Florestas. Outras duas convenções com força jurídica também foram assinadas por 154 países, inclusive pelo Brasil, com objetivo de evitar mudanças climáticas mundiais e a erradicação da diversidade das espécies biológicas, sendo elas: a **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas⁴** e a **Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade.**

O documento denominado Agenda 21, foi aprovado pela comunidade internacional durante a Rio-92, contendo compromissos para mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século. Resgatava-se, assim, o termo 'Agenda' no seu sentido de intenções, desígnio, desejo de mudanças para um modelo de civilização em que predominasse o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações. A Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de um país, Estado, município e/ou região, e planeja o futuro de forma sustentável. Esse processo de planejamento deve envolver todos os atores sociais na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para a sua solução a curto, médio e longo prazo. A análise e o encaminhamento das propostas para o futuro devem ser feitas dentro de uma abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional (BRASIL, 2005).

Destaca-se ainda que o Relatório Brundtland também denominado *Our Common Future* – Nosso Futuro Comum – foi referência e base importante para os debates que aconteceram na Rio-92. Nesta Cúpula, se popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável, tornando as questões ambientais e de desenvolvimento indissoluvelmente ligadas. Critérios e novos paradigmas para o

⁴ “Assinada por 154 países, conforme mencionado anteriormente, a *Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas* (criada na Rio-92), entrou em vigor em 1994. Os países signatários são separados em três grupos: Países do Anexo I (países industrializados); Países Anexo II (países desenvolvidos que pagam os custos para países em desenvolvimento) e, Países em desenvolvimento. Os países membros da referida Convenção reúnem-se periodicamente nas reuniões chamadas Conferência das Partes (COP)” (NUNES, 2012, p. 79). As Conferências das Partes sobre Clima (COPs) são reuniões de o foro de tomadas de decisão, onde deliberações são operadas por meio de consenso entre os representantes dos governos de todos os países que ratificaram os acordos. No fim de cada COP, uma série de decisões é adotada, encaminhando os trabalhos do ano seguinte, para a próxima COP. Foram realizadas 17 COP's, a saber: COP-1: Berlim, 1995; COP -2: Genebra, 1996; COP-3: Quioto, 1997 quando foi criado o Protocolo de Quioto; COP-4: Buenos Aires, 1998; COP-5: Bonn, 1999; COP-6: a primeira parte foi celebrada em Haya em 2000, e a segunda parte em Bonn em 2001; COP-7: Marrakech, 2001; COP-8: Nova Delhi, 2002; COP-9: Milão, 2003; COP-10: Buenos Aires, 2004; COP-11: Montreal, 2005; COP-12: Nairobi, 2006; COP-13: Bali, 2007; COP-14: Polônia, 2008; COP-15: Dinamarca, 2009; COP-16: Cancun, 2010; COP-17: África do Sul, 2011.

desenvolvimento foram definidos, estabelecidos na Agenda 21, pelas nações participantes, inclusive o G-7 (conjunto de países mais ricos do mundo). Nesta época o mundo já tinha 5,44 bilhões de habitantes.

Como resultado, concorda-se com Becker (2012, apud AZEVEDO, 2012), a qual afirmou em entrevista que:

[...] as grandes reservas de recursos naturais estão em países em desenvolvimento e as tecnologias estão no Norte, levando-nos a concluir que os BRICs – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul devem se prevenir contra o ataque dos países que já esgotaram suas capacidades de retroalimentação de seus ecossistemas.

Importante ressaltar, de acordo com Nunes (2012a) que em 1997 foi realizada a Rio+5 nos Estados Unidos; em 2002 ocorreu a Rio+10 na África do Sul com o objetivo principal de rever as metas propostas pela Agenda 21; em 2012, vinte anos após a Cúpula que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, o Brasil mais uma vez foi sede de uma Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, a Rio + 20, a qual teve dois temas em foco: o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável; e uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

Considerado o maior evento já realizado pela Nações Unidas, a Rio+20 contou com a participação de chefes de estados de cento e noventa nações que propuseram mudanças, sobretudo, no modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta. Além de questões ambientais, foram discutidos, durante a CNUDS, aspectos relacionados a questões sociais como a falta de moradia e outros (RIO+20, 2012).

Bonilla (2012) afirma que o último texto desta Conferência foi elogiado por Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, sendo que para o mesmo tratou-se de um "bom documento, uma visão sobre a qual podemos construir nossos sonhos". Por outro lado, a sociedade civil denunciou a falta de ambição e a ineficácia da Rio+20. Ou seja, a cúpula Rio+20 foi finalizada com uma longa lista de promessas para avançar com uma "economia verde"⁵ que combata a pobreza e diminua a degradação do meio ambiente, sob muitas críticas pela falta de financiamento e metas (BONILLA, 2012, p. 1). Para KumiNaidoo, do Greenpeace Internacional, o

⁵ Bonilla (2012) afirma que as declarações feitas na Rio+20 impulsionam para uma transição para a "economia verde", um conceito dado pelos europeus, porém criticado por diversos ativistas e países em desenvolvimento, os quais temem que esta transição promova a mercantilização da natureza e represente o protecionismo, causando prejuízo às nações pobres.

acordo final é "abstrato e não corresponde à realidade", e o mesmo completou afirmando que "O que vemos aqui não é o mundo que queremos, é um mundo no qual as corporações poluidoras e aqueles que destroem o meio ambiente dominam" (BONILLA, 2012, p. 1).

De acordo com Bonilla (2012) os líderes mundiais adotaram o documento final que cita as principais ameaças ao planeta Terra: desmatamento, aquecimento climático, contaminação, desertificação, esgotamento dos recursos pesqueiros e extinção de milhares de espécies, classificado como "um dos principais desafios de nossos tempos". Sendo que o rascunho deste documento, com 53 páginas, afirma que "Renovamos nossos compromissos com o desenvolvimento sustentável, para garantir a promoção de um futuro economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável para nosso planeta e para gerações futuras e presentes" (BONILLA, 2012, p. 1).

Os ativistas afirmam que dois eventos paralelos – a Cúpula dos Povos e a Cúpula Empresarial – foram mais produtivos que a Rio+20, com troca de experiências e inúmeros compromissos voluntários para reduzir as emissões de CO², anunciados por empresas (BONILLA, 2012, p. 1).

De acordo com o exposto até então, conforme Nunes (2012a) os documentos mais representativos, em âmbito internacional no que diz respeito à questão socioambiental e, mais especificamente à Educação Ambiental, são: Conferência de Estocolmo; Relatório Limites do Crescimento; Carta de Belgrado; Conferência de Tbilisi; Relatório Nosso Futuro Comum; Rio-92; e, em âmbito nacional: Política Nacional do Meio Ambiente; Política Nacional de Educação Ambiental; Agenda 21 brasileira e Programa Nacional de Educação Ambiental.

Segundo Bordignon (2007) o movimento ecológico no caso do Brasil emergiu na década de 1970, no período da ditadura militar. A burguesia nacional estava se articulando para atrair o capital estrangeiro para o país, com a justificativa de estimular o desenvolvimento brasileiro. Em contra partida, o movimento ecológico internacional requisitou que as instituições estrangeiras somente poderiam investir no Brasil, se este cumprisse algumas exigências preservacionistas. Sendo assim, antes de haver de fato um movimento ecológico brasileiro, o Estado estabeleceu

instituições para reger o meio ambiente, com o objetivo de viabilizar a entrada dos investimentos estrangeiros.

Seguindo uma tendência mundial, a preocupação com os recursos naturais do meio ambiente vem aumentando no Brasil, que possui um território muito rico em recursos naturais. Dessa forma se espera que tanto o poder público quanto as entidades não governamentais se mobilizem para preservar esse patrimônio (BORDIGNON, 2007, p. 12).

No Brasil existem diversos documentos que abordam a questão socioambiental, entre eles: Lei nº 6.803/80, Estatuto de Impacto Ambiental (EIA); Lei 6938/81, a qual instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente; Lei nº 7.347/85, a qual dispõe sobre a Ação Civil Pública por danos causados ao meio ambiente; Lei nº 7.735/89 cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Lei das Águas, nº 9433/1997 a qual dispõem sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/98; Lei 9.795/99, a qual dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental; Lei de Saneamento Ambiental nº 11.445 de 05/01/2007 (STEFFENS, 2007).

A Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, considerada uma das leis mais importantes da área ambiental, a qual trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, trouxe ao mundo do Direito o conceito normativo de meio ambiente como objeto específico de proteção em seus múltiplos aspectos. Em seu art. 3º, inciso I, há a conceituação do meio ambiente:

Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

A Carta Magna, influenciada pela Declaração de Estocolmo, foi a primeira a defender a questão do meio ambiente em termos mais específicos, sendo que nela encontra-se o meio ambiente como um direito essencial à qualidade de vida que deve ser defendido e preservado, como segue no Art. 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Ainda no art. 225, §1º, III da referida Constituição fica estabelecido que compete ao Poder Público, o dever de definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a modificação e a extinção somente permitidas através de Lei. As áreas protegidas podem se localizar em áreas públicas ou privadas e por terem atributos ambientais recebem tratamento diferenciado, pois uma vez declaradas áreas protegidas são sujeitas ao regime jurídico de interesse público. É protegido diretamente pela Constituição Federal de 1988 como sendo: a Floresta Amazônica Brasileira, a mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.

Destacando apenas essas duas legislações mais expressivas e que serviram de base para a construção das demais, destaca-se que para Bordignon e Steffens (2007) a legislação brasileira é considerada uma das mais bem elaboradas e completas do mundo, que representa um avanço em relação à história que foi escrita com muita resistência e repressão. Porém, a maior dificuldade, com base nessas autoras, diz respeito a não efetivação das leis. Atualmente tem-se vivenciado um processo crescente de mudanças e grandes transformações, sócio econômica, cultural, política e ambiental, que vem resultando no agravamento das mais diversas expressões da questão socioambiental. Para isso, faz-se necessário o controle social, onde a sociedade busque cobrar do poder público uma efetiva aplicação das leis, através da fiscalização pelo IBAMA, pela Policia Ambiental, e pela atuação da esfera judicial dos Ministérios Públicos Federal e Estadual.

Bordignon (2007) afirma que as ameaças causadas em consequência de fenômenos como o buraco na camada de ozônio e o aquecimento global, entre outros, demonstram que é extremamente necessário o cumprimento das normas, leis e protocolos, os quais propõem a redução e até mesmo a eliminação de atividades que causem desequilíbrio ao meio ambiente e a natureza. Diante da acentuada desigualdade social e da grave degradação ambiental, torna-se essencial a busca por um novo modo de produção.

É importante ressaltar que além do exposto até então, inúmeros eventos continuam sendo realizados, tanto no Brasil quanto no mundo, e a questão socioambiental está cada dia mais sendo discutida e problematizada, devido às

graves consequências ambientais derivadas do atual modo de produção e da relação estabelecida entre homem e natureza.

De acordo com Nunes (2012a, p. 81 - 82) é importante enfatizar que diante das diversas Conferências “identifica-se, por um lado, a evidência e a preocupação em torno da temática e, por outro lado, a dificuldade ou a impossibilidade de se compatibilizar justiça ambiental e social na ordem capitalista que almeja o lucro”. A referida autora afirma que, de modo geral, os documentos ressaltaram os discursos de participação e democracia, evidenciando que para superar os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento é necessária uma ação conjunta de toda humanidade e uma cooperação entre os países. Porém, é relevante enfatizar que o sistema capitalista “[...] está dividido hierarquicamente entre um centro e uma periferia de nações que ocupam posições fundamentalmente diferentes na divisão internacional do trabalho, e em um sistema mundial de dominação e dependência” (FOSTER; CLARK, 2006, p. 226 apud NUNES, 2012a, p. 82).

Neste sentido, evidencia-se que instrumentos como o conceito de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 21, entre outros, mesmo sendo apropriados pelo capital, não se estabelecem como mecanismos de transformação. Com base em discursos de acordo e cooperação e não de rivalidade de classe, o capital vem, se apropriando da natureza de forma privada, apoiando-se no trabalho humano, e se empenhando para minimizar suas manifestações (NUNES, 2012a).

Portanto, compreendendo essas relações desiguais entre os países, apesar da intensificação de encontros, assembleias e conferências, verifica-se que seus resultados “em nada vai mudar o olhar das nações ricas sobre os recursos naturais. Para elas ainda importa somente, o crescimento do capital do qual são detentoras.” (AZEVEDO, 2012).

Com base nas questões aqui pontuadas, bem como avaliando que o Serviço Social vem contribuindo nas discussões e intervenções no âmbito da questão socioambiental, na próxima seção abordar-se-á a importância da atuação desta categoria profissional nesta temática emergente.

2 O SERVIÇO SOCIAL E A DISCUSSÃO ACERCA DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Inicia-se esta seção destacando os procedimentos metodológicos que foram adotados para a realização deste trabalho, discorrendo sobre a pesquisa e os objetivos propostos. Posteriormente, será apresentado um breve resgate histórico sobre a emergência do Serviço Social enquanto profissão, sinalizando os diferentes espaços sócio ocupacionais de atuação, com foco na temática socioambiental. Logo após, serão analisados os dados obtidos nas entrevistas com 06 (seis) Assistentes Sociais, supervisores de estágio, de 06 (seis) instituições diferentes, que atuam com a temática socioambiental na Grande Florianópolis no ano de 2012.

Desse modo busca-se concretizar um estudo evidenciando qual o entendimento desses profissionais em relação à temática do presente trabalho; quais ações eles realizam em relação a esta questão; qual a importância do trabalho em equipe multiprofissional/interdisciplinar; além de discorrer sobre a avaliação desses profissionais sobre o papel da Universidade e, especificamente, do Departamento de Serviço Social, no que diz respeito à formação profissional que abarque a temática socioambiental.

2.1 O CAMINHO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

No que diz respeito ao universo e amostra da pesquisa, deve-se sinalizar que uma pesquisa é, segundo Rauen (2002, p.47), o “esforço dirigido para aquisição de um determinado conhecimento que propicia a solução de problemas teóricos, práticos e/ou operativos mesmo quando situados no contexto do dia-a-dia do homem.” De acordo com Gil (1999, p.42) pesquisa social é definida “como o processo que, utilizando metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. Desta forma, salienta-se que será realizada uma pesquisa de campo aplicada exploratória com caráter qualitativo.

De acordo com Minayo (1997, p. 22) “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”, ou seja, “trabalha com o

universo de significados, motivos, aspirações, crenças, [...] o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1997, p. 22).

Conforme Gil (2002), os levantamentos de modo geral, abrangem um universo de elementos tão grande sendo impossível considerá-los em sua totalidade. Portanto, frequentemente trabalha-se com uma amostra, a qual se apresenta como uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. As amostras podem ser probabilísticas e não-probabilísticas (BIANQUINI, 2010). Assim sendo, optou-se pela amostra não probabilística onde, segundo Bianchini (2010, p. 1): “A escolha dos elementos da amostra é feita de forma não aleatória, existindo um procedimento de seleção dos elementos da população segundo critérios estabelecidos pelo pesquisador”.

Assim sendo, de forma mais específica foi utilizada a Amostragem Não Probabilística Intencional ou por Julgamento, a qual, de acordo com Bianchini (2010) os elementos da amostra são baseados em escolhas de casos específicos e julgados como adequados, na população onde o pesquisador está interessado. De maneira geral, o critério de representatividade dos grupos investigados em uma pesquisa-ação é mais qualitativo do que quantitativo, portanto, para Gil (2002 p. 145):

O mais recomendável nas pesquisas desse tipo é a utilização de amostras não probabilísticas, selecionadas pelo critério de intencionalidade. Uma amostra intencional, em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa; o que é o caso da pesquisa-ação.

Portanto, para selecionar os profissionais que fizeram parte da amostra da pesquisa, buscou-se o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 12^a Região – Santa Catarina, para saber o número de profissionais atuando na região da Grande Florianópolis no ano de 2012 e assim, selecionar aqueles que exercem sua função no âmbito da questão socioambiental; também, procurou-se o setor de estágio do curso de Serviço Social – SSO, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para identificar os profissionais que são supervisores de campo e que atuam com a temática socioambiental no ano de 2012, visto que esta foi a única listagem disponibilizada pelo setor.

Sendo assim, a amostra do presente trabalho se concretizou com os supervisores de campo de Serviço Social que atuam com a questão socioambiental. A justificativa para tal seleção diz respeito ao fato de que boa parte dos estudos sobre Serviço Social e Meio Ambiente, enfatizam que a formação profissional não aborda a temática socioambiental, portanto, busca-se, além de compreender como este profissional atua, questionar como é realizado o processo de supervisão de estágio com alunos que não tiveram essa discussão e o que o supervisor avalia ser pertinente e necessário para que possa trazer contribuições a esta temática relevante.

Outro motivo pela seleção ser com os supervisores de estágio, é o fato de que a listagem disponibilizada pelo CRESS não especificava o telefone e o local de trabalho dos profissionais, fato este que inviabilizou o levantamento mais minucioso de todos os profissionais de Serviço Social que exercem função nesta relevante temática. Ou seja, acredita-se que existam muitos outros profissionais que atuam com a questão socioambiental na região da Grande Florianópolis, porém, pelo fato de não constarem como supervisores de campo de alunos do curso de Serviço Social da UFSC em 2012, estes não fizeram parte da amostra deste trabalho.

Assim sendo, com base na listagem disponibilizada pelo setor de estágio, primeiramente identificou-se um número total de 60 (sessenta) Assistentes Sociais que atuam na Grande Florianópolis e que fazem supervisão de campo no ano de 2012. Com base nesta listagem, foram selecionados os possíveis campos de estágio que teriam relação com a temática socioambiental, chegando a um número de 13 (treze) instituições.

Após esta primeira seleção, foram realizados contatos telefônicos no mês de novembro de 2012, para analisar junto a esses profissionais quais realmente possuem uma atuação voltada para a questão socioambiental. Sendo assim, foi possível finalizar a amostra do presente trabalho com um número de 07 (sete) profissionais que atuam em 07 (sete) instituições diferentes, sendo elas: Ação Social Arquidiocesana (ASA); Caixa Econômica Federal; Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN); Eletrobrás – Eletrosul Centrais Elétricas; Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (PMF/SMHSA); Prefeitura Municipal da Palhoça, Superintendência de

Habitação (PMP/SH); Prefeitura Municipal de São José, Secretaria Municipal de Assistência Social/Secretaria Municipal de Habitação (PMSJ/SEMAS/SMH).

A obtenção dos dados foi realizada através da aplicação de um questionário (APÊNDICE A) e um formulário de pesquisa (APÊNDICE B), por meio da entrevista semiestruturada a uma amostra de 07 (sete) profissionais de Serviço Social que atuam no âmbito da questão socioambiental na Grande Florianópolis no ano de 2012. Deve-se mencionar que 05 (cinco) dessas entrevistas foram realizadas no mês de dezembro de 2012, de forma presencial e 02 (duas) solicitaram envio de questionário on-line, porém, apenas uma fez a devolutiva. Assim sendo, a análise da pesquisa foi realizada com 06 (seis) profissionais de Serviço Social, supervisores de campo de estágio de 06 (seis) instituições diferentes.

Segundo Neto (1994), a entrevista semiestruturada é um procedimento metodológico, que possibilita um intenso diálogo entre entrevistado e entrevistador, com base numa entrevista com maior profundidade. Para Triviños (1992), a entrevista abordada na pesquisa provém de perguntas básicas, que são fundamentadas em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa. A partir disto, surge um campo de novas perguntas que vão emergindo conforme as respostas do entrevistado. Evidencia-se ainda que a entrevista que foi utilizada “[...] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação [...]” (TRIVINÓS, 1994, p. 146). Sendo assim, nas entrevistas foram abordadas questões fechadas para a identificação dos profissionais, e também questões abertas, onde as respostas não ficaram condicionadas a uma padronização de alternativas e as informações foram dadas de forma mais livre.

Deve-se sinalizar, ainda, que como compromisso ético para a realização da pesquisa, os pesquisadores comprometeram-se em seguir a Resolução CNS/MS 196/96 e suas complementares, estas que regulamentam as pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil, sendo que o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética e foi aprovado sob o número 204.292 (ANEXO A). Nesse sentido, foi mantida a privacidade e a confidencialidade dos dados coletados através das entrevistas, e, sobretudo, foi mantido o sigilo sobre os nomes dos sujeitos

envolvidos, visto que estes foram identificados, com os respectivos nomes das instituições.

Durante as entrevistas, foi solicitada a gravação das falas, onde os profissionais concordaram com esta questão, bem como com os objetivos da pesquisa, firmado por meio do Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido (APÊNDICE C), que foi entregue aos entrevistados sendo que estes ficaram com uma cópia deste Termo para que pudessem retirar suas dúvidas ao longo do processo de construção do trabalho.

2.2 OS DIFERENTES ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL

Para melhor compreensão sobre a atuação do assistente social no âmbito da questão socioambiental, faz-se importante analisar a influência do Estado e da Igreja no contexto histórico do surgimento do Serviço Social no Brasil.

Nas décadas de 1920 e 1930, a história econômica e política brasileira passava por crises e transformações, decorrentes de um período de mudança do sistema agrário para o sistema industrial, que se intensificou após a Segunda Guerra Mundial e acarretou um intenso aumento da migração da população do meio rural para as áreas urbanas, impulsionado pelo novo modo de produção de trabalho de caráter industrial, aumentando assim, a concentração da população pobre e marginalizada, somando-se ainda a problemas como a falta de infra-estrutura para atender toda população (SCHMITZ; STEFFENS, 2007).

Neste contexto, de acordo com Schmitz (2007), consolida-se a questão social como:

(...) um dos resultados do desenvolvimento do capitalismo nacional e ganha importância por volta de 1920, quando se transforma em problema social, isto é, indica desequilíbrio de natureza estrutural. A questão vai definir um dos elementos da crise social, desencadeada na década dos vinte, crise que, aliás, esteve presente em todo o sistema capitalista — pois é o problema das relações entre o trabalho e o capital (NAGLE, 1974 apud LIMA, 1983, p.16).

De acordo com Lamamoto e Carvalho (1982), a situação da classe operária neste período era lastimável. Segundo estes autores, os operários trabalhavam e viviam em ambientes degradantes e insalubres, e a remuneração era muito baixa, sendo que não cobria a própria subsistência. O processo de industrialização continuou progredindo, e os seus efeitos negativos na sociedade também, como a desigualdade social, pessoas desempregadas, aumento da população marginalizada, problemas de moradia e habitação, o agravamento dos problemas de saúde e entre outros.

Sendo assim, deu-se início a organização da classe operária, a qual se posicionava e reivindicava por melhores condições de trabalho, o que gerou conflitos entre os operários e os patrões. O Estado se envolveu para buscar estratégias para restaurar a ordem social, e, diante da pressão exercida pelo movimento operário e popular, o Estado brasileiro atendeu algumas reivindicações, principalmente referentes às condições de alimentação, saúde e moradia. Assim, segundo Lamamoto (1998), através do surgimento de legislações governamentais específicas, salarial e social, o Estado ampliou o reconhecimento da cidadania social e também se aliou as obras sociais desenvolvidas pela Igreja Católica.

Segundo Lima (1983, p. 23) esta atitude do Estado veio abrir campo para a institucionalização do Serviço Social no Brasil. Portanto, percebe-se que o surgimento do Serviço Social e a implantação das primeiras Escolas⁶ de Serviço Social no Brasil, a partir da década 1930, foi tanto simultâneo, quanto decorrente dos acontecimentos vivenciados pela sociedade brasileira da época, nas áreas, econômicas, políticas, sociais e religiosas, sendo que esta profissão veio para pautar as ações sociais com aparatos técnicos, em resposta às questões emergentes da época, porém as ações da Igreja influenciaram o Serviço Social durante um longo período (SCHMITZ; STEFFENS, 2007).

⁶ Em 1936 sob o patrocínio do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), cria-se, em São Paulo, a primeira escola de Serviço Social do Brasil que, atualmente, é a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Na emergência, essa escola tinha formação baseada na Doutrina Social da Igreja, em defesa da justiça social, da caridade cristã e da solidariedade. Com esta concepção o Serviço Social atuava em diversos segmentos da sociedade, entre eles: trabalho, escola, família e outros. Em 1937 foi fundada a segunda Escola de Serviço Social no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, e, após a inauguração dessas duas escolas de serviço social, outras surgiram dentro do mesmo processo de formação religiosa (SCHMITZ, 2007).

As ações nesta época, geralmente eram realizadas pelas esposas da burguesia local, as quais ficaram conhecidas como Damas de Caridade. Enquanto profissão, o Serviço Social passou a difundir a ideologia da classe dominante sobre a classe operária, e mediar o processo de reprodução das relações sociais, sendo que esta profissão era percebida como uma atividade auxiliar no exercício do controle social, sendo que o enfrentamento da questão social era uma maneira de minimizar os conflitos entre Capital X Trabalho e de fortalecer as ações da burguesia industrial emergente e do Estado.

Porém, embora a profissão tenha surgido para servir aos interesses do capital, não reproduz necessidades exclusivas da classe dominante. Assim sendo, o Serviço Social:

[...] Responde tanto a demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que se constituem o motor básico da história (IAMAMOTO, 2002, p. 99).

Sinaliza-se, portanto, que o Serviço Social surgiu a partir da iniciativa de frações de classes dominantes no seio do movimento católico, como resposta ao acirramento das contradições do capitalismo monopolista, para atuar no enfrentamento da questão social. Para Iamamoto (2007b, p.28), os assistentes sociais “trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos às experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc”.

O regime populista atrelado ao desenvolvimentismo, marcou as relações políticas no Brasil no período entre as décadas de 1940 e 1960, e nesta época o Serviço Social brasileiro, que iniciava um processo de reconhecimento como profissão na divisão social e técnica do trabalho, vinculado à criação de grandes instituições assistenciais, estatais, paraestatais ou autárquicas (IAMAMOTO, 2007b), recebe influência norte-americana⁷ na formação profissional. As doutrinas da Igreja

⁷ Com esta influência, iniciam-se práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade, e a profissão se desenvolve através dos chamados métodos tradicionais de “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade”. Sendo assim, as intervenções

Católica passam a se reportar as correntes psicológicas e sociológicas com base positivista e funcionalista, e ênfase no ajustamento psicossocial.

Na década de 1960 o Brasil passa por um momento de grandes mudanças econômicas decorrentes da ênfase no sistema de produção, na ótica do “desenvolvimentismo” que acarretaram, em função da forte repressão vivenciada no período principalmente de 1964 com o golpe militar, na mobilização das classes populares, tanto nos centros urbanos como na área rural, e organização através de sindicatos e partidos políticos.

De acordo com lamamoto (2007a) com o clima autoritário e repressivo do período supracitado, o Serviço Social intensificou uma discussão a respeito do objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, com ênfase na metodologia profissional. Ou seja, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, o Serviço Social brasileiro passou por um movimento de renovação da profissão, que foi expresso na busca de uma ruptura com o conservadorismo e com o tradicionalismo profissional, bem como na busca de uma teoria e de uma prática engajada com os interesses da classe trabalhadora. Conforme destaca lamamoto (2007b, p. 209) é possível notar alguns eixos comuns que perpassaram o debate da Reconceituação nos vários países latino-americanos:

[...] o reconhecimento e a busca de compreensão dos *rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países “cêntricos”* [...] esforços empreendidos para a reconstrução do próprio Serviço Social: da *criação de um projeto profissional abrangente* e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo [...] uma *explícita politização da ação profissional*, solidária com a “libertação dos oprimidos” e comprometida com a “transformação social” [...] a necessidade de se atribuir um “estatuto científico” ao Serviço Social lança-o no campo dos embates *epistemológicos, metodológicos* e das *ideologias* [...] as preocupações anteriores se canalizam para a *reestruturação da formação profissional*, articulando ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da Universidade o exercício da crítica, do debate, da produção criadora de conhecimentos no estreitamento de seus vínculos com a sociedade.

Já na década de 1980, com a aprovação da Constituição Federal em 1988, ocorreu o processo de redemocratização da sociedade brasileira, sendo um período

profissionais começam a deixar de lado a preocupação apenas com o indivíduo e os pressupostos funcionalistas da sociologia, e se voltam para a integração social na coletividade, com ênfase na instrumentalização técnica (STEFFENS, 2007).

marcado pela participação intensa dos movimentos sociais que objetivavam a legitimação dos seus direitos.

O processo da economia neoliberal e de globalização que ocorreu na década de 1990 gerou reconfigurações no cenário nacional e mundial, agravando a questão social, acarretando assim em novos desafios ao Serviço Social. É oportuno ressaltar que enquanto trabalhadores assalariados os Assistentes Sociais não estão imunes à dinâmica dos processos sociais contemporâneos que determinam a sua configuração técnica-profissional, com claras implicações em suas competências e atribuições, bem como nas suas condições de trabalho (ALENCAR; GRANEMANN, 2009). Ou seja, é preciso compreender que o “papel social do Serviço Social está fortemente condicionado pela estrutura e pelas dinâmicas sociais, expressas fundamentalmente pela correlação de forças e pelas lutas de classes” (MONTAÑO, 2006, p. 148).

Com base nesse resgate do surgimento e legitimação da profissão no contexto brasileiro, enfatiza-se que o Assistente Social, conforme Iamamoto (2009, p. 367) historicamente:

[...] dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizando-se na linha de frente das relações entre população e instituição ou, nos termos de Netto (1992), sendo “executores terminais de políticas sociais”. Embora esse seja ainda o perfil predominante, não é mais o exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. O processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na sua municipalização, requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas *funções e competências*. Os assistentes sociais estão sendo chamados a *atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais*. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos.

Assim, o Serviço Social amplia seu campo de atuação, e, conseqüentemente, percebendo-se uma necessidade de capacitação continuada passa-se a buscar métodos que ultrapassem as ações vinculadas a práticas voluntaristas, tecnicistas e imediatistas, conforme eram desenvolvidas no início da profissão. Neste contexto evidencia-se a criação, em 1993, do atual Código de Ética da Profissão e da Lei de Regulamentação (Lei nº 8662/93), resultando assim na consolidação do projeto

ético-político, com competências éticas, técnicas, teóricas, políticas e metodológicas, dos Assistentes Sociais como compromisso com a sociedade.

Dentre as diversas áreas de atuação, faz-se menção à temática socioambiental, visto que, segundo Nunes (2012b), a questão socioambiental é percebida como um espaço principiante de debate e de intervenção para os Assistentes Sociais e as inúmeras refrações desta temática vem se constituindo como um novo desafio no âmbito do Serviço Social.

Para corroborar com o exposto até então, Silva; Rafael (2010, p. 9, apud NUNES, 2012b), afirmam que o elemento norteador dos assistentes sociais deve ser:

[...] a busca por incorporar os avanços legados pela teoria crítica ao debate sobre o meio ambiente, os quais têm propiciado a problematização da “questão ambiental” em sua radicalidade histórica ao mesmo tempo em que tem favorecido a construção de propostas efetivas de intervenção neste campo. Não existem fórmulas neste caminho. Mais do que em qualquer outra época os assistentes sociais são convocados a registrarem a sua contribuição tanto no plano teórico quanto no âmbito da intervenção cotidiana. O projeto ético-político do Serviço Social constitui ferramenta essencial e referência a todos os profissionais que buscam imprimir um diferencial de qualidade no pantanoso terreno do debate ambiental.

De acordo com Nunes (2012a, p. 50):

Com relação à pesquisa, Santos (2007), analisando a produção bibliográfica e documental dos Assistentes Sociais no período de 1961 a 2006, constatou que foi apenas a partir da década de 1990 que os artigos trazem questões relacionando a temática “meio ambiente e Serviço Social”, sendo o período de 2000 a 2006 o mais frutífero. Nessa direção, Silva (2010) evidenciou que os trabalhos apresentados por Assistentes Sociais nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) nos anos de 2004 e 2006 são reveladores de que os debates sobre meio ambiente emergem para o Serviço Social como uma temática transversal às outras áreas já tradicionalmente pesquisadas, quais sejam: questão agrária e urbana, saneamento, populações tradicionais, formação profissional, dentre outras.

Nesse sentido, discutindo sobre a produção de conhecimento em Serviço Social a partir de dissertações e teses, as autoras Carvalho e Silva e Silva (2005, p. 108 apud NUNES, 2012b) sinalizaram que no que concerne às pesquisas que debatiam sobre a questão socioambiental são relevantes os projetos sobre:

Movimentos sociais urbanos na gestão socioambiental e jurídica em cidades brasileiras; diagnóstico socioeconômico e ambiental em nível municipal; educação ambiental como formação de valores ético-ambientais para

exercício da cidadania; meio ambiente e desenvolvimento por meio da análise do papel das organizações não-governamentais e indicadores de desenvolvimento local sustentável.

Corroborando com o exposto até então, Nunes (2012b, p. 23) afirma que:

Mais do que em qualquer outra época os Assistentes Sociais são convocados a registrarem a sua contribuição no âmbito da questão socioambiental tanto no plano teórico quanto no âmbito da intervenção cotidiana. Embora não se tenham “fórmulas”, “manuais” nesse caminho, salienta-se a necessidade do Assistente Social ser propositivo, crítico, com ações sustentadas nos eixos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, onde o projeto ético-político do Serviço Social constitui ferramenta essencial e referência a todos os profissionais que buscam imprimir um diferencial de qualidade neste terreno.

Sendo assim, conforme Yamamoto (2001, p.48 apud NUNES, 2012b), novas possibilidades de trabalho se apresentam e, com elas, a necessidade de serem decifradas, apropriadas e desenvolvidas. Os Assistentes Sociais que ficarem presos a uma visão rotineira e burocrática do seu exercício profissional, entenderão que as alterações que vêm ocorrendo nesta profissão são como ou “desvio de funções”, e se os profissionais de Serviço Social não fizerem sua atuação nestas novas áreas, outros profissionais farão, absorvendo gradativamente espaços ocupacionais até então reservados ao Serviço Social.

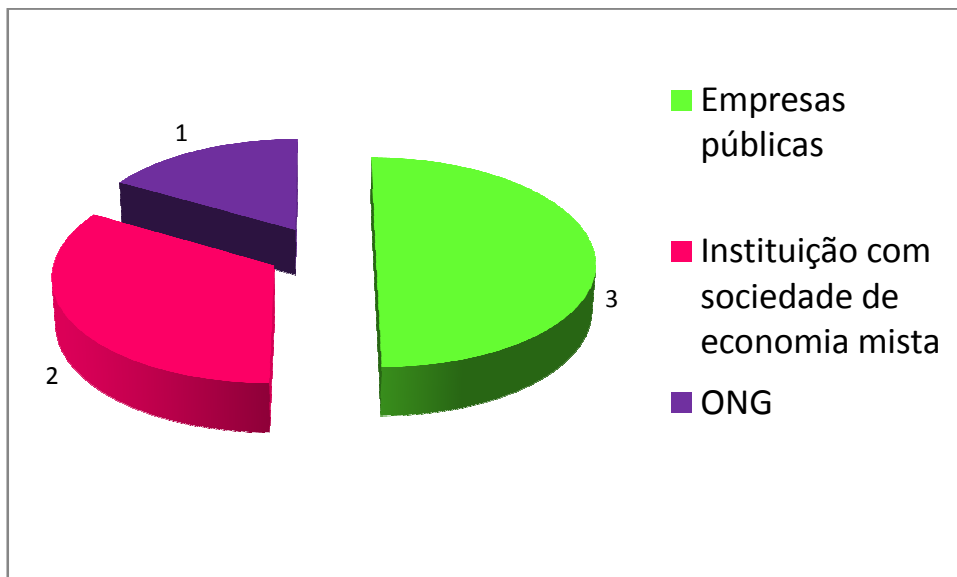
2.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Nesta subseção realiza-se a análise dos dados obtidos através da pesquisa empírica, a qual está estruturada em quatro blocos de análise, sendo o primeiro sobre a identificação dos sujeitos entrevistados e das instituições as quais estão vinculados, o segundo apresenta as concepções de questão socioambiental dos sujeitos entrevistados, o terceiro refere-se às ações desenvolvidas pelos Assistentes Sociais no que concerne à temática socioambiental e por último, a análise sobre a formação profissional.

2.3.1 Identificação dos sujeitos entrevistados e das instituições as quais estão vinculados

A identificação dos sujeitos entrevistados e das instituições as quais estão vinculados foi realizada com base em um questionário entregue a esses sujeitos, para que eles preenchessem antes de iniciar as entrevistas, para de fato se compreender quem são esses sujeitos, sua atuação profissional com a questão socioambiental e conhecer a instituição que estão vinculados.

Portanto, pode-se analisar que as instituições as quais os sujeitos entrevistados estão vinculados, dividem-se em 03 (três) estruturas diferentes, sendo elas: a) **Empresas públicas:** Caixa Econômica Federal; Prefeitura Municipal de Florianópolis, mais especificamente a Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (PMF/SMHSA); Prefeitura Municipal da Palhoça no setor da Superintendência de Habitação (PMP/SH); b) **Instituição com sociedade de economia mista:** Eletrobrás – Eletrosul Centrais Elétricas; CASAN; c) **ONGs:** Ação Social Arquidiocesana (ASA), conforme ilustra o gráfico nº 01.

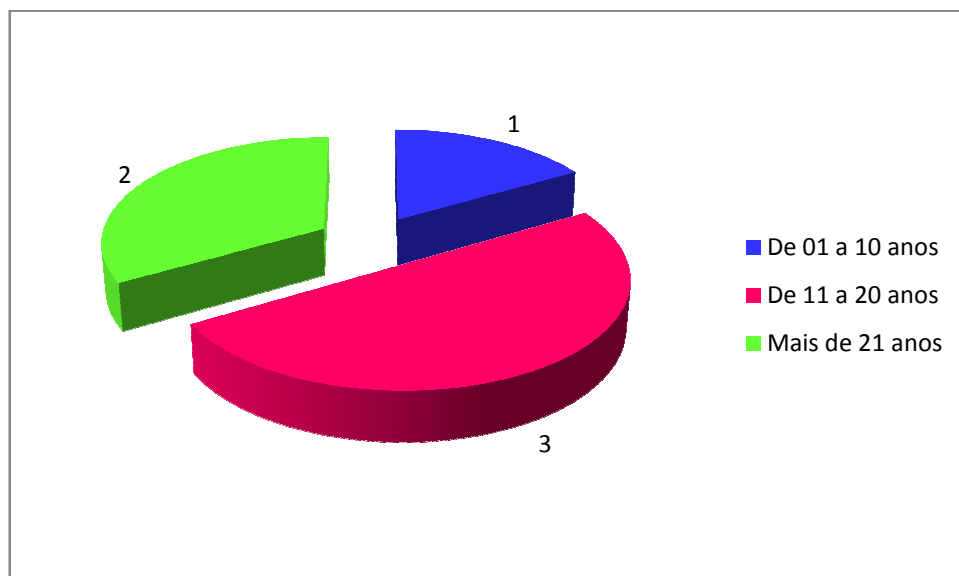


Fonte: Elaboração própria (2013)

Gráfico nº 01: Caracterização das instituições as quais os sujeitos entrevistados estão vinculados

Quanto aos sujeitos entrevistados, destaca-se que todos os profissionais são do sexo feminino e todos realizaram sua formação na UFSC. O que diferencia é o tempo de formação desses profissionais, assim como as áreas em que estes profissionais já atuaram, além da questão socioambiental, as especializações realizadas e o tempo que eles atuam com a questão socioambiental.

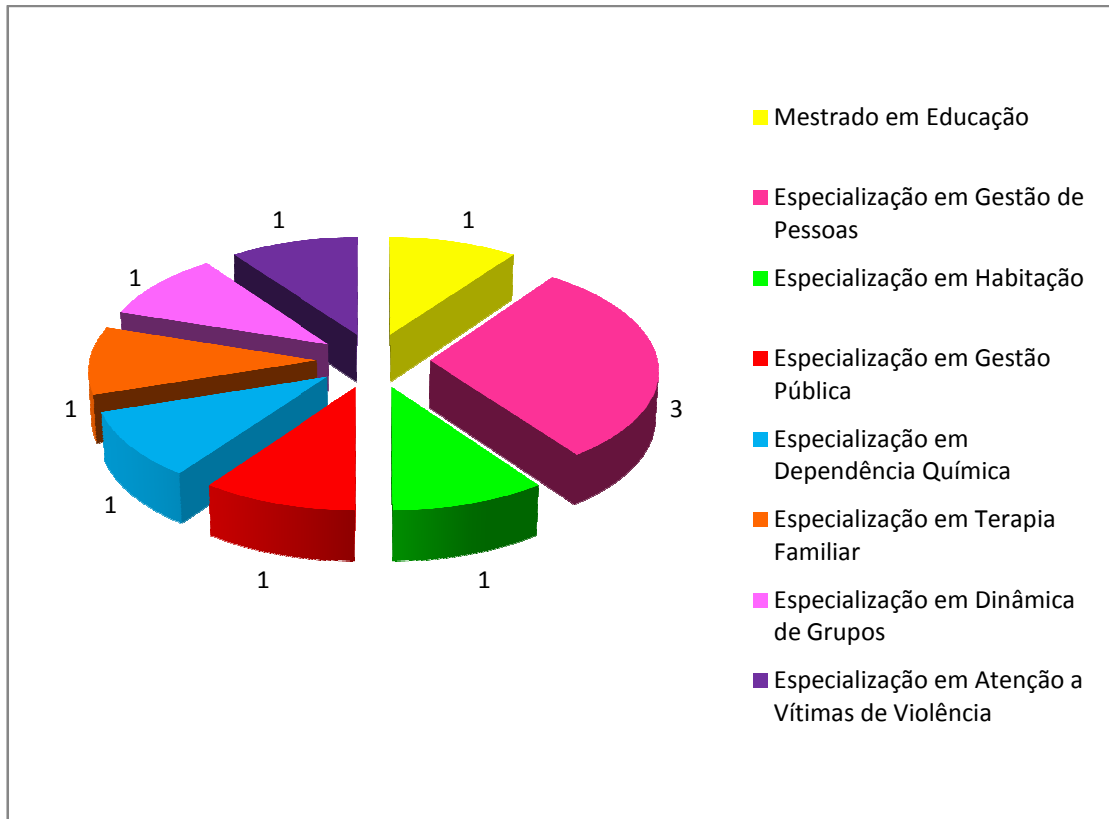
Com relação ao tempo de formação das entrevistadas, salienta-se que das 06 (seis) profissionais, 02 (duas) destas se formaram há mais de 21 anos; 03 (três) entre 11 a 20 anos e apenas uma concluiu a graduação entre 01 a 10 anos, conforme o gráfico nº 02, a seguir:



Fonte: Elaboração própria (2013)

Gráfico nº 02: Caracterização dos sujeitos entrevistados

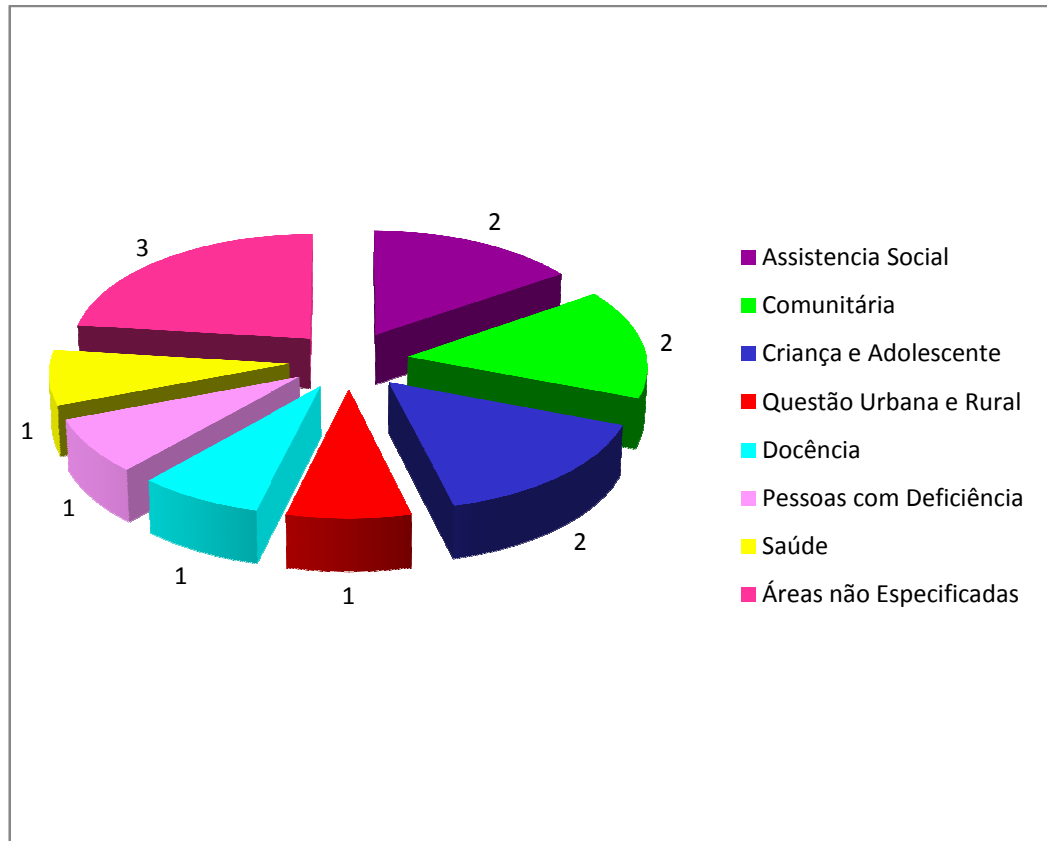
Das 06 (seis) entrevistadas, verificou-se que apenas uma possui mestrado em educação e as demais possuem uma ou mais especializações, conforme o gráfico nº 03, a seguir:



Fonte: Elaboração própria (2013)

Gráfico nº 03: Formação profissional dos sujeitos entrevistados

No que diz respeito à atuação profissional, 05 (cinco) entrevistadas informaram que atuam com a questão socioambiental de 01 (um) a 05 (cinco) anos e apenas uma com mais de 05 (cinco) anos. Sobre as outras áreas em que já atuaram, além da questão socioambiental, verificou-se uma predominância nas áreas da Assistência Social, Comunitária e Criança e Adolescente, conforme o gráfico nº 04, a seguir:



Fonte: Elaboração própria (2013)

Gráfico nº 04: Áreas em que os sujeitos entrevistados já atuaram

Com base nessas questões, parte-se para a discussão e análise dos dados obtidos nas entrevistas.

2.3.2 As concepções de questão socioambiental dos sujeitos entrevistados

A concepção de questão socioambiental dos sujeitos entrevistados consistiu na primeira pergunta prevista no formulário de pesquisa. Esta questão é pertinente, pois o profissional precisa compreender o que vem a ser a questão socioambiental para que o mesmo mantenha uma coerência teórica e prática das suas ações, ou seja, é preciso que se entenda que na literatura há compreensões que evidenciam que as problemáticas socioambientais podem ser minimizadas no bojo da sociedade capitalista e outras que evidenciam a importância da superação do atual modelo de produção para se existir, de fato, um equilíbrio ambiental, econômico, social, etc. Assim sendo, a depender da compreensão do profissional, sua ação pode ficar

direcionada para uma ação pontual de "manutenção do *status quo*" ou de enfrentamento das problemáticas socioambientais.

Sendo assim, faz-se importante ressaltar a compreensão sobre a concepção de questão socioambiental, bem como a maneira como as entrevistadas se aproximaram desta temática. As entrevistadas da CAIXA e da ASA relataram que suas instituições de trabalho ofereceram capacitações para que elas se aproximassem da questão socioambiental, e continuam oferecendo sempre que é necessário; sendo que a primeira relatou que *“a CAIXA tem uma universidade corporativa, que é via internet e oferece diversos cursos, entre eles têm cursos voltados à questão ambiental”*, e a segunda disse que:

A aproximação ao tema é feita em equipe, temos o hábito de 1 vez por semana fazer reunião enquanto equipe técnica para falar das ações que estão sendo feitas na instituição e também para aprender um com o outro. Temos também, de 3 em 3 meses, um processo formativo, de avaliação e monitoramento do trabalho, sendo que quando é necessários estamos chamando profissionais de fora para falar sobre algum assunto específico para a equipe. E quando tem seminários fora que é interessante para maior conhecimento para a instituição, também participamos.

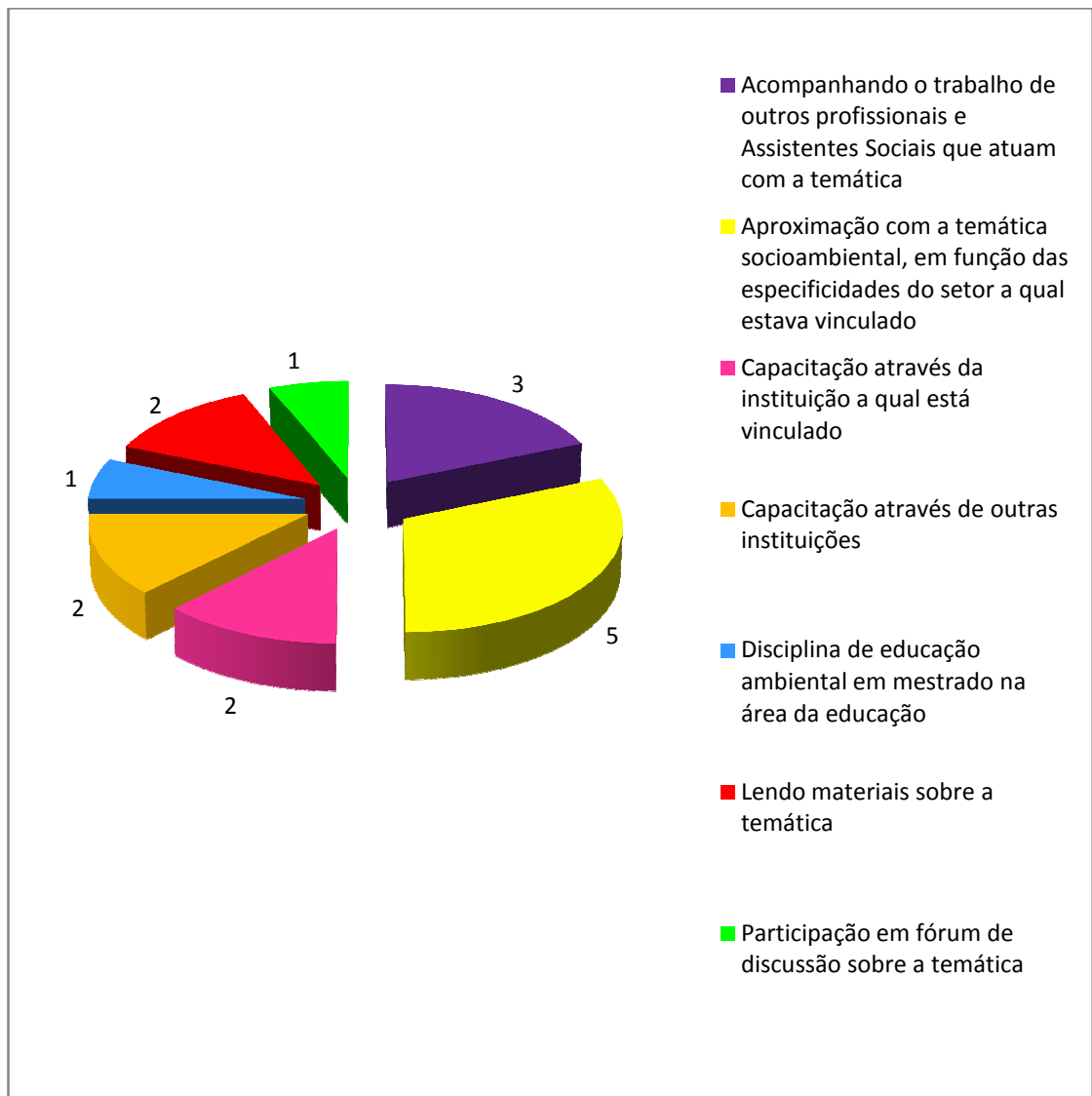
Por outro lado, as demais profissionais entrevistadas, enfatizaram que suas instituições de trabalho não ofereceram nenhuma capacitação para elas atuarem com a referida temática.

As entrevistadas da CASAN, da CAIXA, da PMF/SMHSA, da ASA e da PMP/SH comentaram que a *“teoria e a prática”* do Serviço Social não se articulam, sendo assim, como não tiveram aproximação com a temática durante a formação acadêmica⁸, as profissionais da CASAN, da ELETROSUL e da PMF/SMHSA relataram que *“aprenderam na prática”*, através de leituras, acompanhando ações de outras Assistentes Sociais e, até mesmo, *“precisei buscar esta capacitação através de outras instituições como: Ministério das Cidades, Caixa econômica Federal, Cohab/SC, entre outras”*, afirmou a entrevistada da Prefeitura Municipal de Palhoça – Superintendência de Habitação.

Para esclarecer, segue o gráfico nº 05, onde apresenta as formas utilizadas pelas entrevistadas para se aproximarem da temática, sendo que o número de

⁸ Essa questão será enfatizada de forma mais detalhada na subseção 2.3.4

alternativas levantadas não é o mesmo número de profissionais, pelo fato de que algumas delas apontaram mais de uma forma de aproximação da temática:



Fonte: Elaboração própria (2013)

Gráfico nº 05: Formas de aproximação dos sujeitos entrevistados com a questão socioambiental

Assim, referente à compreensão dos Assistentes Sociais entrevistados, sobre a concepção de questão socioambiental, as entrevistadas da CASAN e da ELETROSUL não mencionaram sua concepção de questão socioambiental, mas sinalizaram a importância do Assistente Social atuar nesta área, sendo que a primeira destacou que a temática é nova para o Serviço Social e que este ainda está num processo de compreender suas atribuições e competências nesta questão, já a

segunda disse que o Serviço Social deve realizar pesquisas e orientar os usuários no sentido de que estes realizem suas ações sem prejudicar o meio ambiente.

Para as entrevistadas da PMF/SMHSA e da PMP/SH, a questão socioambiental refere-se à relação homem e natureza, ou seja, o homem como parte da natureza, sendo que a primeira afirmou que “*O meio ambiente é onde nós estamos [...] nós também somos o meio ambiente*”, e a segunda disse que “[...] se refere à questão eminentemente social que surge da forma como a sociedade se relaciona com a natureza”.

A entrevistada da ASA destacou que a questão socioambiental:

É pensar o social em harmonia com o ambiente. Isso é desenvolvimento socioambiental, pois o homem vai sempre interferir no meio ambiente, não tem como ele não interferir, através do trabalho ele interfere, para sobreviver temos que interferir, e como vamos interferir? Com que força, com que vontade? A relação homem e natureza está ficando cada vez mais distante.

A fala da entrevistada da ASA remete ao já discutido na subseção 1.1, visto que esta profissional sinaliza que compreende o homem como parte da natureza e que este a modifica por meio do trabalho, assim como disposto por Marx. Porém, a mesma chama a atenção para a forma como essa transformação vem sendo realizada no bojo da sociedade capitalista que é de uma forma destrutiva que leva, conseqüentemente, a uma fratura metabólica na relação entre homem e natureza.

Outra questão a ser pontuada na fala desta profissional diz respeito ao “*desenvolvimento socioambiental*” ou “*desenvolvimento sustentável*” como vem sendo denominado. Ou seja, parte-se da compreensão, conforme mencionado na subseção 1.2, que este “desenvolvimento” não deve se resumir às estratégias de minimizar as problemáticas socioambientais, mas sim implicar numa alteração do modelo de sociedade e, conseqüentemente, interferir na relação do homem com a natureza.

Já a entrevistada da CAIXA relacionou a questão ambiental e social com a educação e destacou a questão da importância da preservação da natureza, do meio ambiente, mas disse que a consciência da população ainda é muito pequena. Afirma que “*A gente fala muito e faz muito pouco na prática*”. Com relação a esta fala da profissional da CAIXA, concorda-se com Mészáros (2004, apud ARAÚJO; SANTOS; SILVA, 2012, p. 54), o qual afirma que:

Na realidade sócio-histórica não há fatos isolados, mas “complexos sociais integrantes”. Portanto, a singularidade no complexo só pode ser compreendida por corpos teóricos e por métodos suficientemente dinâmicos e abrangentes, capazes de considerarem os movimentos e transformações, permitindo apreender os múltiplos significados de cada fenômeno.

Sendo assim, para alguns autores, a exemplo de Loureiro (2009), essa questão que a entrevistada da CAIXA ressalta, é uma concepção que exprime um viés conservacionista, onde pensar o ambiente significa, para muitos, preservar, conservar o patrimônio natural apenas. Ou seja, com base na citação de Mészáros descrita anteriormente, afirma-se que não se pode compreender determinadas questões de forma isolada, assim, avalia-se ser importante, para compreender o que vem a ser a questão socioambiental, discutir a relação do homem nesse contexto e de entendê-la para além de seus aspectos biofísicos – conforme apareceu na fala da entrevistada com um apelo mais conservacionista –, mas relacionando seus aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, etc.

Para corroborar com a compreensão das entrevistadas sobre suas concepções de questão socioambiental, faz-se importante ressaltar, com base nas questões sinalizadas na subseção 1.1, que se entende a questão socioambiental como um “conjunto de manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano” (SILVA, 2010, p.144).

De acordo com Silva e Rafael (2010), como exigência de sua auto-reprodução, o atual modo capitalista tem, crescente e sucessivamente, evidenciado as suas contradições e a brutalidade com que impõe a destrutividade ambiental e social. Diante do aprofundamento da crise mundial, o referido sistema faz incidir sobre a maior parte da humanidade a perda de direitos, o aumento dos conflitos étnico – raciais, da miséria, da fome e do desemprego em escala mundial, além do agravamento da destruição ambiental.

Ao mesmo tempo em que o capitalismo assegura a contínua produção e reprodução da “questão ambiental”, bem como da questão social, ele empenha-se em minimizar as suas manifestações, administrando suas contradições através de programas compensatórios, embasados em um discurso do respeito aos direitos humanos, do solidarismo e da defesa do meio ambiente (SILVA; RAFAEL, 2010).

O processo de administração da “questão ambiental” encontra amparo no discurso da sustentabilidade o qual constitui uma resposta aos limites com que se depara a ordem do capital, expressos no esgotamento de algumas matérias-primas, na baixa produtividade do solo, nas intempéries, na destruição da biodiversidade, além da decrescente capacidade do planeta de absorver os dejetos e poluentes diversos, resultantes da produção de mercadorias. Neste processo, a pobreza é concebida quer como causalidade, quer como agravante às já degradadas “condições ambientais”, tidas estas como exterioridade, como sinônimo do ambiente físico em si mesmo, embora tenha este sofrido os efeitos da ação humana. Perde-se, assim, o sentido de totalidade da “questão ambiental” – como dimensão natural e sócio-histórica - posto que esta sequer poderia ser aventada sem a estreita imbricação com conjunto das relações sociais que lhe deram origem. Assim, o debate ambiental tem conferido centralidade aos aspectos biofísicos do ambiente – de forte inspiração na ecologia – secundarizando a dimensão social, tratada esta como complementar, suporte para a edificação de uma sociedade “ambientalmente sustentável”. Nestes termos, naturaliza a pobreza ou a reduz a uma condição secundária, oferecendo-lhe como saída os tratamentos tópicos, desde que tenham como fim último a proteção da “natureza” ou de outra sorte, agravando-lhe, quando esta finalidade assim o requerer (SILVA; RAFAEL, 2010, p. 2).

Para Silva e Rafael (2010), esta concepção confirma que há centralidade à dimensão ecológica da “questão ambiental”. Sendo assim, a defesa da natureza ocorre de maneira separada ao enfrentamento da questão social. Desta maneira, as dimensões econômica, social, cultural, política e ideológica aparecem desunidas de sentido crítico, pelo fato de que não são compreendidas como partes indispensáveis de uma complexa totalidade.

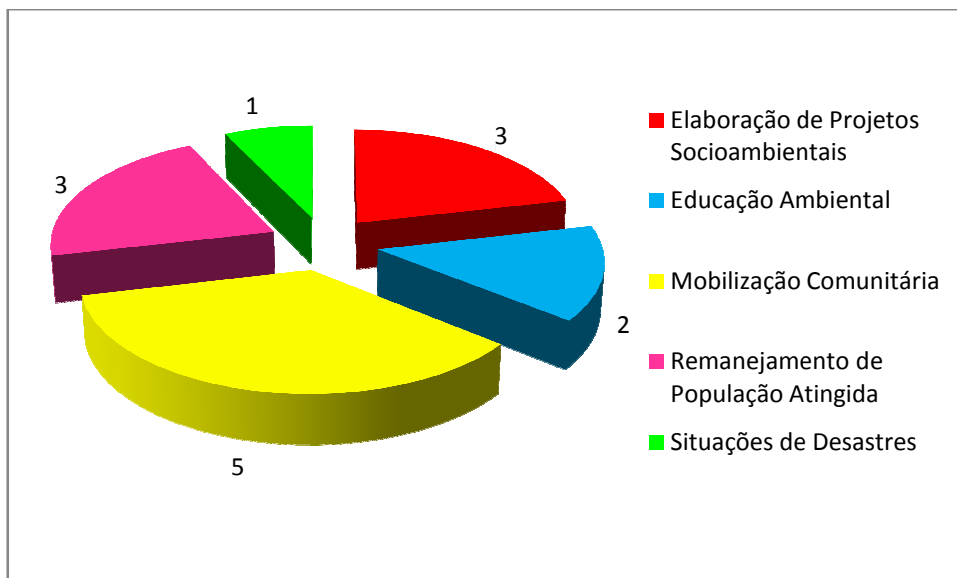
Assim, com base nas entrevistas foi possível verificar que duas das entrevistadas, as profissionais da CASAN e da ELETROSUL, não conseguiram definir o que entendem acerca da questão socioambiental, mas há concepções, a exemplo das profissionais da PMF/SMHSA, da PMP/SH e principalmente da ASA, que compreende que a questão socioambiental está relacionada a um conjunto de questões econômicas, sociais, etc., existentes no bojo da sociedade capitalista, e que aborda a concepção da relação do homem como parte da natureza.

Há também outras concepções como da entrevistada da CAIXA, que, através dela, pode-se analisar que embora seja importante e necessário a preservação, não se pode reduzir à questão socioambiental apenas à dimensão ecológica.

2.3.3 As ações desenvolvidas pelos Assistentes Sociais no que concerne à temática socioambiental

As ações que os sujeitos entrevistados desenvolvem no âmbito da questão socioambiental, consistiram na terceira pergunta prevista no formulário de pesquisa. Justifica-se essa questão pelo fato de se compreender quais ações esses profissionais vêm desenvolvendo diante desta temática relevante ao Serviço Social. Sendo assim, com base no exposto pelas profissionais, dividem-se as ações das Assistentes Sociais em 05 (cinco) blocos de análise, sendo eles: Elaboração de Projetos Socioambientais; Educação Ambiental; Mobilização Comunitária; Remanejamento de População Atingida e, Situações de Desastres, sendo que essas 05 (cinco) ações mencionadas foram organizadas em função daquilo que as profissionais mais relataram atuar no âmbito da questão socioambiental.

Para exemplificar melhor, o gráfico nº 06, a seguir, ilustra quantas das profissionais entrevistadas atuam em cada um dos 05 (cinco) blocos.



Fonte: Elaboração própria (2013)

Gráfico nº 06: Ações desenvolvidas pelos Assistentes Sociais no âmbito da questão socioambiental

Antes de especificar cada uma dessas 05 (cinco) ações, julga-se pertinente, de forma resumida, sinalizar o foco das intervenções de cada uma das profissionais

entrevistadas para uma melhor compreensão de suas competências e atribuições no setor que estão vinculadas, conforme ilustra o quadro nº 01, a seguir:

ENTREVISTADAS	FOCO DAS INTERVENÇÕES
CASAN	<p>O trabalho socioambiental na CASAN é voltado à implantação de sistema de esgotamento sanitário onde é realizado como procedimento obrigatório em função das exigências da CAIXA, para preparar a comunidade para receber a obra de implantação de sistema e, depois no funcionamento dessa obra no dia-a-dia.</p> <p>Para isso, a profissional desenvolve as ações de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de Projetos Socioambientais; 2. Educação Ambiental; 3. Mobilização Comunitária; 4. Remanejamento da População Atingida.
ELETROSUL	<p>A Assistente Social da ELETROSUL atua com os empregados da empresa, suas famílias, terceirizados e a comunidade em geral. No caso da questão socioambiental a atuação é realizada nas comunidades onde ocorrem as obras das usinas hidroelétricas da ELETROSUL.</p> <p>Para isso, a profissional desenvolve as ações de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilização Comunitária; 2. Remanejamento da População Atingida.
CAIXA	<p>A Assistente Social da CAIXA trabalha com mobilização comunitária relacionada à Educação Ambiental. Atua com as questões de saneamento, tratamento de esgoto, reabastecimento de água e drenagem urbana. Afirma que elabora projetos mas não os executa, porém orienta na elaboração e participa da aprovação dos projetos e acompanhamento da execução das obras para a liberação das verbas.</p> <p>Para isso, a profissional desenvolve as ações de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de Projetos Socioambientais; 2. Educação Ambiental; 3. Mobilização Comunitária; 4. Remanejamento da População Atingida.
PMF/SMHSA	<p>A Assistente Social da PMF/SMHSA atua com Associações de Triadores de Materiais Recicláveis, a Associação de</p>

	<p>Recicladores da Esperança (AREsp) que fica no Bairro Monte Cristo, comunidade Chico Mendes e a outra é a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Alto da Caeira/Serrinha - Recicla Floripa, sendo que deve-se enfatizar que algumas ações não são desenvolvidas pelas Assistentes Sociais da PMF/SMHSA, mas, por uma empresa terceirizada, principalmente no que diz respeito ao projeto do Programa Aceleração do Crescimento (PAC).</p> <p>Para isso, a profissional desenvolve a ação de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilização Comunitária.
ASA	<p>A profissional da ASA atua junto aos municípios em que há a arquidiocese, mas, no que diz respeito à questão socioambiental, a mesma sinalizou atuar nas situações de desastres.</p> <p>Para isso, a profissional desenvolve a ação de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Situações de Desastres.
PMP/SH	<p>O trabalho socioambiental na PMP/SH é voltado à realização de diagnósticos socioambientais realizados junto às comunidades, sendo que estes contêm o levantamento dos equipamentos públicos disponíveis, as políticas públicas aplicadas, os projetos socioambientais desenvolvidos nesta comunidade e entorno e as tecnologias sociais existentes, entre outras informações. Também são desenvolvidos os “ecomapas sistêmicos”, sendo que se trata de uma visão gráfica que contém as redes estabelecidas na comunidade. E as atividades práticas, como oficinas do futuro e temáticas, nas quais são disponibilizados os repertórios nos temas socioambientais escolhidos geralmente pela própria comunidade.</p> <p>Para isso, a profissional desenvolve a ação de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de Projetos Socioambientais; 2. Mobilização Comunitária.

Fonte: Elaboração própria (2013)

Quadro nº 01: Foco das intervenções das profissionais entrevistadas

A) Elaboração de Projetos Socioambientais

A **Elaboração de Projetos**, entre eles os **Socioambientais**, faz parte das competências e atribuições do profissional de Serviço Social, previsto na Lei de

Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 (CFESS, 1993a) e foi mencionado enquanto uma ação realizada pelas entrevistadas da CASAN, da CAIXA, e da PMP/SH. Sendo assim, de acordo com CFESS (1993a) em seu art. 4º, inciso II, uma das competências deste profissional é “II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil”.

Já no art. 5º, inciso I e II da referida lei, apresentam-se algumas das atribuições privadas ao Serviço Social onde constam:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.

De acordo com as competências e atribuições dos profissionais de Serviço Social apresentadas, as entrevistadas da CASAN e da CAIXA relataram atuar com a elaboração e/ou orientação para elaboração de projetos socioambientais. A Assistente Social da CAIXA afirmou que *“Aqui na Caixa a gente não executa o projeto, nós orientamos a elaboração de um projeto, aprovamos o projeto e acompanhamos a execução para liberação das verbas”*. E de acordo com a entrevistada da CASAN, a atuação do Serviço Social na empresa, diante da questão socioambiental é:

Controlar a execução do projeto. Nós elaboramos os projetos, submetemos os projetos para a aprovação da Caixa, e depois disso, esses projetos vão passar por um processo de licitação aqui dentro da empresa, e então outra empresa vai ser contratada e vai executar o projeto.

Já a entrevistada da Prefeitura Municipal de Palhoça – Superintendência de Habitação relatou que a atuação do Serviço Social na instituição, diante da questão socioambiental é:

Diagnósticos socioambientais realizados junto às comunidades, estes contém o levantamento dos equipamentos públicos disponíveis, as políticas públicas aplicadas, os projetos socioambientais desenvolvidos nesta comunidade e entorno e as tecnologias sociais existentes, entre outras informações.

Sendo assim, embora a entrevistada da PMP/SH não tenha enfatizado que participa da elaboração de projetos socioambientais, a mesma sinalizou que realiza

diagnósticos socioambientais, que, de certa forma, está relacionado a algum projeto socioambiental. Ou seja, são diagnósticos realizados em conjunto com a própria comunidade e para benefício da mesma, sendo que assim acredita-se ter bons resultados e torna-se possível a construção de projetos mais qualificados que venham de encontro com as necessidades da população.

Assim sendo, é oportuno lembrar que, historicamente, os Assistentes Sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, sendo, nos termos de Netto (1992) “executores terminais de políticas sociais”. Embora esse ainda seja o “perfil predominante”, não é mais o exclusivo, sendo abertas outras possibilidades, a exemplo do exposto pelas duas profissionais, ou seja, uma atuação voltada para a gestão, o planejamento, a formulação e avaliação de políticas, planos, programas e projetos.

Para exemplificar essa questão da elaboração de projetos ambientais e da inserção dos Assistentes Sociais, citam-se o Manual de Instruções de Elaboração de Projeto Técnico Social da Companhia de Habitação de Paraná (COHAPAR) e o Caderno de Orientações de Empreendimento (COE) elaborado pela Caixa do município de Florianópolis. Tais Manuais, dentre outros aspectos, buscam orientar as equipes técnicas na elaboração, desenvolvimento e acompanhamento do Projeto Técnico Social.

Tendo em vista que o Projeto Técnico Social consiste em um dos requisitos para a aprovação de empreendimentos, este, através de um conjunto de ações sócio educativas, buscará, a partir das especificidades de cada região, viabilizar e incentivar a gestão participativa, promovendo a organização e o desenvolvimento comunitário (COE, 2002). Ainda conforme COE (2002, p. 127):

O desenvolvimento deste trabalho favorece o comprometimento dos adquirentes com a conservação das unidades, a preservação do espaço comunitário, a legitimidade dos instrumentos que regulam as relações de vizinhança, constituindo-se em fator determinante à sua satisfação.

Nessa mesma direção o Manual da COHAPAR (2011, p. 3) enfatiza que:

A realização do Trabalho Técnico Social favorece a correta apropriação e uso dos imóveis/sistemas/melhorias implantados, promove a mobilização e a participação social por meio de atividades de caráter sócio – educativo, da instituição e/ou fortalecimento de bases associativas, de ações direcionadas à geração de trabalho e renda e de educação sanitária, ambiental e patrimonial.

Para a realização deste Trabalho Técnico Social, o Manual da COHAPAR (2011) menciona que um Assistente Social desta Companhia será indicado para assessorar os municípios com população inferior a 50.000 habitantes e gerenciar o trabalho social. E os demais profissionais que atuam nos municípios contarão como suporte técnico e orientação da referida profissional, em relação à elaboração do Projeto e a adaptação do mesmo às peculiares condições de cada município referente ao Programa Minha Casa Minha Vida, ao qual o Projeto está direcionado. Já o COE (2002) da Caixa Econômica Federal de Florianópolis/SC sinaliza que a Equipe Técnica Social deve ter número compatível com o volume e a complexidade do trabalho a ser realizado, e precisa ser constituída por profissionais com experiência na área de organização e desenvolvimento comunitário, sendo que a Coordenação da equipe deve ser preferencialmente um profissional com formação em “Serviço Social, Ciências Sociais, Sociologia, Psicologia ou Pedagogia” (COE, 2002, p. 127).

Compreendendo a relação entre a questão ambiental, urbana e habitacional, deve-se enfatizar, ainda, que a cidade é resultado da ação de diferentes agentes que possuem interesses diversos e, por vezes, antagônicos. Assim, é preciso não perder de vista os interesses em disputa no processo de elaboração e execução do Projeto Técnico Social, e, assim, evitar que este se configure apenas num projeto elaborado para cumprir “exigências” impostas para que o financiamento seja aprovado e não se constitua, de fato, numa possibilidade de participação efetiva da comunidade e de garantia dos direitos dos mesmos.

Sendo assim, acredita-se ser fundamental a participação do profissional de Serviço Social na elaboração e acompanhamento de um Projeto Técnico Social, pelo fato deste ser um profissional com conhecimento crítico da realidade e possuir dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional, devendo assim estar comprometido com a sociedade, de acordo com o CFESS (1993b) onde o Código de Ética Profissional afirma que o Assistente Social deve realizar a:

- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

Sendo assim, para além do compromisso com a sociedade, previsto no Código de Ética do profissional de Serviço Social, como foi salientado anteriormente com a Lei de Regulamentação da Profissão, este profissional possui atribuições e competências para executar, coordenar, elaborar, avaliar e supervisionar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos no âmbito do Serviço Social, com compromisso com a sociedade civil e com participação da mesma.

B) Educação Ambiental

Sobre o segundo tópico, **Educação Ambiental (EA)**, atuam nesta área as entrevistadas da CASAN e da CAIXA. Diante disso, cita-se Loureiro (2004, p. 76, apud NUNES, 2012a) que afirma que:

[...] a “questão ambiental” aqui chegou sob o signo da ditadura militar, com os movimentos sociais esfacelados e a educação sob forte repressão, de modo a se evitar a politização dos espaços educativos. O resultado foi, em termos de educação ambiental, uma ação governamental que primava pela dissociação entre o ambiental e o educativo/político, favorecendo a proliferação dos discursos ingênuos e naturalistas e a prática focada na sensibilização do “humano” perante o “meio natural”, ambos desvinculados dos debates sobre modelos societários como um todo. Assim, a educação ambiental ganhou visibilidade como instrumento de finalidade exclusivamente pragmática (em programas e projetos voltados para a resolução de problemas enquadrados como ambientais) e como mecanismo de adequação comportamental ao que genericamente chamou-se de “ecologicamente correto”. É por isto, inclusive, que o senso comum muitas vezes acaba vendo-a, ainda hoje, como mero meio de apoio em projetos denominados “ambientais”, e não como uma perspectiva paradigmática em educação.

Além de se ter legislações que fazem menção ao conceito, as responsabilidades e os espaços onde a EA deve se fazer presente – a exemplo da Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) de 1944, a Política Nacional de Educação

Ambiental (PNEA) de 1999, dentre outras –, por estar inserida num cenário tensionado por projetos sociais antagônicos, verifica-se na literatura que alguns autores compreendem que há, pelo menos, duas grandes vertentes no âmbito da EA, sendo elas: conservadora e crítica. De acordo com NUNES (2012a, p. 108) pode-se perceber a diferença entre essas duas vertentes, sendo que a referida autora afirma que:

Identificam-se duas vertentes de EA: a EA conservadora e/ou conservacionista e a EA baseada no pensamento crítico: emancipatória, transformadora e crítica. De modo geral, pode-se afirmar que a principal característica que diferencia essas duas vertentes é a forma de entender a relação entre crise socioambiental e o modelo societário vigente. A primeira compreende que é possível superar a crise socioambiental sem alterar os fundamentos da sociedade capitalista por meio da mudança de comportamento dos indivíduos e de reformas e ajustes. Já a segunda, entende que as raízes da crise socioambiental têm uma causa estrutural, fruto do modo de produção desigual capitalista, sendo necessário, portanto, uma transformação social.

Sendo assim, referente à atuação do profissional de Serviço Social com a Educação Ambiental, destaca-se que a entrevistada da CASAN fez menção à Educação Ambiental salientando que esta deve ser executada em conjunto com outros profissionais e destacou que é importante não ter apenas o Serviço Social, mas outras profissões envolvidas, pois acredita que o assistente social não é preparado para lidar com essas questões relacionadas ao meio ambiente⁹.

Assim, a referida entrevistada afirmou que *“o trabalho socioambiental, vem como uma ferramenta para preparar à comunidade para receber a obra de implantação de sistema de esgotamento, e depois no funcionamento dessa obra no dia-a-dia”*, e também relatou que *“o objetivo é informar à comunidade sobre o sistema de esgotamento, trabalhar a questão da sustentabilidade, a questão socioambiental na comunidade”*. Portanto, ela exemplificou a atuação do Serviço Social na CASAN, identificando a ação de EA:

Vai ser instalada uma obra de esgoto, está obra vai causar transtornos no início, porque vai tirar a rotina das famílias, e mais tarde ela vai ter um custo também, então temos que informar essa comunidade que terá custos sim, mas trará benefícios também, pois melhora a qualidade da saúde, da água,

⁹ Essa questão da concepção das profissionais entrevistadas em relação ao trabalho multiprofissional e interdisciplinar será enfatizada de forma mais detalhada na subseção 2.3.4

pois temos o lençol freático, se não tiver esgoto tratado, tudo vai para sua água; então, essa questão de trazer essas informações para a comunidade é o fundamental para o trabalho de Serviço Social na questão socioambiental aqui na empresa, é o poder fazer a comunidade compreender a importância disso.

Sendo que ela afirmou que a população quer ter acesso a educação ambiental, buscando informações sobre a obra, e recebendo de forma positiva os profissionais que levam essas informações até a comunidade, onde ela ressalta que *“as escolas recebem muito bem o nosso trabalho, os postos de saúde, as ONG’s, enfim, toda a comunidade recebe a gente bem”*.

Já a Assistente Social da CAIXA relatou que não executa Educação Ambiental, porém, esta ação está presente nos projetos socioambientais que esta analisa e nas reuniões em que participa. A entrevistada afirma que no momento de discutir a EA, *“[...] sempre aparece a questão do lixo, ou uma palestra no colégio que no máximo entregam uma cartilha”*. A entrevistada da CAIXA disse, ainda, que quando trabalhava numa Prefeitura, tinha dois projetos de EA, porém, esta os considerou superficiais e acredita que as instituições que atuam no âmbito desse fazer educativo devem ir para além das *“[...] brincadeiras de separar lixo, teatros com roupas de material reciclável, um trabalho ainda muito focalizado na questão do lixo”*.

Ou seja, a referida entrevistada avalia que seja pertinente trabalhar com outras questões, a exemplo do sistema de compostagem, horta orgânica nas casas, lixo orgânico, e afirma que continuará buscando que as outras instituições que atuam com EA, façam uma atuação diferente, para buscar uma real mudança nas comunidades, e não fiquem presos apenas a questão do lixo e fazendo sempre os mesmos trabalhos, pois ela afirma que os mesmos não geram uma mudança significativa.

Assim, corroborando com a entrevistada, é importante ressaltar que, conforme Loureiro (2009c, p. 23, apud NUNES, 2012a, p. 192) é necessário *“[...] sair do senso comum na educação ambiental, das respostas prontas e fáceis, e enfrentar, sem medo e com a necessária dose de utopia, os desafios que podem nos conduzir à consolidação de sociedades sustentáveis”*. E, com base no exposto, visualiza-se que há uma predominância, na fala da entrevistada da CASAN, para

uma compreensão da EA conservadora, onde ela ressalta que o papel do Assistente Social é de informar a comunidade sobre a importância da obra de implantação do sistema de saneamento. Ou seja, essa atuação busca uma mudança do comportamento da comunidade, sem que seja preciso alterar os fundamentos do atual modelo de sociedade.

Já de acordo com entrevistada da CAIXA, percebe-se uma predominância para a compreensão de EA crítica, sendo que, mesmo ela não executando na prática a EA com as comunidades, a concepção dela é de que esta forma de educação deve ser transformadora, propositiva, ir além do que ela relata que percebe nos projetos e nas ações das Assistentes Sociais que executam esse trabalho, como *“uma reunião na comunidade para esclarecimento, ou uma reunião e oficina nas escolas”*, sendo que assim ela afirma que a função dela, enquanto Assistente Social da CAIXA, na orientação dos projetos sociais onde aparece a questão da EA, é de *“provocar as Assistentes Sociais da ponta”*, as que executam essas funções referentes à EA, para que elas promovam outras ações, como trabalhar a criação de horta orgânica nas casas, o sistema de compostagem, e ainda *“fazer uma gincana, um passeio no Projeto Tamar, nas cooperativas que trabalham com reciclagem de lixo, mostrar como funciona, porque as ações delas não mudam, ficam travadas”*, ou seja, realizar uma atuação que promova uma mudança significativa, buscando-se assim uma transformação social.

C) Mobilização Comunitária

Informaram atuar no âmbito da **Mobilização Comunitária**, as entrevistadas da ELETROSUL, da PMF/SMHSA e da PMP/SH. Já as entrevistadas da CASAN e da CAIXA afirmaram que não executam diretamente, porém, incluem esta ação nos projetos socioambientais.

De acordo com Veloso (2009) a mobilização comunitária é uma ação pluralizada entre a comunidade e seus diversos segmentos, sendo que visa, através da comunicação, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento da cidadania.

A entrevistada da ELETROSUL relatou que por ser uma instituição que atua com a construção de usinas hidroelétricas, a parte do impacto ambiental da obra é

realizada por uma equipe num departamento onde não tem assistente social, mas, essa “*parte ambiental*”, ao qual ela denominou, pediu o apoio do Serviço Social para que a equipe pudesse “*entrar melhor*” na comunidade. Ou seja, o Serviço Social foi inserido nesse projeto para trabalhar com a comunidade, porém a atuação ficava restrita às orientações e ao acompanhamento das ações, conforme relatou a entrevistada:

A parte ambiental não chega a ser uma ação vinda do departamento onde fica o Assistente Social, é da parte ambiental e eles pediram nosso apoio, já que a gente estava na área, para a gente poder melhor chegar naquela população. [...] foram inseridas Assistentes Sociais nesse projeto para trabalhar com a comunidade, o que foi uma coisa bem nova, pois até então a gente trabalhava mais com os empregados da empresa e em relação à comunidade somente essas perto da sede da Eletrosul. Então quando fomos para essa obra, foram várias pessoas de diversos departamentos da empresa, e então nós, Assistentes Sociais, ficamos muito próximas do pessoal do meio ambiente, sendo que a atuação era mais no sentido de orientações e a gente acompanhava essas ações.

A referida entrevistada afirmou que foram reaproveitados diversos movimentos da própria comunidade para prepará-la para o enfrentamento às consequências da obra, como o fortalecimento dos grupos das comunidades atingidas, como grupo de mães, por exemplo, e também o auxílio às famílias, para gerar renda através da reciclagem do lixo, do reaproveitamento do óleo para fazer sabão, e também a realização de projetos nas escolas, para mostrar às crianças como se dá a alteração do meio ambiente na comunidade atingida pela obra. Outra atuação que a entrevistada relata é em relação à orientação aos agricultores quanto à mudança do tipo de produção e plantação, devido às mudanças advindas da obra na região.

A entrevistada da PMF/SMHSA afirma que sua atuação esta diretamente relacionada com as Associações de Triadores de Materiais Recicláveis, e a Mobilização Comunitária ocorreu de modo que algumas leis fossem criadas e aprovadas, como por exemplo a Lei de Resíduos Sólidos, entre outras. Além dessa questão, deve-se enfatizar que por meio do Programa Aceleração do Crescimento (PAC), Projeto Maciço do Morro da Cruz, as profissionais da PMF/SMHSA atuam com a Mobilização Comunitária sob 03 (três) perspectivas: “Acompanhamento social

de suporte às obras; Ações de capacitação e articulação interinstitucional e Ações sociais de apoio à regularização fundiária”.

De acordo com o Projeto Maciço do Morro da Cruz, do PAC, a Mobilização e Organização Comunitária (MOC), é uma mobilização social, ou seja, conforme os Termos de Referência nº 02/PAC/PMF/2008 “é o processo que faz com que as pessoas sintam-se responsáveis e capazes de provocar e construir mudanças”. Esta mobilização pressupõe a necessidade da formação e do reconhecimento dos cidadãos enquanto sujeitos, capazes de transformar ou criar uma situação social, juntamente com outros sujeitos. Além disso, em função de seu caráter organizativo e educativo, é mencionado que apenas com a participação da comunidade e dos demais atores sociais dos setores envolvidos desde o início do processo, é que se pode assegurar o sucesso e as bases de sustentabilidade do projeto.

Sendo assim, percebe-se também a atuação da Assistente Social da PMP/SH, relacionada com a mobilização comunitária, onde a mesma afirmou realizar *“atividades práticas, como oficinas do futuro e temáticas, nas quais são disponibilizados os repertórios nos temas socioambientais escolhidos geralmente pela própria comunidade”*. Percebe-se que há, também, possivelmente, embora a entrevistada não tenha mencionado, relação de sua atuação com a educação ambiental.

As entrevistadas da CASAN e da CAIXA afirmaram não atuar diretamente com a Mobilização Comunitária, mas, esta ação consta na elaboração dos projetos socioambientais que elas elaboram e a entrevistada da CAIXA dá ênfase, principalmente, à mobilização comunitária através da geração de trabalho e renda e na reciclagem de lixo, nos projetos. Ela afirmou que:

Quando estamos na fase de elaboração do projeto, um dos eixos que temos mais facilidade é de mobilização e organização comunitária, que os Assistentes Sociais da ponta em geral têm mais contato no dia-a-dia, para pensar que ações vão desenvolver com aquela comunidade.

A referida entrevistada afirmou ainda que a atuação das Assistentes Sociais da CAIXA tem sido no sentido que *“provocar”*, ou seja, mobilizar as Assistentes Sociais que executam esse trabalho junto à comunidade, para que realizem ações de mobilização comunitária que possam resultar em mudanças significativas para a

população. Sendo que ela afirmou acreditar que *“tem que ser feito sempre essa orientação da questão ambiental dentro do ambiente das pessoas. Sendo que aqui a gente trabalha com a mobilização comunitária relacionada à educação socioambiental”*. Além disso a entrevistada mencionou essa questão de *“trabalhar com a comunidade”*, ou seja, referindo-se a participação do processo da obra e no acompanhamento da execução da mesma.

A entrevistada da CAIXA também relatou que percebe que os estudantes têm bastante ideias em relação à questão da mobilização comunitária, com a geração de trabalho e renda, economia solidária, cooperativas, pois ela afirma que atualmente têm algumas instituições que já estão começando a trabalhar um pouco sobre essas questões no curso de Serviço Social.

Já a entrevistada da CASAN afirmou que sua atuação com esta questão se dá com a *“elaboração de projetos, avaliação do que está sendo executado, o que deve ser modificado e quais são as alternativas, de acordo com as necessidades da comunidade”*. Ela diz ainda que o objetivo desta atuação é informar à comunidade sobre o sistema de esgotamento, e assim, trabalhar a questão da sustentabilidade e a questão socioambiental na comunidade.

Embora as profissionais não tenham se referido exatamente as obras do PAC, este programa especifica a compreensão sobre geração de trabalho e renda que pode auxiliar na compreensão de mobilização comunitária.

Assim, ressalta-se que a Geração de Trabalho e Renda (GTR) é uma macroação que de acordo com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), *“compreende um conjunto de iniciativas que se complementam, a partir da identificação do perfil produtivo das comunidades, buscando maximizar as potencialidades locais”*.

O Projeto Maciço do Morro da Cruz, do PAC, aponta algumas ações que podem ser realizadas como Geração de Trabalho e Renda, entre elas:

- 1 – Seminário de apresentação, análise do perfil produtivo e discussão de viabilidade de ações de GTR a serem desenvolvidas de acordo com as demandas de mercado;
- 2 – Divulgação de cursos e atividades de capacitação profissional;
- 3 – Realização de cursos profissionalizantes: empreendedorismo, guias de trilhas, viveragem (produção de mudas de espécies nativas da mata atlântica e plantio nas áreas a serem recuperadas).

Sendo assim, com base no exposto até então, percebe-se que mobilização comunitária, implica fazer com que a comunidade participe, mobilize-se para discutir o projeto, para contribuir com sua construção. Ou seja, gerar uma organização no interior da comunidade, uma participação dos seus membros para uma real mobilização com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da própria comunidade e desenvolver a cidadania.

D) Remanejamento da População Atingida

No que diz respeito ao **Remanejamento da População Atingida**, a entrevistada da ELETROSUL relatou atuar com a referida ação profissional, já as entrevistadas da CASAN e da CAIXA afirmaram que não executam esta ação, assim como a análise anterior referente à Mobilização Comunitária, mas que atuam com esta questão através do planejamento dos projetos socioambientais.

A entrevistada da ELETROSUL relatou que no caso da questão socioambiental a atuação é realizada nas comunidades onde ocorrem as obras das usinas hidroelétricas, sendo que com as obras, a referida entrevistada afirmou que é preciso trabalhar com a comunidade, pelo fato de que a população atingida pelas obras acaba sendo deslocada dos locais de moradia. E, portanto é realizada uma mobilização com a comunidade, conforme foi citado na análise anterior.

Sendo assim, de acordo com a referida entrevistada, a necessidade de remanejamento da população atingida ocorre pelo fato de que essas obras interferem na natureza e causam grande impacto ambiental e social. Porém, ela afirmou que há possibilidades de minimizar esses impactos, sendo que, para tanto, os demais profissionais solicitam, muitas vezes, a intervenção dos profissionais de Serviço Social, para “*apaziguar*” a população, por exemplo. Então, ela avaliou ser muito importante para o Serviço Social compreender a temática, pois ressaltou que esta profissão estará inserida na comunidade para orientar e aproximar empresa e comunidade, porém, avaliou que o Assistente Social não tem preparo suficiente para orientar como alguém que é especialista na área. Assim, ela exemplificou sua atuação, com o relato sobre um trabalho que realizou em uma obra de construção de usina hidroelétrica em Roque Gonzales – Rio Grande do Sul, onde atuou com a

orientação aos agricultores da região, pois explicou que *“tinham algumas famílias que faziam plantações que antes aconteciam em determinadas épocas, já com o alagamento do rio, iria ficar mais fundo e precisaria trocar o tipo de produção dessa família”*.

Portanto, conforme a referida entrevistada, percebe-se que no que diz respeito ao remanejamento das famílias atingidas, neste caso exemplificado por obras das usinas hidroelétricas, é preciso indenizar as famílias pelas suas propriedades, sendo que neste caso ela afirma que ocorre um financiamento, realizado pela Caixa Econômica Federal, para que a população possa comprar um terreno e no caso dos agricultores, mudar suas produções, e assim, após um tempo “estabilizada” essas pessoas devem pagar à CAIXA pelo financiamento realizado.

Percebe-se assim que esse financiamento é realizado de uma forma como se fosse um grande benefício a essa população, sendo que na verdade, essas pessoas sofrem grandes impactos, tanto ambientais, quanto sociais, sendo praticamente obrigadas a mudar o modo de produção, o local de moradia, as relações estabelecidas entre a comunidade em que reside, e ainda recebem um financiamento para assim alterarem todo o “estilo de vida”, sendo que deverão pagar por todas essas mudanças. De acordo com o exposto até então, acredita-se que esse remanejamento, no caso da população atingida, e o financiamento, devem ser realizados em conjunto com a população, buscando saber se é da vontade da comunidade que ocorram essas obras e que mudem todo seu modo de vida, e assim, buscar que eles participem desse processo, bem como evitar que obras sejam construídas degradando ainda mais o meio ambiente e beneficiando apenas um grupo de pessoas: a empresa e os interessados na construção da obra.

As entrevistadas da CASAN e da CAIXA não executam a atuação de Remanejamento da População Atingida, mas, como esta ação consta na elaboração dos projetos socioambientais, conforme o primeiro ponto de análise desta subseção, observa-se que as referidas entrevistadas fazem parte da elaboração e análise dos projetos, os quais contém a questão de remanejamento, sendo que estas entrevistadas afirmam que através dos projetos busca-se mencionar a importância dos profissionais atuarem com a comunidade para o devido esclarecimento da população em relação às dificuldades e aos benefícios que as obras trazem a

comunidade, e ainda, informar a população que, para benefício da própria comunidade, a obra também deverá ser cuidada e preservada após ser finalizada.

Sendo assim, a entrevistada da CASAN afirmou que percebe que a principal demanda da população onde ocorrerá uma obra de instalação de esgotamento sanitário é o *“acesso a informação, essa preparação da comunidade”*, pois relatou que o Serviço Social na CASAN não atua diretamente com o atendimento à comunidade, mas, com a elaboração dos projetos socioambientais, buscam fazer com que as profissionais de Serviço Social que irão executar esse trabalho na comunidade, promovam o *“acesso para que essa comunidade seja preparada para receber essa bem feitoria da obra”*, pois ressaltou que *“está obra vai causar transtornos no início, porque vai tirar a rotina das famílias, e mais tarde ela vai ter um custo também, então temos que informar essa comunidade que terá custos sim, mas trará benefícios também”*.

Já a entrevistada da CAIXA afirmou que na realização dos projetos socioambientais deve constar a questão da organização da população, para *“trabalhar com eles a questão que irão receber esses benefícios e vão ter que manter isto”*. Portanto, percebe-se também que, associada à questão do Remanejamento da População Atingida, ocorre uma articulação com Mobilização Comunitária e com Educação Ambiental, até mesmo para orientar a população para a geração de trabalho e renda.

Com relação a essa questão do Remanejamento de Populações Atingidas, esclarece-se que existem alguns documentos, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), instituídos pela RESOLUÇÃO CONAMA N.º 001/86, de 23/01/1986 e são um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, que constam como uma exigência para que os empreendimentos sejam construídos, sendo assim, pode-se esclarecer que as obras realizadas precisam de licenciamento ambiental¹⁰, ou seja:

¹⁰ Artigo 1º - “Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais” (Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986).

De acordo com o CÓDIGO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, o **licenciamento** para a **construção**, instalação, ampliação, alteração e operação de empreendimentos ou atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados de significativo potencial de degradação ou poluição, dependerá da apresentação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (EIA; RIMA, 2002).

É oportuno sinalizar que o estudo deste impacto ambiental será realizado por meio de equipe interdisciplinar, sendo que Assistentes Sociais já vêm fazendo parte dessas equipes. Portanto, ressalta-se que “o objeto da ação interventiva do Serviço Social será pois a situação criada pela proposição do empreendimento que gerará novas condições de vida para a população” (COLITO; PAGANI, 1999, p. 245).

De acordo com Nélsis (2010, p. 88) percebe-se que:

A inserção de uma usina hidrelétrica poderá ocorrer de uma forma hostil ou participativa, conforme envolvimento dos grupos de interesse. As instalações de usinas, sobretudo as de médio e grande porte, que acarretam maiores impactos sociais, tornam a participação da população no diagnóstico imprescindível para apreender a realidade local. O descuido com a participação social pode gerar conflitos, tais como resistências ao projeto, confrontos e dificuldades de negociações com os diferentes grupos de interesses.

Conforme Colito e Pagani (1999) os estudos de viabilidade realizados antes das construções fazem levantamentos extraordinários dos recursos existentes na área e os RIMA, que consistem em instrumentos obrigatórios para permitir a aprovação da obra, e tratam mais diretamente das consequências que esses empreendimentos poderão causar na paisagem, na fauna, na flora,

[...] mas não tratam dos impactos sociais, ou seja, das consequências sociais que vão resultar de tais empreendimentos e que tem o homem como alvo maior a ser atingido; quando lembrados, o fazem de maneira superficial. E é esse não reconhecimento que também concorre para a emergência das questões ambientais frente as quais o Serviço Social, assim como outras áreas do conhecimento, vão intervir (COLITO; PAGANI, 1999, p. 244).

De acordo com Sauer e Ribeiro (2012, p. 395) referente à questão do impacto das obras, verifica-se a importância do profissional de Serviço Social neste âmbito,

[...] garantindo os direitos da população durante todo o processo de construção da usina hidrelétrica, mediando e conciliando interesses que são, na maioria das vezes, antagônicos. Dessa forma, a leitura e análise que o assistente social faz da realidade é muito importante, uma vez que as demandas individuais trabalhadas em campo podem gerar demandas coletivas, que devem ser levadas ao encontro de novas conquistas sociais. [...] Essa mediação é essencial quando existe um conflito – no caso destes empreendimentos, conflito de interesses entre a população e a concessionária do empreendimento –, e o meio ambiente passa a ser objeto de conflito quando traz consigo um impacto ambiental que enfrenta valores sociais, éticos e políticos.

Percebe-se também que, segundo Sauer e Ribeiro (2012, p. 395), “o conflito passa a existir uma vez que o impacto ocasionado no meio ambiente por conta da construção de empreendimentos interfere na vida e no direito humano”. Portanto afirma-se que este impacto gera consequências ambientais e também sociais, pois é permeado pelas lutas políticas e econômicas.

No caso da construção das usinas hidrelétricas, tendo por base Colito (1999), o conflito pode surgir por conta de diversos fatores, como a questão do remanejamento das famílias, o tamanho dos lotes em que elas serão reassentadas, valor da terra e benefícios indenizatórios a serem pagos, cobertura real dos prejuízos, as novas moradias a serem construídas (tipo, tamanho, material), dentre outros (SAUER; RIBEIRO, 2012, p. 395).

Para corroborar com o exposto, é importante ressaltar também que de acordo com Colito e Pagani (1999, p. 245):

No caso das construções de Usinas Hidrelétricas, o objetivo é o de incrementar as ações que vão possibilitar o desenvolvimento da política energética através de maior geração de eletricidade justificada pela necessidade de atender a demanda causada pelo desenvolvimento econômico regional. Diante dessa justificativa as empresas estatais desapropriam terras, desalojam populações e criam situações de conflito em diferentes momentos: antes da construção, durante e após o término do empreendimento.

Portanto, em vista do exposto até então, mais especificamente em relação aos impactos ambientais ocasionados pelas atividades modificadoras do meio ambiente, percebe-se a importância de se ter um cuidado para além do meio ambiente, mas, também, para com os seres humanos que estão inseridos na natureza e também acabam sendo atingidos por estas atividades que modificam o ecossistema.

Assim, percebe-se que o homem é a principal vítima desse processo, e, muitas vezes esses efeitos que o atingem são desconsiderados. Portanto, de acordo com as entrevistadas da ELETROSUL, da CASAN e da CAIXA, em relação às consequências das obras para as comunidades, e, quanto ao processo de realização das informações prévias e conscientização da população referente aos benefícios e prejuízos decorrentes das obras, pode-se observar que esses efeitos emergem em diferentes momentos e são bastante significativos, conforme o Cadernos de Estudos Básicos II (1995, p. 7 e 8, apud COLITO; PAGANI, 1999, p. 246),:

§ antes da construção: a tensão da população face a incerteza do futuro que desorganiza a vida social e particularmente, a atividade produtiva, as migrações para a região em busca de futuros empregos, transformações nos setores de serviços e recursos públicos para atendimentos das novas demandas, o que pode significar a exclusão de um maior número de pessoas menos favorecidas, o desemprego, a quebra de produção rural, etc;

§ durante a obra: os efeitos mais importantes são decorrentes da desapropriação de terras e deslocamento de populações que se reflete na sobrecarga sobre a rede de serviços e infraestrutura (transporte, saúde, segurança, lazer), o aparecimento de doenças estranhas à região;

§ no final da construção: o desemprego, a migração, o crescimento da marginalidade urbana, o aumento das favelas e a queda das atividades comerciais e de serviços causados pelo esvaziamento econômico da região;

§ após a obra: a concentração, das impurezas dos esgotos domésticos e industriais, na água da represa, a toxidade da água trazida pelo não desmatamento da

§ área inundada que passa a ser transmissora de doenças, além de por fim a vida animal na água, acabando com a possibilidade de pesca. Além desses, a paisagem no trecho abaixo da barragem tende a se modificar, pois as curvas do rio surgem e desaparecem e o conhecimento dos moradores das margens do rio é perdido.

De acordo com Colito e Pagani (1999) a estratégia que os profissionais de Serviço Social devem utilizar para intervir junto a essas novas e emergentes situações, geradas por construções, deve ser de desenvolver um processo metodológico de ação para que, em primeiro lugar, seja elaborado um diagnóstico socioeconômico dessas comunidades, conforme foi analisado através da entrevista com a profissional da PMP/SH no primeiro item desta subseção onde ela relatou atuar com Diagnósticos Socioambientais. Cabe ressaltar que, de acordo com Sauer e Ribeiro (2012, p. 396) “o estudo socioeconômico é considerado competência da profissão desde 1993, garantido por lei através da elaboração da Lei de

Regulamentação da Profissão”. Sendo assim, as referidas autoras afirmam que em relação a essa atuação, o Assistente Social busca, na maioria das vezes:

[...] conciliar os interesses de ambas as partes, visando sempre o melhor para as famílias atingidas. A sua atuação é muito importante dentro dos programas estabelecidos, uma vez que pode lutar pela garantia dos direitos das famílias atingidas, lutando pela ampliação dos critérios utilizados pelos empreendimentos para concessão dos benefícios, e considerando as especificidades de cada situação, quando profissionais de outras áreas podem muitas vezes não atentar para tal.

Em segundo lugar, de acordo com Colito e Pagani (1999), o Assistente Social deve capacitar a população para o enfrentamento das questões emergentes, conforme foi ressaltado anteriormente, neste item, de acordo com as falas das entrevistadas da ELETROSUL, da CASAN e da CAIXA, sendo que elas sinalizaram que uma das etapas da atuação com a questão socioambiental é informar a população sobre as consequências dos empreendimentos, sendo que também se percebe esta importância através de:

Repasse das informações técnicas sobre os efeitos do empreendimento na vida da comunidade e da geração futura; a formação de lideranças para garantir o movimento, em defesa de seus direitos e interesses e posteriormente levá-lo a buscar articulações com outros parceiros, como o Movimento dos Atingido por Barragens (MAB), Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ONGs e a Igreja através das suas outras pastorais, além de outros, como os movimentos ambientalistas (COLITO; PAGANI, 1999, p. 247).

Porém, esse processo, segundo Colito e Pagani (1999, p. 247) encontra algumas dificuldades:

– primeiro: pelo desconhecimento dos fundamentos relativos às questões ambientais.

Se formos rever o processo de formação dos Assistentes Sociais, vamos constatar que dificilmente são abordados assuntos que dizem respeito ao meio ambiente;

– segundo: o “desinteresse” da categoria por projetos que tenham como alvo as questões ambientais, causado justamente pelo desconhecimento da grande importância que tem o meio ambiente na continuidade da vida de todos nós.

Devemos nos lembrar que ao colocarmos como objeto de intervenção a questão social, as questões ambientais estão ali contidas; são expressões dela. Se formos privilegiar as políticas sociais veremos que a política pública com vistas à geração de energia, gera sérias consequências que clamam por políticas sociais adequadas para o atendimento das populações que se vêem atingidas.

Assim, conclui-se que não existem diferenças entre questões ambientais e questão social tida como alvo da intervenção do Serviço Social, portanto este âmbito socioambiental é uma temática que o Serviço Social pode e deve inserir-se para atuar no enfrentamento desta emergente questão.

E) Situações de Desastres

A combinação de fatores econômicos, políticos, culturais, naturais e sociais é o que definem **situações de desastres**, que expressam as desigualdades existentes no âmbito do atual sistema capitalista, bem como a relação de dominação destrutiva entre sociedade e natureza. Sendo assim, faz-se importante ressaltar o que as autoras Freitas e Nunes (2012, p. 3) evidenciam em relação ao termo “desastre”:

O termo “desastre” é normalmente associado à morte, destruição, perdas que geram situações de emergências, atribuídos à natureza e/ou ação humana junto a esta. Sua ocorrência, a depender de sua abrangência e intensidade, mobiliza a mídia e os governos, e requerem a prestação de serviços por meio das políticas existentes, ou que deveriam existir.

De acordo com Santos (2012), no ano de 2008, o Brasil ocupava a décima terceira posição entre os países mais afetados por desastres naturais, contendo um número de pelo menos dois milhões de pessoas atingidas pelas catástrofes. Contudo, o Brasil sendo um dos países mais atingidos por esses fenômenos advindos de fatores naturais e sociais, cabe alguns questionamentos:

[...] por que ainda persiste certa leniência quanto às ações do poder público no que concerne à gestão dos riscos naturais? Ainda persiste um mito de que no Brasil não ocorrem desastres naturais? Aliás, existe gestão de riscos naturais no Brasil? (ALMEIDA; PASCOALINO, 2009, p. 2, apud SANTOS, 2012, p. 1).

Porém, cabe ressaltar o que as autoras Freitas e Nunes (2012, p. 3 - 4) abordam com relação ao termo “desastre natural”:

O termo “desastre natural”, por exemplo, vem sendo objeto de críticas (FREITAS, 2010) sendo que a referida autora, assim como o Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais (MONADES, 2012) e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, vem substituindo-o por desastres socioambientais, como forma de dar visibilidade às suas consequências e de apreendê-lo como um processo, que é muito anterior à ocorrência do mesmo. Esta denominação vem se constituindo em um meio de se contrapor a forma como, até o presente, as questões ambientais vêm sendo apreendidas, ou seja, de forma fragmentada, de tal modo que os tipos de desastres são observados, analisados, e/ou vividos como fato isolado e não inserido numa rede de relações que lhe dá sentido e significado, ou seja, descolado das relações sociais, econômicas, políticas e culturais que cada um, que grupos do sistema produtivo e financeiro estabelecem com a natureza e o meio ambiente, no contexto de padrão do desenvolvimento existente, ou almejado.

Assim, com base nas questões mencionadas, salienta-se que em relação à atuação do Assistente Social no âmbito da questão socioambiental, referente às Situações de Desastres, a entrevistada da ASA foi a única que relatou atuar com esta questão. Ela declarou que:

É interessante ressaltar essa questão da gestão de riscos¹¹ na ASA, que por ser também uma entidade de Assistência Social¹² com foco no assessoramento e na defesa e garantia de direitos, hoje, na tipificação existe um item que refere nosso trabalho como atendimento à calamidade pública, e está posto que esta atuação deve ser especificamente pós desastre e não no preparo, na prevenção, no movimento anterior que deveria ser feito. Ainda está focado no atendimento à calamidade em si.

¹¹ Em relação à gestão de risco no Brasil, evidencia-se que: Apenas nos últimos cinco anos percebe-se maiores preocupações com o tripé proteção, previsão e prevenção. No entanto, o que efetivamente ocorreu foi uma urgente gestão de crise, ou seja, ações engendradas após a ocorrência dos impactos. Pouco se avançou no sentido de criar uma cultura de risco pautada no conhecimento, na consciência e na memória do risco (ALMEIDA; PASCOALINO, 2009, apud SANTOS, 2012, p.1). Assim sendo, de acordo com Santos (2012) no Brasil constata-se que não há uma gestão de risco e sim uma gestão de crise, que denota o colapso desta forma de gestão, evidenciada pelos desastres socioambientais cada vez mais devastadores e recorrentes, especialmente nas comunidades mais vulneráveis ao risco.

¹² A política de assistência social é realizada por meio de um conjunto integrado de ações e de iniciativas públicas e da sociedade. Esta atuação da sociedade ocorre por meio das organizações e entidades de assistência social, que não possuem fins lucrativos e que desenvolvem, de forma permanente, continuada e planejada, atividades de atendimento e assessoramento, e que atuam na defesa e garantia de direitos.

As entidades de **assessoramento** prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, conforme Resolução CNAS nº 27/2011.

As entidades de **defesa e garantia de direitos** prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, conforme Resolução CNAS nº 27/2011 (MDS, 2011).

Para esclarecer a fala da profissional, destaca-se que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, seguindo os padrões da Política Nacional, do Sistema Único de Assistência Social, organizou os serviços ofertados pelo SUAS em níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. No que diz respeito à Alta Complexidade está previsto o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, sendo que:

O serviço promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

Assegura a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas (MDS, 2009, p. 43).

Porém, no caso específico da ASA, foi relatado que o que está sendo realizado é um trabalho de assessoramento com Assistentes Sociais em algumas regiões que a instituição atua, a exemplo do município de Guabiruba, onde criou-se o Núcleo Comunitário de Defesa Civil (NUDEC), o qual é composto pela defesa civil, bombeiros e a sociedade civil, sendo que conseguiram criar um forte vínculo entre a instituição e o núcleo, para poder fazer o assessoramento e preparar a cidade para possíveis desastres, ou seja, estão tentando “abrir espaço” para a prevenção das situações de desastres, e assim, mostrar que a prevenção é melhor do que a atuação pós desastres.

A entrevistada da ASA reafirmou sua atuação com as Situações de Desastres, relatando que a instituição se voltou mais para essas questões de emergência, com a gestão de riscos, quando ocorreu a enchente de 2008 em Santa Catarina. A referida entrevistada afirmou que foi realizada uma grande campanha de mobilização na época, sendo que muitas doações foram feitas, tanto de alimentos, quanto de roupas, e até mesmo de dinheiro, porém, ela diz que o foco da ASA não foi apenas fazer essa mobilização, ou seja:

Teve a calamidade e tivemos que pensar uma ação pontual para atender aquela emergência, mas não é só isso, a pessoa depois tem que voltar para sua casa, e muitas coisas podem acontecer, por exemplo, o patrão pode ter

tido uma perda enorme, essa pessoa vai ficar desempregada, o marido também perde o emprego. Então temos que ver que temos 3 momentos, o primeiro foi esse atendimento emergencial, com essa campanha de mobilização e com o alojamento, sendo que a paróquia serviu de abrigo; no segundo momento fizemos a identificação dessas famílias, ou seja, quem são essas famílias que estão alojadas, para isso contratamos duas equipes que faziam visitas à essas famílias, para conversar e levantar suas necessidades, e identificar se teriam o interesse em algo a mais, como a formação de um grupo de apoio, ou algum grupo que pensasse a Geração de Trabalho e Renda, sendo que neste segundo momento foi atendido essa volta para casa, os móveis, colchões, teve um senhor que pediu um equipamento de jardinagem, pois ele disse que com esse equipamento ele iria trabalhar e comprar as coisas para ele, ele não queria ganhar os móveis, só queria aquele equipamento para ele mesmo poder trabalhar e conquistar as coisas dele, então atendemos essas demandas para as pessoas poderem ir retomando suas vidas; e o terceiro momento foram projetos de desenvolvimento comunitário, realizamos 7 projetos, para organizar os grupos de Geração de Trabalho e Renda, e a possibilidade de outros grupos que ia surgindo a demanda a partir desses encontros com as pessoas que ali viviam na própria comunidade.

Sobre o desastre ocorrido em Santa Catarina no ano de 2008, a qual a entrevistada se refere, cita-se Santos (2012) que menciona que no que tange o Serviço Social, o posicionamento e os compromissos políticos desta categoria profissional, em relação aos princípios e valores, são embasados em referências teóricas, traduzidas em diretrizes e normas (Código de Ética Profissional) que expressam uma determinada concepção de homem e de sociedade, sendo que, nem sempre este Código de Ética é balizador da prática profissional. Diversos outros fatores influenciam a intervenção profissional do Assistente Social.

O assistente social, muitas vezes, em momentos de crise como este em estudo¹³, encontra-se em meio a um emaranhado de indefinições quanto aos papéis a serem desempenhados, quanto às ações políticas e as formas de atuar. Em alguns abrigos, o assistente social comportou-se como mero executor de tarefas, seguindo as orientações da Defesa Civil e do Exército, com regras impostas, horários determinados e coordenador indicado pelo gestor. Nesses espaços, os conflitos foram constantes, gerando insatisfação por parte dos afetados e situações difíceis de serem administradas. De acordo com Valencio (2009), devido à insatisfação dos abrigados com as normas impostas e o risco de que conflitos com gestores e entre o grupo, o abrigo passa a ser visto pela Defesa Civil como de difícil administração. Por outro lado, assistentes sociais que tiveram uma postura crítica frente à realidade conseguiram intermediar as relações entre afetados, Defesa Civil e Exército, construindo regras coletivas, dialogando sobre os horários,

¹³ Santos (2012) se refere à tese defendida em 2012, cujo objetivo era analisar o Sistema de Gestão de Risco do município de Blumenau, buscando compreender, como a Política Pública de Assistência Social vem sendo gestada e executada neste contexto e de que maneira este sistema pode contribuir para a construção de uma cidade mais sustentável e menos exposta ao risco de desastres socioambientais.

divisão de tarefas e elegendo o coordenador do abrigo. Nestes espaços, a auto-organização dos afetados contribuiu na condução dos trabalhos e possibilitou o exercício democrático na tomada de decisões (SANTOS, 2012, p. 1).

Além dessas questões, a entrevistada da ASA relata ainda que atua com o Projeto Fortalecendo Experiências Economia Solidária (FORTES) de Santa Catarina, onde são realizadas capacitações de grupos, sendo que este projeto tem como proposta para o ano de 2013, estabelecer uma relação com os usuários do Programa Bolsa Família, e pretende-se assim realizar um trabalho com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), para que este projeto possa contribuir para potencializar as ações que são realizadas com as famílias do referido programa.

Portanto, com base nas análises realizadas e na fala desta profissional, pode-se mencionar que:

Atualmente, pode-se considerar que os desastres socioambientais constituem-se como ameaças à vida social, especialmente às populações que vivenciam a exclusão socioespacial e a socioeconômica, que são, majoritariamente, as mais afetadas nesses contextos. Por isso, o risco de desastres deve ser pensado e gestado por um conjunto de políticas públicas e instituições e não apenas pela Defesa Civil. A proteção social deve ultrapassar o entendimento mono, buscando uma visão transdisciplinar que possa incorporar a prevenção aos riscos em todos os aspectos da vida social.

É neste contexto, que se busca dimensionar a importância da Política de Assistência Social no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco. Por atuar diretamente com as expressões da questão social, esta política desenvolve ações imprescindíveis, relacionadas aos desastres socioambientais: a) a preparação, ou pré-impacto, refere-se à atuação direta junto a indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, que habitam áreas de risco, vivenciam situações de pobreza e exclusão socioeconômica e socioespacial, sendo este o público em potencial dos desastres; b) ruptura/emergência, ocorre durante o impacto, trata-se da responsabilização pelo acolhimento dos afetados, por sua inserção nos abrigos, da gestão do abrigo, do gerenciamento e da distribuição de benefícios, entre outras ações; c) recuperação, ou pós-impacto, relaciona-se à garantia dos meios de manutenção dos afetados nos abrigos ou do retorno às moradias que ainda estiverem em condições de habitabilidade, acompanha o encaminhamento às moradias populares, defende a participação da população no processo decisório sobre a reconstrução das cidades, orienta sobre o acesso aos benefícios contínuos, entre outras (SANTOS, 2012, p.1).

Afirma-se que no âmbito de crises e desastres, as ações acima mencionadas são apenas algumas das inúmeras ações que podem ser desenvolvidas pela Política

de Assistência Social nestes contextos. Porém, é importante analisar que essas ações restringem-se ao momento das situações de desastres e ao pós-impacto. Observa-se que ainda não há entendimento do papel desta política no âmbito dos desastres. Sendo assim, percebe-se que as ações desenvolvidas têm sido meramente paliativas e assistenciais, não havendo integração entre as redes de atendimento dos municípios. Portanto, afirma-se que em especial, nas situações de desastres, a política não está sendo suficiente para suprir com a responsabilidade que lhes é designada (SANTOS, 2012).

2.3.4 Formação profissional

A formação do profissional de Serviço Social consistiu na oitava pergunta prevista no formulário de pesquisa. Justifica-se essa questão pelo fato de se compreender, no que diz respeito à supervisão de estagiários, se os sujeitos entrevistados avaliam que os estudantes chegam ao campo de atuação profissional preparados ou não para lidar com as questões socioambientais, ou seja, se o curso de Serviço Social tem preparado ou não os estudantes para que eles venham a atuar com esta temática atual e relevante para essa categoria profissional e se está havendo uma coerência entre a teoria e a prática do Assistente Social. É oportuno mencionar, também, que como as entrevistadas são profissionais que se formaram na UFSC, estas também trouxeram suas experiências do período de formação e contribuíram para a discussão deste item.

Sendo assim, todas as entrevistadas mencionaram que a formação profissional não aborda a temática socioambiental e, conseqüentemente, afirmam que os alunos que se inserem nas instituições enquanto estagiários, não são preparados para lidar com esta temática.

Portanto, faz-se importante destacar que, da mesma forma que relatado pelas profissionais, há autoras a exemplo de Nunes (2012a, p. 46), que afirmam existir lacunas ou insuficiências na fundamentação teórica em relação à referida temática:

A partir da revisão bibliográfica realizada mediante consulta de livros, publicações em revistas, anais de congresso, dissertações e teses, acerca da produção de conhecimento do Serviço Social relacionado à temática ambiental, a autora Bourckhardt (2010) afirma a existência de três lacunas

ou insuficiências na fundamentação teórica acerca da temática ambiental: Em primeiro lugar, nessa área as produções revelaram uma carência na análise crítica sobre modos de produção e sua apropriação ambiental. Isso é reflexo da segunda lacuna que diz respeito à inclusão (ou falta desta) da temática ambiental no processo de formação profissional. E, por fim, essas duas lacunas levam a uma terceira que se trata da forma como ocorre a atuação profissional frente às demandas que lhe são apresentadas.

A entrevistada da PMP/SH afirmou que “*As universidades em geral não abordam esta temática*”. Já a entrevistada da ASA disse que:

Pra começar ninguém está preparado, até mesmo para ir para outra instituição em outra área, nós viemos muito “cru” da universidade. Temos um conhecimento muito teórico, é na prática que vamos ver como realmente é o trabalho do Serviço Social.

A entrevistada da PMF/SMHSA relatou que “*O estudante vai aprender fazendo também, vai aprender buscando, atuando, participando, lendo documentos sobre a área para se apropriar do conhecimento, porque a universidade não prepara*”. Já entrevistada da CAIXA afirmou que:

Pelo que eu percebo os estudantes tem bastante dificuldade de lidar com essa questão, não só os do Serviço Social, em geral todos os estagiários, mas do Serviço Social também não estão preparados. A questão da mobilização da comunidade os estudantes até tem bastante ideias, para a geração de trabalho e renda também, economia solidária, cooperativas, têm algumas instituições hoje que mostram um pouco disso no curso de Serviço Social, mas a educação ambiental não, e os estudantes em geral tem bastante dificuldade em lidar com essa questão. Não tem nada de teoria, e os estudantes chegam na prática e não tem a mínima noção do que vão fazer, qual a relação do curso com essa área, eles não tem preparo nenhum.

Eu acho que quanto a essa questão a universidade deveria colocar uma disciplina obrigatória na grade do curso, pois em todo lugar que se vai trabalhar hoje, vai estar presente a questão do meio ambiente.

E o profissional não pode achar que isso é questão de outras profissões como engenharia ambiental, por exemplo, nós temos que buscar estar nos inserindo nesta área, alguns buscam uma pós graduação para se apropriar melhor da questão e ter melhores condições para trabalhar com essa temática, mas já deveria ter na universidade.

Eu vejo que tem muito Assistente Social fazendo pós graduação hoje em dia relacionado com a questão do meio ambiente, por causa da urgência do dia-a-dia, as questões vão aparecendo e os profissionais não sabem o que fazer, como trabalhar, enfim, acabam buscando uma pós para contribuir no fazer profissional.

A entrevistada da ELETROSUL afirmou que os alunos não conseguiriam orientar as comunidades a respeito das verbas previstas no orçamento das obras,

por exemplo, porém, acredita que podem “acompanhar o trabalho junto ao Grupo de Mães e nas escolas”. Sinalizou que a questão socioambiental está entrelaçada com tudo, e ressaltou que o estagiário tem que compreender que quando for atuar enquanto profissional, esta é uma área que ele precisará conhecer.

A referida entrevistada relatou o exemplo de uma obra em que atuou, onde tinha uma Assistente Social da empresa construtora da obra, e a entrevistada afirmou que esta profissional foi contratada para trabalhar com os empregados da obra, mas, também teve que atuar com a comunidade, sendo que ela abordou questões relacionadas à saúde, questão ambiental, reciclagem de lixo, conscientização para não jogar lixos no rio, entre outras. Com este exemplo, a entrevistada avaliou que os alunos não estão e não são preparados para intervir junto à questão socioambiental, “é quando a gente vai para a prática que a gente começa a perceber isso”.

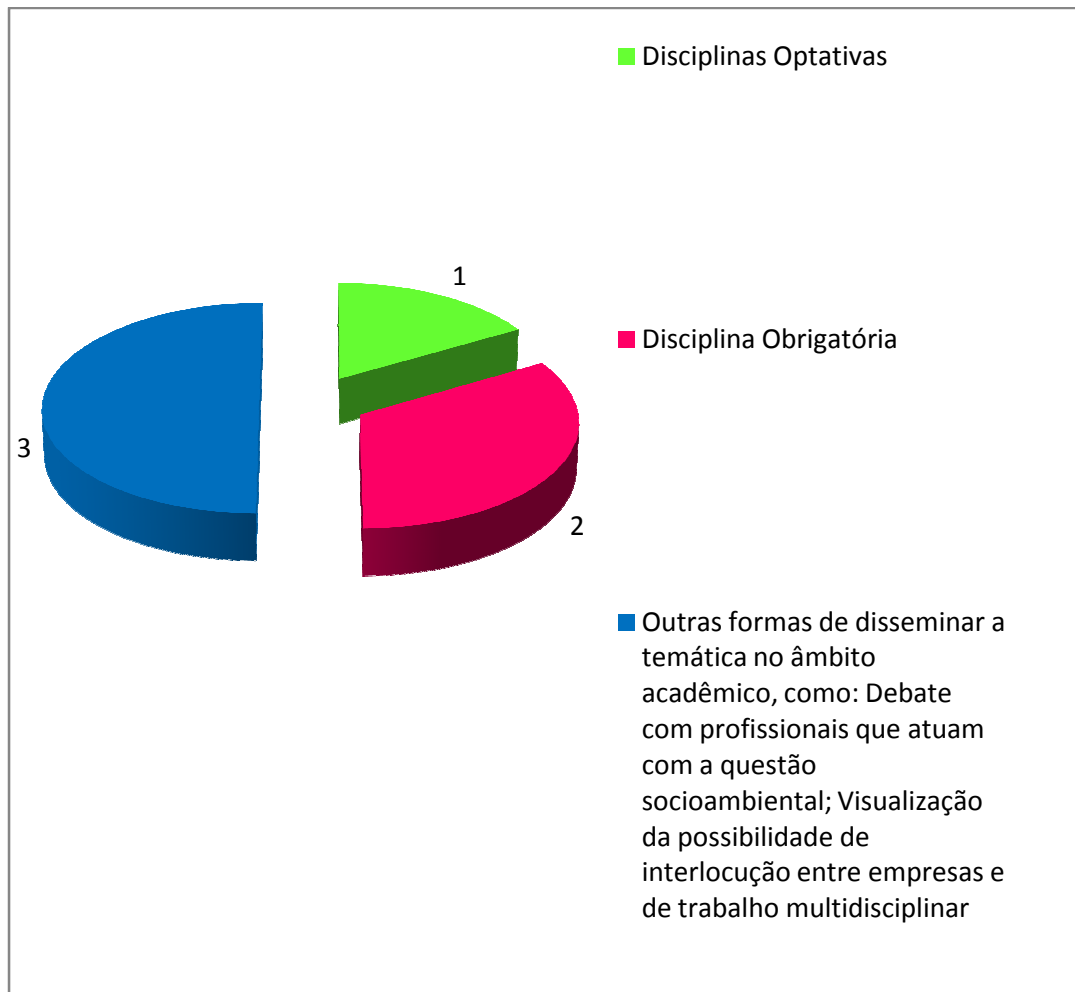
Já entrevistada da CASAN, além de sinalizar essa questão de que a formação não vem preparando os alunos para intervir com as questões socioambientais, afirmou que estes são formados para atuar em políticas públicas, tais como saúde e assistência social. Ressaltou ainda que poucos professores discutem a temática socioambiental.

Assim, para mudar o fato da formação profissional não abordar a temática socioambiental, a entrevista da ASA sugeriu a inclusão de disciplinas optativas referente à questão socioambiental na grade do curso de Serviço Social, por outro lado, as entrevistadas da PMF/SMHSA, e da CAIXA sugeriram a inclusão de disciplinas obrigatórias. Já as demais entrevistadas, afirmaram a necessidades de a universidade trabalhar outras maneiras de disseminar a questão socioambiental no âmbito acadêmico, conforme afirma a entrevistada da PMP/SH “a disseminação desta questão no âmbito acadêmico seria de suma relevância para a capacitação do profissional nesta área de atuação”. A entrevistada da ELETROSUL acredita que a universidade pode ampliar essa temática, trazendo profissionais que atuam no âmbito da questão socioambiental para que estes relatem e sistematizem sua prática; e, também da entrevistada da CASAN, a qual diz ser pertinente que a universidade mostre outras possibilidades e espaços de atuação (para além dos clássicos que ela cita), a exemplo da interlocução entre empresas, o trabalho

multidisciplinar e como é importante e necessário atuar nesta área da questão socioambiental, sendo que assim ela afirma que a universidade deve trabalhar a questão de que:

O Serviço Social não é focado só para educação, saúde e assistência, e sim, trabalhar na universidade que o Serviço Social pode oferecer essa interlocução entre empresas. Eu acho que a universidade limita muito. Se vamos procurar capacitação, a gente não encontra na nossa área. Não se encontra como deve ser o nosso trabalho nesta temática. Deveriam focar também para esta atuação, trazer mais esta necessidade, na verdade necessidade não, desta importância de como é bom trabalhar com esta área. Eu acho que deve ser direcionado isto na universidade também, a universidade deveria incentivar também que este trabalho tem que ser multidisciplinar.

Assim, com base na compreensão das entrevistadas, pode-se perceber, de modo mais claro, as formas de incluir a temática socioambiental na formação profissional, conforme ilustra o gráfico nº 07, a seguir:



Fonte: Elaboração própria (2013)

Gráfico nº 07: Formas de incluir a temática socioambiental na formação profissional

É importante mencionar que no atual Currículo do Curso de Serviço Social da UFSC, aprovado e em vigor desde o ano de 1999, não está prevista uma disciplina para abordar a temática socioambiental. Tal discussão fica, portanto, a critério dos docentes, por assim dizer, entenderem importante ou não incluir. Porém, na versão preliminar do Projeto Político Pedagógico do referido curso apresentado em junho de 2012, a disciplina eletiva “Meio Ambiente, Desenvolvimento e Questão Social”, cuja ementa se propõe a discutir “A problemática ambiental e sociedade capitalista. As múltiplas concepções do desenvolvimento. A particularidade de Santa Catarina. O Serviço Social e a prevenção e atenção às situações de desastres” (DSS, 2012, p. 6).

Com relação a este aspecto, acredita-se que é de suma importância que ocorra a inclusão desta disciplina no curso de Serviço Social, de forma obrigatória,

conforme as entrevistadas da PMF/SMHSA e da CAIXA sugeriram, ou, pelo menos, de maneira optativa, como sugeriu a entrevistada da ASA, para que ao menos os estudantes que tenham interesse, possam aprofundar seu conhecimento em relação a esta temática, de forma qualificada, dentro do curso de Serviço Social, já que, conforme todas as profissionais afirmaram, o curso não prepara o aluno para atuar com a referida temática. Sendo que para se fazer presente no novo currículo como disciplina eletiva, a disciplina “Meio Ambiente, Desenvolvimento e Questão Social” está concorrendo com outras 24 (vinte e quatro) disciplinas eletivas. Vale ressaltar ainda que é previsto, para cada semestre, a inclusão de 02 (duas) disciplinas eletivas apenas.

Com base no exposto até então, faz-se pertinente resgatar a fala da Assistente Social da CASAN, descrita anteriormente, onde a mesma afirma que em relação à atuação do profissional de Serviço Social *“a universidade deveria incentivar também que este trabalho tem que ser multidisciplinar”*. Tendo em vista a fala desta profissional, destaca-se que foi questionado às entrevistadas sobre a atuação delas, referente à questão socioambiental, se elas atuam de forma individual, equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar. Também se questionou qual a percepção das mesmas referente à importância do trabalho multiprofissional/interdisciplinar nesta área, e se a equipe percebe a importância da atuação do Assistente Social diante desta temática.

Referente à atuação das entrevistadas, todas afirmaram trabalhar com equipe multiprofissional e interdisciplinar, ou seja, em todas as instituições onde foram realizadas as entrevistas, as Assistentes Sociais atuam com pelo menos mais uma profissional de Serviço Social, de forma multiprofissional, e também com outros profissionais de outras áreas, de forma interdisciplinar, entre eles: Área técnica, com os Técnicos Ambientais e os Técnicos de Projetos Sociais; e os profissionais de nível superior, abrangendo a Engenharia Civil, Ambiental e Sanitária; Biologia; Geografia; Direito; Psicologia; Sociologia; Arquitetura; além de Topógrafos; Fiscais Obras e os funcionários da parte operacional, da Contabilidade e da Administração, que fazem a documentação e os contratos dos projetos.

É importante ressaltar que entre as falas das profissionais da CASAN e da PMF/SMHSA, apareceu a importância de que a atuação do Serviço Social nesta

área deve ser articulada também de forma interinstitucional, ou seja, com outras instituições que também atuam com essa questão e possam contribuir com o serviço, conforme relatou a entrevistada da CASAN, afirmando que se articula com os profissionais da gerência e secretaria do meio ambiente, entre eles, biólogos, geólogos e engenharia florestal. Já a entrevistada da PMF/SMHSA relatou que a ação do Serviço Social na instituição é articulada com os profissionais da “FLORAM, com a educação ambiental que é referência no Horto Florestal do Córrego Grande”, e com os profissionais da Engenharia Sanitária da CASAN. A referida entrevistada ainda afirmou que *“Diretamente com os grupos das associações, na AREsp temos articulação com a psicóloga da COMCAP, e na Recicla Floripa temos duas voluntárias, com as quais fazemos esse trabalho articulado”*.

Referente à percepção das profissionais entrevistadas, com relação à importância do trabalho multiprofissional/interdisciplinar na questão socioambiental, a entrevistada da PMF/SMHSA afirmou que *“sozinho o Serviço Social não consegue trabalhar de jeito nenhum. Acho que em qualquer área que o profissional for trabalhar, tem que ter os outros profissionais, que seja o psicólogo. Sozinho não dá, ninguém vive sozinho”*. A profissional da CASAN afirmou que *“a nossa profissão não nos prepara para trabalhar com essa área ambiental”*, e sendo novamente questionada se este é o motivo pelo qual ela percebe a importância de se ter não apenas o Serviço Social, mas outras profissões envolvidas, compondo essa equipe interdisciplinar, para atuar com esta temática, a mesma respondeu que *“é fundamental este trabalho interdisciplinar, pois nós (Assistentes Sociais) não somos preparados para lidar com essas questões relacionadas ao meio ambiente”*.

A Assistente Social da ELETROSUL acredita que o trabalho interdisciplinar é importante, pois são os profissionais de Serviço Social que vão se aproximar da comunidade e criar vínculo entre esta e a empresa que construirá a obra, e, sendo que ela afirmou que o Serviço Social não tem preparo para orientar a população sobre esta temática, avalia importante a articulação deste trabalho com outros profissionais especialistas no assunto:

Esse trabalho interdisciplinar é muito importante para todas as empresas, pois sabemos que estamos interferindo na natureza, então temos que ver de que forma podemos minimizar esse impacto. E é muito importante também para o Serviço Social, pois nós é que vamos estar inseridos na

comunidade para poder orientar e aproximar, criar um vínculo entre a empresa e a comunidade. Os profissionais técnicos ficam mais com a parte informativa. Respeitando a área de cada um, acredito que a gente não tem preparo suficiente para poder orientar como alguém que é especialista na área.

A Assistente Social da CAIXA percebe a importância do trabalho interdisciplinar, afirmando que, como esta instituição atua com grandes projetos, como o Minha Casa Minha Vida, que são projetos “*pautados por um manual normativo, que é o manual que fornece as normas para o trabalho da engenharia*”, ela afirmou que é perceptível que os profissionais da engenharia e da arquitetura focalizam o trabalho para a questão da obra “*que é o concreto para eles, é a formação deles*”, porém, ela relatou que aos poucos o Serviço Social tem avançado junto a esses profissionais:

Quando eles estão planejando uma obra, nós já começamos a pensar nas questões da energia solar, a arborização, tanto criar um espaço para plantar árvores ou preservar o que já tem no terreno. Quando têm empreendimentos grandes nós vamos até os terrenos com eles para ver se tem um espaço que pode ser preservado, teve um que tinha uma mata atrás e eles fizeram uma pista no meio da mata, um espaço para caminhada e mantiveram a natureza para a população ter aquele acesso. Então eu vejo que é importante o nosso trabalho em conjunto porque se não os engenheiros e arquitetos vão tirando tudo, desmatando e vão construindo.

A referida entrevistada afirmou ainda que:

A CAIXA tem cobrado também o ministério das cidades, o pessoal da engenharia e arquitetura, para trabalhar essas questões de responsabilidade, de preservar o meio ambiente, então está sendo despertado esse tema, estamos conseguindo alguns avanços, mas eu vejo que é muito importante o trabalho interdisciplinar, pois o projeto físico é analisado pela engenharia e arquitetura, nós só olhamos e vamos chamando a atenção deles para algumas questões, como por exemplo, olhar a comunidade que vai ser feito o projeto, ver a necessidade da população, se tem muito idoso a gente pode fazer umas mesinhas de jogos, uns banquinhos, se tem muita criança pode ser feito um parque, colocar brinquedos. Então tem uns profissionais que nos chamam para pensar com eles nessa fase do projeto, têm outros que não.

Portanto, percebe-se que, novamente a entrevistada da CAIXA chamou atenção para a questão da preservação da natureza, e, conforme foi analisado no subitem 2.3.2 referente à compreensão das entrevistadas sobre suas concepções de questão socioambiental, a fala da entrevistada da CAIXA ressaltada, naquele

momento e também neste, referente à importância do trabalho multiprofissional/interdisciplinar na questão socioambiental, é uma concepção que exprime um apelo conservacionista, onde é pensado o ambiente em relação à preservação e conservação do patrimônio natural apenas, sendo que se acredita ser importante, para se pensar em questão socioambiental e a atuação do Assistente Social nesta temática, discutir a relação do homem nesse contexto, conforme foi abordado no primeiro capítulo deste trabalho, e entendê-la, relacionando seus aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, etc., para além de seus aspectos biofísicos.

Porém, é importante ressaltar também que a entrevistada da CAIXA relatou ser importante o Assistente Social na equipe interdisciplinar para atuar com a referida temática, pois este profissional vai pensar em outros aspectos, como “*olhar a comunidade que vai ser feito o projeto, ver a necessidade da população*”, questões que muitas vezes não são percebidas por outros profissionais.

Faz-se importante analisar o relato da entrevistada da ASA, que afirmou que:

Não tem como fazer um trabalho isolado. Todas as decisões que tomamos, os encaminhamentos, são todos pensados em equipe. As propostas dos projetos é uma construção coletiva e isso fortalece para ir à comunidade, não ‘sozinho’, mas com o peso de toda uma instituição.

E para corroborar com o comentário da referida entrevistada, ressalta-se a afirmação da profissional da PMP/SH “*Acredito que importância do trabalho multiprofissional/interdisciplinar no âmbito da questão socioambiental reside na composição de um grupo com diferentes especialistas/técnicos que trabalham para alcançar um objetivo comum*”.

Percebe-se que as entrevistadas da ASA e da PMP/SH, afirmam a importância deste trabalho interdisciplinar, não pelo fato de que o Assistente Social não ser considerado, digamos assim, “um profissional preparado para lidar com esta questão”, como afirmaram as entrevistadas da CASAN e da ELETROSUL, e tão pouco pelo motivo de ser um profissional que atuará com as questões da preservação ambiental apenas, como ressaltou algumas vezes a entrevistada da CAIXA, mas sim, pelo fato de ser um profissional competente e que pode contribuir com o trabalho em equipe interdisciplinar.

Conforme foi analisado anteriormente, percebe-se que o Serviço Social não tem uma disciplina específica relacionada à questão socioambiental e que o estudante é pouco preparado para lidar com esta temática durante a formação acadêmica, prejudicando assim o fazer profissional do Assistente Social nesta área. Sendo que, conforme as entrevistadas relataram, elas tiveram que buscar esta capacitação depois de já estarem formadas. Mas, acredita-se que o Assistente Social é um profissional que possui atribuições e competências que são articuladas no âmbito acadêmico, e que preparam sim este profissional para atuar com as diversas expressões da questão social, entre elas a socioambiental, através de visão e atitudes críticas, com o planejamento de projetos sociais, por exemplo.

Portanto, é necessário que estes profissionais não permaneçam no conformismo e busquem alcançar mais espaço e mostrar a real importância do seu fazer profissional, nas inúmeras áreas que envolvem as expressões da questão social, para vir a potencializar o trabalho das instituições e das equipes multiprofissionais/interdisciplinares, com todo seu conhecimento da realidade, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Referente ao questionamento realizado às entrevistadas, se a equipe percebe a importância da atuação do Assistente Social diante desta temática, a profissional da PMP/SH afirmou que *“Sim, acredito que percebem a importância da inserção do assistente social nesta área”*.

A entrevistada da CAIXA relatou que *“alguns sim, não são 100% não. Acho que uns 50% tem essa clareza”*. E afirmou ainda que:

As Assistentes Sociais da prefeitura fazem um diagnóstico da população e mandam para nós, então tem uns profissionais, arquitetos e engenheiros, que nos chamam, para analisar com eles a população, para ver se os projetos que eles estão fazendo correspondem com aquela população e suas necessidades. Então alguns estão começando a se ligar que eles têm um projeto, mas que há uma população inserida e envolvida com essas questões, e é preciso conhecer a população, sendo assim, alguns nos procuram.

Portanto, é válido ressaltar ainda que a referida entrevistada relatou que, para que os demais profissionais percebam a importância do Assistente Social nesta área, *“é importante a gente estar sempre registrando nossas atividades e fazendo*

relatórios, para mostrar a importância do nosso trabalho, analisar e avaliar se estamos alcançando nossos objetivos ou não”.

A profissional da ELETROSUL afirmou que sim, os demais profissionais reconhecem a importância do Serviço Social nesta temática. Ela comentou que em uma obra que atuou, ela e os demais profissionais de Serviço Social tinham que criar vínculo com a comunidade, e percebeu que assim a população criou um vínculo maior com os profissionais de Serviço Social, do que com os demais profissionais. Assim, ela relatou que:

Só o fato de ter uma reunião que seja para informar sobre alguma situação ambiental, muitas vezes os outros profissionais pediam para o Serviço Social estar junto, nem que fosse só para estar ali participando da mesa, para a população saber assim ‘oh o Assistente Social está lá junto’, sendo que se sentiam mais seguros assim.

A Assistente Social da CASAN também afirmou que sim, os outros profissionais da equipe *“nos buscam também”*. Sendo assim, ela ressaltou que os demais profissionais buscam o Serviço Social principalmente para *“executar atividades e fazer a parte do Serviço Social mesmo, como um atendimento à comunidade, [...] entrar em uma comunidade”* para mediar conflitos em relação à obra, por exemplo. Sendo assim ela afirmou que, *“assim como a gente busca os outros, as outras áreas nos buscam também, para poder resolver os problemas pertinentes ao Serviço Social”*.

De acordo com a afirmação da referida entrevistada, foi questionado se a mesma acredita que os demais profissionais percebem a atuação do Assistente Social como algo mais assistencial, pontual, para fazer mediações, sendo que ela respondeu que:

Eles percebem como uma ferramenta que o Assistente Social tem de se introduzir na comunidade. Um jeitinho sabe, aquele jeito que o Assistente Social tem para trabalhar com a comunidade, eles tem essa visão de que ‘Ah, falou em Serviço Social: sabe chegar à comunidade’, então é nesse sentido que entra os Assistentes Sociais.

A entrevistada da PMF/SMHSA afirmou que:

Alguns profissionais que eu conheço que já tem uma experiência nessa área, eles percebem a importância sim. Mas é uma busca constante da

valorização da atuação do Assistente Social, pois eu vejo que não é a mesma importância que se dá a um engenheiro, por exemplo. Nós percebemos a importância de cada profissional, mas temos que batalhar muito para que seja reconhecida a nossa importância.

A referida autora afirmou ainda que, se não tivesse a participação do Assistente Social nas obras nas comunidades, por exemplo, os engenheiros “fariam um projeto no gabinete e iriam chegar à comunidade somente para implantar a obra, sem conhecer o dia-a-dia e a real necessidade da população”. Ela declarou que as Assistentes Sociais têm que mostrar a importância do seu trabalho, para que os demais profissionais venham a reconhecê-lo também, sendo que assim, ela relatou o exemplo de uma comunidade da grande Florianópolis em que ela atuou e que:

A questão do tráfico e o uso de drogas é muito forte, e nesta comunidade tivemos que saber respeitar o espaço deles (traficantes), e articular com eles para que eles e a comunidade estivessem respeitando também o nosso espaço e a obra. E quem tem como articular essas questões é o Assistente Social, porque nós entendemos a dinâmica da realidade da população, e temos que estar mostrando isso com os nossos resultados.

A entrevistada da ASA afirmou que sim, os demais profissionais reconhecem, e fez uma importante avaliação quanto à atuação do profissional de Serviço Social, destacando a necessidade deste de buscar capacitação para ter uma atuação qualificada:

Quando acontece um desastre, uma emergência, o Serviço Social é o primeiro a dar uma resposta. Por isso me pergunto como que esse profissional ainda não está sendo capacitado para atuar nesta área? Se esse profissional pensa em medidas preventivas, aonde for que ele estiver atuando, seja CRAS, seja numa escola, qualquer lugar ele vai poder trabalhar com essa questão, e o que ele vai fazer se acontece um desastre ou alguma coisa que ele precisa agir e ele não está preparado? Fizemos um simulado com umas Assistentes Sociais e em caso de desastre elas falaram que iriam fazer cadastro. É esse o papel do Assistente Social nesta área? Nós não temos preparo e a maioria não procura se especializar nisso. Em 2008 a atuação dessas profissionais, diante dos desastres, era dobrar roupa, e vamos ver hoje, não mudou nada, continuam não se capacitando. Naquela época fizemos uma capacitação e foram geólogos, psicólogos, entre outros profissionais, e foram poucos Assistentes Sociais. E eles não vão buscar se capacitar depois dos desastres, não pensam em prevenção, simplesmente voltam ao dia-a-dia do trabalho, se acomodam, e não buscam se capacitar.

É oportuno destacar que a discussão acerca da atuação interdisciplinar diante da questão socioambiental, foi pontuada nesta subseção acerca da formação profissional, visto que percebe-se a importância desta categoria profissional buscar cada vez mais capacitação para poder atuar de forma qualificada nos espaços de expressões da questão social, sendo que a Universidade tem um papel fundamental nesse processo tanto no que diz respeito à formação, quanto na possibilidade de se elaborar projetos de extensão, bem como propiciar discussões sobre a atuação profissional diante da questão socioambiental em núcleos de pesquisa, por exemplo. Conforme já foi mencionado outras vezes, se o Assistente Social não adotar uma postura crítica e se capacitar para atuar nos novos e emergentes espaços que estão “sendo abertos” para esses profissionais, outros profissionais exercerão o papel do Assistente Social, fazendo com que este perca seu espaço e até mesmo a importância do seu trabalho será minimizada diante dos demais profissionais.

Contudo, em vista dos fatos expostos até então, acredita-se que nesse processo de ensino-aprendizagem, é fundamental que o aluno tenha uma base teórica, para compreender a realidade e a dinâmica de atuação do Assistente Social, para que o mesmo venha a ser um profissional competente e qualificado, e, em relação à questão socioambiental, percebe-se que esta é cada vez mais relevante e o Serviço Social vem ganhando espaço para atuar com a referida temática, sendo assim importante que os alunos estejam conhecendo a área e a dinâmica deste fazer profissional, e, portanto, ressalta-se ser extremamente necessária a inclusão desta disciplina no currículo do curso.

Destaca-se, ainda, que o processo de supervisão de estágio é um espaço onde a temática é discutida no âmbito da formação. Ou seja, o estágio se constitui como um fundamental instrumento na formação da análise crítica e da capacidade investigativa, interventiva e propositiva do estudante, o qual precisa apreender os elementos concretos que constituem as contradições da realidade social capitalista, de modo que posteriormente, como profissional, venha a intervir nas diferentes expressões da questão social, as quais vêm se agravando diante dos atuais acontecimentos, como o colapso mundial da economia, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPSS, 2010).

Nesta perspectiva, o estágio supervisionado no curso de Serviço Social adquire um peso privilegiado no processo de formação profissional do estudante, apresentando como uma de suas premissas, oportunizá-los:

O estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (ABEPSS, 2010, p. 14).

De acordo com a ABEPSS (2010), um dos princípios das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social é que o estágio supervisionado curricular, tanto obrigatório quanto não-obrigatório, é um processo didático-pedagógico que se consolida pela “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABESS-CEDEPSS,1997, p.62, apud ABEPSS, 2010, p. 14). Assim, afirma-se que o estágio caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada através da inserção do estudante nos espaços sócio-institucionais, nos quais atuam os assistentes sociais, capacitando-o nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional, sendo que tal processo vincula-se às Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) por meio da:

Coordenação do estágio e docentes supervisores, devidamente articulados às coordenações de curso ou departamentos, impulsionando o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional, bem como a construção do perfil profissional pretendido: crítico, criativo, propositivo, investigativo, comprometido com os valores e princípios que norteiam o projeto ético-político profissional (ABEPSS, 2010, p. 14 – 15).

Ou seja, a existência e abertura de campos de estágio onde há Assistentes Sociais que atuam com a temática socioambiental é de extrema importância para que os estudantes – tanto os estagiários quanto os demais alunos que não atuam diretamente com a referida temática, porém, que estão presentes nas disciplinas de supervisão –, nesse processo de ensino-aprendizagem, articulem os conteúdos que compõem os diversos componentes curriculares, sendo possível apreender a realidade dos diferentes campos de estágio e a dinâmica de atuação do Assistente Social nestes espaços.

Com base nas questões pontuadas, enfatiza-se, ainda, que não se deve perder de vista que essas estratégias de incluir a temática no âmbito acadêmico devem estar associadas a uma discussão mais ampla que diz respeito ao perfil de assistente social que se pretende formar, não perdendo de vista que a educação, inserida num campo tensionado pelas disputas dos diferentes projetos societários, é um espaço privilegiado de luta para a conquista da hegemonia política e cultural na sociedade (NUNES, 2012c).

Assim, entendendo a necessidade de formar um profissional com um perfil crítico, comprometido com as conquistas e as lutas da classe trabalhadora, com capacidade política para a politização das demandas e fortalecimento da participação popular, para ruptura dos processos de subalternização política (DSS, 2012), conhecer, problematizar e construir novas possibilidades para a intervenção profissional, num campo contraditório de retóricas e práticas que fortalecem a fragmentação dos processos sociais e de trabalho, torna-se estratégico o esforço de uma formação profissional crítica-reflexiva (GUERRA, 2002, apud, ABEPSS, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso procurou abordar o Serviço Social com a questão socioambiental, tendo como objetivo da pesquisa analisar as possibilidades da atuação do Assistente Social no que concerne à questão socioambiental. Identificando assim, quais são as “novas” funções e competências incorporadas pelo Assistente Social no âmbito da atuação na questão socioambiental, bem como, compreendendo a dinâmica da ação do Assistente Social na questão socioambiental na Grande Florianópolis.

Com base no exposto no âmbito deste trabalho, avalia-se que este estudo é pertinente, pois a questão socioambiental caracteriza-se como um espaço emergente de intervenção do Assistente Social e, por este motivo, faz-se necessário que as pesquisas contribuam para a ampliação do debate, bem como para a divulgação da sistematização da prática profissional. Tendo em vista as produções do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), (1983, apud ALMEIDA, 2006), entende-se a sistematização da prática profissional como “todo o processo de organização teórico-metodológico e técnico-instrumental da ação profissional em Serviço Social”. Portanto, faz-se necessário a sistematização da prática, pois ocorre, primeiramente, delimitando os referenciais que orientarão os aportes teóricos, seguindo com a condução metodológica, as estratégias de ação, o esclarecimento do objeto da intervenção profissional, bem como seus objetivos e a avaliação dos resultados obtidos.

Também é perceptível a importância da sistematização para o trabalho do assistente social – e no caso desta pesquisa para o trabalho do assistente social no âmbito da questão socioambiental –, por ter um impacto imediato na reflexão sobre dimensões do exercício profissional, favorecendo uma reordenação desta experiência e possibilitando uma contribuição para o Serviço Social no âmbito dos estabelecimentos onde atua, nos processos de conquista de uma maior autonomia profissional (ALMEIDA, 2006).

Sendo assim, para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, o mesmo foi estruturado em três seções. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica que trouxe um resgate histórico da questão socioambiental no século XXI e após isso se

realizaram considerações a respeito desta relevante temática no bojo da sociedade capitalista, abordando as distintas formas na relação entre homem e natureza e analisando a intensificação desta discussão a partir do viés das legislações que foram criadas e das conferências mundiais que foram realizadas. Na segunda seção, apresentou-se o caminho de construção da pesquisa e, posteriormente, um breve resgate histórico sobre a emergência do Serviço Social enquanto profissão, sinalizando os diferentes espaços sócio ocupacionais de atuação, com foco na temática socioambiental. Logo após, foi realizada a análise e a interpretação dos dados obtidos nas entrevistas da pesquisa empírica. Já nesta terceira e última seção apresentam-se algumas considerações relacionadas aos objetivos, evidenciando algumas sugestões e indicações conclusivas.

Com base neste trabalho, pode-se concluir que a partir dos anos 1970, os homens começaram a perceber que os recursos naturais eram limitados e passaram a compreender que possivelmente teriam consequências devido ao processo de degradação ambiental, como por exemplo, o esgotamento de determinados recursos naturais, que antes acreditavam estar à disposição da humanidade.

Sendo assim, percebe-se que a atual crise ambiental está diretamente associada à crise social, decorrentes da expansão do modo de produção capitalista, modelo este que levou o ser humano a uma condição de fragilidade, por meio da contradição entre o Capital e o Trabalho, sendo que a classe burguesa exercia e continua exercendo domínio sobre a classe subalterna, explorando quase que totalmente as suas forças.

Com este sistema de organização da sociedade, a exploração do trabalho humano exercida pela classe dominante é percebida em outras formas de exploração, inclusive com a destruição do meio ambiente. Sendo assim, o modo de produção capitalista submete os interesses ecológicos aos interesses da burguesia, na extração de lucro e de mais valia. Portanto, acredita-se que o capitalismo identifica o meio ambiente como apenas mais uma fonte de exploração e lucro, e assim, concretiza-se uma ameaça de destruição tanto do meio ambiente quanto da sociedade.

Portanto, compreende-se que a questão socioambiental é um “conjunto de manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da

natureza, mediadas pelo trabalho humano” (SILVA, 2010, p.144). Para entender o que vem a ser a questão socioambiental, percebeu-se, no decorrer deste trabalho, a importância de discutir a relação do homem neste contexto e de compreender esta temática para além de seus aspectos biofísicos, mas relacionando seus aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, etc.

De acordo com NUNES (2012a) embora seja consenso a existência de uma "questão socioambiental", há ainda divergências quanto às causas da mesma e as formas de enfrentamento, ou seja, alguns compreendem que a questão socioambiental emerge em função do aumento populacional (teses neomaltusianas), e outros relacionam com o modelo de industrialização associada à extração dos recursos naturais.

Sendo assim, de acordo com Silva e Rafael (2010), como exigência de sua auto-reprodução, o atual modelo de produção capitalista tem, crescente e sucessivamente, evidenciado as suas contradições e a brutalidade com que impõe a destrutividade ambiental e social. Diante do aprofundamento da crise mundial, o referido sistema faz incidir sobre a maior parte da humanidade a perda de direitos, o aumento dos conflitos étnico – raciais, da miséria, da fome e do desemprego em escala mundial, além do agravamento da destruição ambiental.

Portanto, percebe-se que ao mesmo tempo em que o capitalismo assegura a contínua produção e reprodução da “questão ambiental”, bem como da questão social, ele empenha-se em minimizar as suas manifestações, administrando suas contradições através de programas compensatórios, embasados em um discurso do respeito aos direitos humanos, do solidarismo e da defesa do meio ambiente. Porém, acredita-se que esta concepção confirma que há centralidade à dimensão ecológica da “questão ambiental”. Ou seja, a defesa da natureza ocorre, muitas vezes, de maneira separada ao enfrentamento da questão social. Sendo assim, as dimensões econômica, social, cultural, política e ideológica aparecem desunidas de sentido crítico, pelo fato de que não são compreendidas como partes indispensáveis de uma complexa totalidade (SILVA; RAFAEL, 2010).

Sendo assim, com base nas entrevistas realizadas com as 06 (seis) Assistentes Sociais de 06 (seis) instituições diferentes, que atuam com a questão socioambiental, para alcançar o objetivo proposto para este trabalho, foi possível

verificar que duas das entrevistadas, as profissionais da CASAN e da ELETROSUL, não conseguiram definir o que entendem acerca da questão socioambiental, mas há concepções, a exemplo das profissionais da PMF/SMHSA, da PMP/SH e principalmente da ASA que, a princípio, há uma compreensão de que a questão socioambiental está relacionada a um conjunto de questões econômicas, sociais, etc., existentes no bojo da sociedade capitalista, e a compreensão da relação do homem como parte da natureza, e, outras concepções como da entrevistada da CAIXA, que, através dela, pode-se analisar que embora seja importante e necessária a preservação da natureza, não se pode reduzir à questão socioambiental apenas à dimensão ecológica.

Assim, acredita-se que as questões naturais estão diretamente ligadas às questões sociais, pelo fato de acreditar-se que o homem pertence à natureza, e sendo assim, a humanidade é atingida de maneiras tanto positivas quanto negativas com as mudanças ocasionadas no meio ambiente, sejam elas provocadas pela ação do homem ou não.

Portanto, evidencia-se a importância do profissional de Serviço Social compreender o processo do capitalismo e da geração de riqueza, os quais intensificam a pobreza e a degradação ambiental, para que assim possam identificar as possibilidades de atuação no âmbito da questão socioambiental.

No caso específico do profissional de Serviço Social, salienta-se que sendo objeto de sua intervenção as múltiplas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2007), pode-se relacionar a importância da ação profissional no trato das questões ambientais, enquanto uma das expressões da questão social, ou seja, estão intimamente interligadas, não havendo como dissociá-las. Uma vez que a exacerbação da questão ambiental e suas múltiplas expressões vêm configurando novos espaços sócio ocupacionais que se abrem ao Serviço Social – adensado tanto pelas ações desenvolvidas no âmbito do próprio Estado quanto nos programas de responsabilidade socioambiental das empresas (SILVA, 2010) –, identificam-se potencialidades da atuação deste profissional contribuindo, no âmbito da atuação democrática, para uma “[...] consciência ambiental e socialmente crítica e de uma cultura política assentada nos princípios da autonomia e da autodeterminação dos sujeitos na busca pela satisfação de suas necessidades e da apropriação coletiva dos recursos da natureza” (SILVA; RAFAEL, 2010, p. 8, apud NUNES, 2012a, p. 192-193).

Ressalta-se ainda que o Serviço Social é uma profissão profundamente ligada à história da sociedade, e, sendo assim, de acordo com Iamamoto (2005, p. 11) esta

profissão precisa se modificar conforme as conjunturas sociais tomam novas direções. A mesma autora menciona que a atualização do projeto ético-político, vem para contribuir com a construção da cidadania, o cultivo da democracia, equidade e liberdade e a defesa da esfera pública. Sendo assim, acredita-se que o Serviço Social tem um papel fundamental de intervir no planejamento e análise das diversas problemáticas da atualidade, sendo que estas são identificadas a partir das relações que ocorrem no sistema capitalista. Desta forma, os assistentes sociais, profissionais comprometidos com a justiça social, com habilidades e competências, devem perceber as diversas manifestações da questão social enquanto fruto de profundas e aceleradas transformações sócio-históricas, para ampliar o acesso dos indivíduos aos direitos sociais e também direcionar o exercício profissional para o enfrentamento destas novas questões.

Ao fazer as entrevistas e, posteriormente sistematizar a fala dessas profissionais, verificou-se que era possível agrupar as ações das mesmas em pelo menos 05 (cinco) blocos de análise, sendo eles: Elaboração de Projetos Socioambientais; Educação Ambiental; Mobilização Comunitária; Remanejamento de População Atingida e Situações de Desastres.

A **Elaboração de Projetos Socioambientais** foi mencionada enquanto uma ação realizada pelas entrevistadas da CASAN, da CAIXA, e da PMP/SH. A elaboração de projetos é um espaço que foi conquistado pelos Assistentes Sociais, já que estes historicamente eram vistos como profissionais que apenas executavam os serviços. No entanto, na atual conjuntura estes também planejam, estão na gestão, na formulação e avaliação de políticas, planos, programas e projetos. Mas, para isso, é preciso além de conhecimento para elaborar projetos, conhecimento acerca da questão socioambiental.

Sobre o segundo tópico, **Educação Ambiental**, atuam nesta área as entrevistadas da CASAN e da CAIXA. Faz-se importante retomar a compreensão de que há, pelo menos, duas grandes vertentes no âmbito da EA, sendo elas: conservadora e crítica, e que é necessário que os profissionais de Serviço Social busquem atuar neste âmbito através da EA crítica, para que assim possam realizar uma atuação que promova uma mudança significativa, na busca por uma transformação social. Sendo que, conforme Loureiro (2009c, p. 23, apud NUNES,

2012a, p. 192) é necessário “[...] sair do senso comum na educação ambiental, das respostas prontas e fáceis, e enfrentar, sem medo e com a necessária dose de utopia, os desafios que podem nos conduzir à consolidação de sociedades sustentáveis”.

É válido também ressaltar que, muitas vezes, para realizar uma das atuações mencionadas pelas profissionais entrevistadas, faz-se necessária a realização conjunta de outra atuação, como por exemplo, para realizar mobilização comunitária, a profissional realiza também a EA. Desta forma, foi possível analisar que todas as entrevistadas realizam EA, no entanto, somente as profissionais da CASAN e da CAIXA reconheceram atuar nesta área. Portanto, não foram inseridas nesse bloco de análise as entrevistadas da ASA, ELETROSUL, PMF/SMHSA e PMP/SH, sendo que esta atuação apareceu apenas de forma implícita, como mobilização comunitária ou situações de desastres. Portanto, percebe-se que, associada à questão da EA, ocorre uma articulação com a Mobilização Comunitária e com o Remanejamento da População Atingida.

Informaram atuar no âmbito da **Mobilização Comunitária**, as entrevistadas da ELETROSUL, da PMF/SMHSA e da PMP/SH. Já as entrevistadas da CASAN e da CAIXA afirmaram que não executam diretamente, porém, incluem esta ação nos projetos socioambientais. Compreende-se mobilização comunitária como uma ação de diversos segmentos, entre eles o Serviço Social, voltada à comunidade, a qual tem como objetivo desenvolver a cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, as profissionais que relataram trabalhar com esta ação, mencionaram uma atuação muito voltada para a orientação e informação à comunidade sobre as obras e o acompanhamento das mesmas, sendo que é válido ressaltar que a entrevistada da CAIXA, a qual atua nesta área através da orientação na elaboração de projetos, mencionou que sua atuação tem sido no sentido que *“provocar”*, ou seja, mobilizar as Assistentes Sociais que executam esse trabalho junto à comunidade, para que realizem ações de mobilização comunitária que possam resultar em mudanças significativas para a população.

Portanto, percebe-se que há mobilização comunitária, quando se consegue fazer com que a comunidade se mobilize e participe da construção do projeto. Ou seja, deve-se desenvolver uma organização e participação da comunidade, para que

assim seja formada uma verdadeira mobilização com o objetivo de beneficiar a própria comunidade, e para que assim, a população conheça seus direitos e se mobilize para a efetivação dos mesmos.

No que diz respeito ao **Remanejamento da População Atingida**, a entrevistada da ELETROSUL relatou atuar com a referida ação profissional, já as entrevistadas da CASAN e da CAIXA afirmaram que não executam esta ação, assim como referente à Mobilização Comunitária, mas que atuam com remanejamento através do planejamento dos projetos socioambientais.

O remanejamento é um espaço que vem sendo conquistado pelos Assistentes Sociais, os quais vêm fazendo parte das equipes interdisciplinares para atuar com essas e outras expressões da questão social, sendo que “o objeto da ação interventiva do Serviço Social será pois a situação criada pela proposição do empreendimento que gerará novas condições de vida para a população” (COLITO; PAGANI, 1999, p. 245).

Com relação às **Situações de Desastres**, a entrevistada da ASA foi a única que relatou atuar com esta questão. Sendo válido ressaltar que as situações de desastres são definidas através da combinação de fatores econômicos, culturais, políticos, naturais e sociais, que expressam a relação de dominação destrutiva entre sociedade e natureza, bem como as desigualdades existentes no sistema capitalista.

Faz-se necessário também ressaltar a importância do profissional de Serviço Social estar sendo inserido para atuar em equipe interdisciplinar, sendo que em relação a esta questão, foi possível perceber que o Serviço Social não tem uma disciplina específica relacionada à questão socioambiental e que o estudante é pouco preparado para lidar com esta temática durante a formação acadêmica, prejudicando assim o fazer profissional do Assistente Social nesta área. Sendo que, conforme as entrevistadas relataram, elas tiveram que buscar esta capacitação depois de já estarem formadas, para efetivamente atuar no âmbito da questão socioambiental. Mas, acredita-se que o Assistente Social é um profissional que possui atribuições e competências que são articuladas no âmbito acadêmico, e que preparam sim este profissional para atuar com as diversas expressões da questão social, entre elas a socioambiental, por meio de visão e atitudes críticas, com o planejamento de projetos sociais, por exemplo.

Portanto, concluí-se necessário que estes profissionais não permaneçam no conformismo e busquem alcançar mais espaço e mostrar a real importância do seu fazer profissional, nas inúmeras áreas que envolvem as expressões da questão social, para vir a potencializar o trabalho das instituições e das equipes multiprofissionais/interdisciplinares, com todo seu conhecimento da realidade, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Sendo assim, acredita-se que o Serviço Social tem, junto às questões socioambientais, um espaço tão privilegiado como aqueles permitidos por outras questões mais familiares à sua prática profissional. Sendo que esta temática vem sendo percebida como um espaço de intervenção e debate para o Serviço Social e as inúmeras refrações da questão socioambiental vem se constituindo como um novo desafio para os Assistentes Sociais. Assim, percebe-se que o Serviço Social vem se aproximando da questão socioambiental, atuando e fazendo pesquisas sobre esta “nova” e emergente temática para a profissão, sendo importante que os Assistentes Sociais continuem buscando inserir-se neste âmbito, haja vista o projeto ético-político da profissão que embasa esta categoria profissional com atribuições e competências para atuar com as diversas expressões da questão social, e entre elas a questão socioambiental.

Diante dessas reflexões, constata-se que os objetivos propostos para a pesquisa foram alcançados, visto que foi possível analisar as possibilidades da atuação do Assistente Social no que concerne à questão socioambiental, identificando quais são as “novas” funções e competências incorporadas pelo Assistente Social no âmbito da atuação na questão socioambiental; bem como compreender a dinâmica da ação do Assistente Social na questão socioambiental na Grande Florianópolis.

Pelo fato da questão socioambiental ser um tema considerado “novo”, porém emergente para o Serviço Social, espera-se que as análises apresentadas no âmbito deste trabalho venham a contribuir para a ampliação do debate desta temática, tanto no meio acadêmico, quanto para os profissionais que atuam com a questão socioambiental. Cumpre observar que é necessário contribuir para uma consciência socioambiental crítica e buscar fazer com que a sociedade volte a se reconhecer como parte da natureza e assim lute por uma apropriação dos recursos naturais

coletiva, buscando assim extinguir as formas de exploração e opressão, tanto do homem quanto do meio ambiente.

Para tanto, avalia-se a necessidade das Universidades, e do curso de Serviço Social investir na formação de profissionais capacitados para atuar no âmbito da questão socioambiental. Sendo que assim, sugere-se que o Departamento de Serviço Social da UFSC ofereça aos acadêmicos uma disciplina, de preferência obrigatória, ou, ao menos, optativa, relacionada à temática socioambiental. Indica-se também que seja intensificada a discussão, no âmbito acadêmico, da questão do trabalho interdisciplinar, o qual se percebe ser essencial para uma atuação desta categoria profissional com a temática socioambiental, assim como nas demais áreas de atuação do Serviço Social.

Por fim, espera-se que este trabalho de conclusão de curso venha a contribuir com as produções teóricas sobre a questão socioambiental e com o avanço do conhecimento neste campo de pesquisa. Ressaltando ainda, a importância de haver continuidade nos estudos sobre esta temática, especialmente no que diz respeito à atuação do profissional de Serviço Social neste âmbito. Acredita-se na relevância de se ter mais pesquisas com Assistentes Sociais sobre a atuação desta categoria profissional nesta área, e estudos que demonstrem a importância destes profissionais inseridos como parte fundamental para trabalhar em equipe interdisciplinar no âmbito da questão socioambiental. Sendo que para isto, avalia-se que a referida categoria profissional deve buscar conhecer essa área de atuação e principalmente procurar a capacitação contínua e de qualidade, a fim de, conquistar maior inserção no âmbito da questão socioambiental.

Portanto, indica-se que as próximas pesquisas e estudos relacionados a essa temática procurem dar continuidade à compreensão de que os problemas relacionados com a questão socioambiental estão intrinsecamente associados ao atual modo de produção capitalista e suas contradições. Para tanto, o Serviço Social deve atuar de maneira que venha a promover mudanças significativas para a população, buscando desenvolver uma transformação social com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da humanidade e desenvolver a cidadania.

REFERÊNCIAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em: janeiro de 2013.

ALENCAR, Mônica Maria Torres; GRANEMANN, Sara. **Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional.** In: Revista Katálysis. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 161-169 jul./dez. 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Retomando a Temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social.** Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-2.pdf>. Acesso em: janeiro de 2013.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares; SILVA, Maria das Graças e. **Educação Ambiental e Serviço Social: o PEAC e o Licenciamento na Gestão Pública do Meio Ambiente.** São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

AZEVEDO, Rui. **A Insustentabilidade.** In: *Recanto das Letras*. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3759737>>. Acesso em: outubro de 2012.

BARROS, Wellington. **Um Livro que mudou o Meio Ambiente.** In: *Meu Escritório*. Disponível em: <<http://www.meuescritorio.com.br/index.php?modulo=Conteudo&tipo=2&area=Ambiental&id=4168>>. Acesso em: outubro de 2012.

BENJAMIN, A. H. V. **A Implementação da Legislação Ambiental: O papel do Ministério Público.** In: *Dano Ambiental – Prevenção, Reparação e Repressão*. Org: A. H. V. Benjamin. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

BIANQUINI, Emily. **Tipos de Amostragem em Pesquisa.** In: *RPublicando, 2010*. Disponível em <<http://rpublicando.blogspot.com.br/2010/03/tipos-de-amostragem-em-pesquisa.html>>. Acesso em: novembro de 2012.

BONILLA, Laura. **Rio+20 termina sob críticas e com longa lista de promessas.** In: *Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/rio-20-termina-sob-criticas-e-com-longa-lista-de-promessas>>. Acesso em: outubro de 2012.

BORDIGNON, Marivane. **O Serviço Social e a Questão Sócio-Ambiental: A Função Pedagógica do Serviço Social Direcionada para a Busca do Desenvolvimento Sustentável.** 2007. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: dezembro de 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

_____. LEI 8662 de mês de 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão.** Conselho Regional de Serviço Social. CRESS – 2ª Região / MA. Coletânea de Leis. CFESS, 1993a.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). SILVA, Marina. **O que é Agenda 21?** Marcos Referenciais do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/passoapasso.pdf>. Acesso em: novembro de 2012.

_____. **Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: janeiro de 2013.

CABRAL, Gabriela. **Desenvolvimento Sustentável.** In: *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/desenvolvimento-sustentavel.htm>>. Acesso em: outubro de 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS nº 273/93.** Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: CFESS, 1993b.

CHAUÍ, M. S. Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social. In: **Palestra concedida para o Seminário Universidade: Por que e como reformar?** 2003, Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/palestra1.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2012.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

CMMAD – **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Relatório Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

COE – **Caderno de Orientações de Empreendimento.** Disponível em: <<http://www.sinduscon-fpolis.org.br/MyFiles/seconci/diversos/coescv2.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2013.

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná. **Manual de Elaboração de Projeto Técnico Social.** 2011. Disponível em

<www.cohapar.pr.gov.br/...tecnicos...social/Manual_de_elaboracao_de_projeto_tecnico_social>. Acesso em: janeiro de 2013.

COLITO, Maria Clementina Espiler; PAGANI, Angela Maria de Melo. **Conversando sobre as questões ambientais e o Serviço Social**. Serviço Social Em Revista, Londrina - CESA/UDEL, v. 1, n.2, p. 243-251, 1999.

CUSTÓDIO, H. B. **A Questão Constitucional: Propriedade, Ordem Econômica e Dano Ambiental. Competência Legislativa Concorrente**. In: Dano Ambiental – Prevenção, Reparação e Repressão. Org: A. H. V. Benjamin, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

DSS. Departamento de Serviço Social. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**: versão preliminar para apresentação e discussão com o corpo docente e discente em 12/06/2012. 2012. UFSC: DSS.

EIA; RIMA, 2002. Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/central/pdfs/eiarimainstabril2002.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2013.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NUNES, Letícia Soares. **Questão Ambiental, Desastres e Interdisciplinaridade**. In: XIII ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 05 a 09 de Novembro, Juiz de Fora/MG, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

G1 Globo.com. **Cop 15 - Conferência da ONU sobre mudanças climáticas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1421126-17816,00-CUPULA+DE+COPENHAGUE+ACABA+COM+TEXTO+MINIMO+E+AINDA+ASSIM+SEM+UNANIMIDADE.html>>. Acesso em: outubro de 2012.

_____. **Cop 15 - Conferência da ONU sobre mudanças climáticas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1421200-17816,00.html>>. Acesso em: outubro de 2012.

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HOLTHAUSEN, Carlos. **Desenvolvimento Sustentável**. Florianópolis: Ed. Cuca Fresca, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. _____. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-376.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito**, 1997. Disponível em <http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_ES_32.pdf>. Acesso em: outubro de 2012.

LESSA, Sérgio. O PROCESSO DE PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO SOCIAL; TRABALHO E SOCIABILIDADE. In: **Textos ABESS**, 2006. Disponível em <http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/producao_reproducao_1999.pdf>. Acesso em: outubro de 2012.

LIMA, Arlette Alves. **Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1983.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MDS. **Entidades de Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/entidades-de-assistencia-social>>. Acesso em: janeiro de 2013.

MDS. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protECAobasica/cras/documentos/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2013.

MENDES, Mariana Ceccato. **Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html>. Acesso em: outubro de 2012.

MILARÉ, E. **Processo Coletivo Ambiental**. In: Dano Ambiental – Prevenção, Reparação e Repressão. Org: A. H. V. Benjamin. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MONTAÑO, Carlos. **Um Projeto para o serviço social crítico**. In: Revista Katálisis, Florianópolis, v.9, n.2, p. 141-157, dez. 2006.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtivo de mercadorias**. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

NÉLSIS, Camila Magalhães. **O Estudo de Impacto Ambiental e a Participação Social no Fortalecimento de Medidas Compensatórias: O Caso do Reassentamento Rural Coletivo Barracão III da Usina Hidrelétrica Machadinho**. In: Revista Multidisciplinar da UNIESP. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista10/pdf/artigos/09.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1).

NETO, O.C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 24 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NUNES, Letícia Soares. **A implementação da política de educação ambiental do município de Florianópolis: Novas demandas ao Serviço Social**, 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012a.

_____. **Serviço Social e Meio Ambiente: A produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro no âmbito da temática socioambiental**. [Mimeo]. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012b.

_____. **A Educação Ambiental enquanto Política Pública: reflexões acerca de sua inclusão no contexto universitário**. Revista de Políticas Públicas (UFMA), v. 16, p. 317-327, 2012c.

OLIVEIRA, A. I. A. **O dano ambiental e sua reparação**. Rio de Janeiro, 1995.n.p. Petrobras. **Meio Ambiente – Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/meio_ambiente/portugues/desenvolvimento/des_inde x.htm> Acesso em: outubro de 2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas**, 2003. Disponível em <http://www.resol.com.br/legisla_int/legisla_int.php>. Acesso em: novembro de 2012.

PINTO, Erika de Paula Pedro. et al. **Perguntas e respostas sobre o Aquecimento Global**. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, 4ª ed, 2009.

PRADO, Thais. Entenda a COP 15. In: **Planeta Sustentável**. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/cop-15-o-que-e-conferencia-partes-copenhague-499684.shtml?func=1&pag=0&fnt=9pt>>. Acesso em: outubro de 2012.

RAUEN, F. J. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão: Ed. Unisul, 2002.

RIO+20. In: *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio%2B20>>. Acesso em: outubro de 2012.

Rio+20 é o maior evento já realizado pela ONU, diz porta-voz. In: *Jornal do Brasil*. Disponível em <<http://www.jb.com.br/ambiental/noticias/2012/06/22/rio20-e-o-maior-evento-ja-realizado-pela-onu-diz-porta-voz/>>. Acesso em: outubro de 2012.

SANTOS, Rúbia dos. **Gestão de desastres e política de assistência social**. In: Revista *katálysis* vol.15 no.1 Florianópolis Jan./June 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802012000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: dezembro de 2012.

SAUER, Mariane; RIBEIRO, Edaléa Maria. **Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 390 - 398, ago./dez. 2012. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12585/8650>>. Acesso em: janeiro de 2013.

SCHMITZ, Andréia. **Responsabilidade Social e Qualidade de Vida: Considerações sobre o serviço social em empresas**. 2007. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. **Formação profissional do Assistente Social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão**. São Paulo: Editora Cortez, 1984. 128p.

SILVA, J. A. da. **Direito Ambiental Constitucional**. 2ª ed. rev. aum. São Paulo: Malheiros Editores, 1997.

SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. **Crise(s) do Capitalismo e Crise ambiental: crises que se cruzam no caminho do marxismo**. Disponível em: <<http://www.inma.org.br/site/marxismo-meio-ambiente/151-crisis.html>>. Acesso em: outubro de 2012.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social** / Maria das Graças e Silva. – São Paulo: Editora Cortez, 2010.

_____; RAFAEL, Paula Raquel Bezerra. **A “QUESTÃO AMBIENTAL” E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: uma curta história, novos desafios profissionais.** In: XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2010, Rio de Janeiro. Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2010.

STEFFENS, Edilaura Ana. **Capitalismo e Crise Ambiental: Uma Nova Questão Para O Serviço Social.** 2007. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1994.

VELOSO, Fillemon Macedo. **Mobilização Comunitária.** In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 05/02/2009. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/node/22472>>. Acesso em: janeiro de 2013.

VÍGOLO, Tamires Cristina. **Relação Sociedade e Natureza.** [Mimeo]. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

_____. **Depois do capitalismo:** entrevista com Michael Löwy. In: Portal EcoDebate: Cidadania e Meio Ambiente, 14 de fev. 2009a. Entrevista concedida a: PORTELA, Michelle. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/02/14/depois-do-capitalismo-entrevista-com-michael-lowy/>>. Acesso em: outubro de 2012.

_____. **Crise ecológica, Capitalismo, Altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista.** In: INTERFACEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.4, n.3, p. 132-140, 2009b. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/53/82>>. Acesso em: outubro de 2012.

1987 - CMMAD Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. In: *Direito Ambiental.* Disponível em <<http://dirambientalexlege.blogspot.com.br/2010/03/1987-cmmad-comissao-mundial-sobre-o.html>>. Acesso em: outubro de 2012.

**ANEXO A – CERTIFICADO EMITIDO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
COM SERES HUMANOS (CEPSH) DA UFSC COM PARECER FAVORÁVEL A
REALIZAÇÃO DA PESQUISA**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Atuação do Assistente Social no âmbito da questão socioambiental

Pesquisador: Letícia Soares Nunes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 11144012.9.0000.0121

Instituição Proponente: Departamento de Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 204.292

Data da Relatoria: 18/02/2013

Apresentação do Projeto: TCC de Amanda Gomes de Medeiros Silva. Entrevistas semi-estruturadas com 07 Assistentes Sociais que atuam na questão socioambiental na região da Grande Florianópolis/SC, selecionados por meio de uma Amostragem Não Probabilística Intencional ou por Julgamento, que atuaram profissionalmente na Associação Ações Sociais Amigos Solidários; Caixa Econômica Federal; Companhia Catarinense de Águas e Saneamento; Eletrobrás; Eletrosul Centrais Elétricas; Prefeitura Municipal de Florianópolis; Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental; Prefeitura Municipal da Palhoça; Superintendência de Habitação; Prefeitura Municipal de São José; Secretaria Municipal de Habitação.

Objetivo da Pesquisa: Objetivo Primário: Analisar as possibilidades da atuação do Assistente Social no que concerne à questão socioambiental. Objetivo Secundário: Identificar quais são as "novas" funções e competências incorporadas pelo Assistente Social no âmbito da atuação na questão socioambiental; Compreender a dinâmica da ação do Assistente Social na questão socioambiental na Grande Florianópolis; Sistematizar os avanços e as lacunas na atuação do Serviço Social no meio ambiente na Grande Florianópolis.

Avaliação dos Riscos e Benefícios: Sempre há o risco, ainda que não intencional e inesperado, de quebra de sigilo.

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima

Bairro: Trindade

CEP: 88.040-900

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48) 3721-9206

Fax: (48) 3721-9696

E-mail: cep@reitoria.ufsc.br



Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: Sem comentários adicionais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória: A folha de rosto vem assinada pelo pesquisador responsável e pela chefe do Departamento de Serviço Social da UFSC. O questionário da pesquisa é apresentado no apêndice A do projeto. O TCLE é claro e informativo, adequado ao perfil dos participantes.

Recomendações: Sem recomendações adicionais.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: Sem pendências.

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

Considerações Finais a critério do CEP:

FLORIANOPOLIS, 25 de Fevereiro de 2013

Assinado por:
Washington Portela de Souza
(Coordenador)

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima

Bairro: Trindade

CEP: 88.040-900

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3721-9206

Fax: (48) 3721-9696

E-mail: cep@reitoria.ufsc.br

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1. Nome: _____.

2. Sexo:

() Feminino

() Masculino

3. Formação:

() Nível Médio: _____.

() Nível Técnico: _____.

() Nível Superior: _____.

() Especialização: _____.

() Mestrado: _____.

() Doutorado: _____.

4. Quais áreas o (a) Senhor (a) já atuou enquanto Assistente Social?

5. Há quanto tempo o (a) Senhor (a) atua com a temática socioambiental?

6. Há quanto tempo é funcionário (a) da Instituição _____?

7. Cargo/Função na Instituição:

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Atuação do Assistente Social no Âmbito da Questão Socioambiental.

Nome da Supervisora de Estágio:

Nome da Instituição de Trabalho:

- 1) Qual a concepção sobre questão socioambiental?
- 2) Quais são as ações desenvolvidas enquanto Assistente Social que estejam relacionadas à questão socioambiental?
- 3) Como você se aproximou da discussão acerca da questão socioambiental?
- 4) Sua atuação é de forma individual, equipe multiprofissional e/ou equipe interdisciplinar? Quais profissionais compõem a equipe?
- 5) Para você, qual a importância do trabalho multiprofissional/interdisciplinar no âmbito da questão socioambiental?
- 6) A equipe percebe a importância da atuação do Assistente Social diante dessa temática?
- 7) No que diz respeito à supervisão de estagiários, você avalia que os estudantes chegam ao campo de atuação profissional preparados para lidar com as questões socioambientais? Em caso negativo, sinalize quais medidas poderiam ser providenciadas para melhorar essa situação?
- 8) Sistematize as principais demandas apresentadas ao Serviço Social no que diz respeito à temática socioambiental e, diante disso, quais são os avanços e os desafios para a inserção desta categoria profissional no âmbito da referida temática.
- 9) Outras questões/comentários que julgar importante. Alguma situação que chamou sua atenção e que você tenha percebido a importância da atuação do profissional de Serviço Social na instituição no âmbito da questão socioambiental.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Atuação do Assistente Social no Âmbito da Questão Socioambiental.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____,
abaixo assinado, forneço meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário (a) da pesquisa de trabalho de conclusão de curso, sob a responsabilidade da acadêmica Amanda Gomes de Medeiros Silva, aluna do curso de Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Profa. MSc. Letícia Soares Nunes, orientadora da pesquisa e docente do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC.

Assinando este Termo de Consentimento, estou ciente de que:

1. O objetivo principal da pesquisa é analisar as possibilidades da atuação do Assistente Social no que concerne à questão socioambiental;
2. Tenho a liberdade de recusar a participar da pesquisa em qualquer fase, sem qualquer prejuízo a minha pessoa;
3. Os dados pessoais dos participantes serão mantidos em sigilo e os resultados obtidos com a pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, incluindo a publicação na literatura científica especializada;
4. Não terei benefícios diretos participando deste trabalho, mas contribuirei para a produção de conhecimento científico que poderá trazer benefícios de uma maneira geral à sociedade;
5. Os registros escritos e gravados permanecerão em poder do pesquisador e não serão divulgados na íntegra;
6. Poderei entrar em contato com os pesquisadores sempre que julgar necessário. Com a pesquisadora Amanda Gomes de Medeiros Silva, pelo telefone (048) 84662633 e/ou pelo e-mail: amanda.gomesms@gmail.com e com a Profa. orientadora Letícia Soares Nunes pelo e-mail: leticia_snunes@hotmail.com;
7. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa;
8. Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, de maneira que uma permanecerá em meu poder e a outra com os pesquisadores responsáveis.

Cidade: _____ Data: _____ de 2012.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE D – CRONOGRAMA

Atividades	2012-2013						
	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013
Revisão da literatura	X						
Elaboração do projeto de pesquisa	X	X					
Passagem do projeto pelo CEPESH/UFSC			X				
Elaboração dos roteiros de entrevista			X	X			
Identificação e contato com os sujeitos que integrarão o universo da pesquisa				X			
Aplicação das entrevistas				X	X		
Análise das informações coletadas				X	X	X	
Redação do TCC			X	X			
Entrega final do TCC						X	
Apresentação do TCC							X
Devolutiva dos resultados da pesquisa aos sujeitos envolvidos							X